

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Pedro Henrique Marques

**Polarização afetiva na era bolsonarista: embasamento ideológico,
alinhamentos religiosos e riscos para a democracia no Brasil**

Belo Horizonte
2025

PEDRO HENRIQUE MARQUES

Polarização afetiva na era bolsonarista: embasamento ideológico, alinhamentos religiosos e riscos para a democracia no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Área de Concentração: Comportamento Político e Opinião Pública

Orientador: Prof. Dr. Thiago Moreira da Silva.

Belo Horizonte

2025

320 M357p 2021	<p>Marques, Pedro Henrique.</p> <p>Polarização afetiva na era bolsonarista [recurso eletrônico] : embasamento ideológico, alinhamentos religiosos e riscos para a democracia no Brasil / Pedro Henrique Marques. - 2021.</p> <p>1 recurso online (78 f. : il.): pdf.</p> <p>Orientador: Thiago Moreira da Silva.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1.Ciência política – Teses . 2. Ideologia – Teses . 3. Religião – Teses 4.Democracia – Teses I. Silva, Thiago Moreira da . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	--

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 07ª/2025 DA DEFESA DA TESE DO ALUNO PEDRO HENRIQUE MARQUES

Realizou-se, no dia 28 de agosto de 2025, às 16:00 horas, por Videoconferência, a defesa da tese, intitulada "Polarização afetiva na era bolsonarista: embasamento ideológico, alinhamentos religiosos e riscos para a democracia no Brasil", elaborada e apresentada por PEDRO HENRIQUE MARQUES - número de registro 2021660430, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Thiago Moreira da Silva - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Lucio Remuzat Rennó Junior (UnB), Profa. Nara de Carvalho Pavão (UFPE), Prof. Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM), Prof. Lucas de Oliveira Gelape (DCP/UFMG). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 28 de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas de Oliveira Gelape, Professor do Magistério Superior**, em 28/08/2025, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Moreira da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 29/08/2025, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Aparecido Ribeiro, Usuário Externo**, em 29/08/2025, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucio Remuzat Rennó Junior, Usuário Externo**, em 01/09/2025, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nara de Carvalho Pavão, Usuário Externo**, em 01/09/2025, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4506805** e o código CRC **F3AE6E8B**.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade.

Agradeço também a todos os professores, professoras, monitores, técnicos e colegas pelo aprendizado, ajuda e paciência — em especial aos professores Mario Fuks e Thiago Moreira, pela orientação.

Também agradeço à Quaeest por todo o aprendizado, amizades e pela oportunidade de aplicar tudo o que aprendi sobre comportamento e opinião pública em projetos tão incríveis e relevantes, dos quais me orgulho bastante.

Sou grato de todo coração aos meus pais, minhas irmãs queridas, minha família e aos amigos pelo carinho e apoio. À minha mãe, pelo amor incondicional. E à Camila, por me motivar a querer ser sempre bom.

Resumo

Esta tese é composta por três artigos que investigam as dinâmicas da polarização afetiva no Brasil contemporâneo, com ênfase nas suas conexões com a ideologia, religião e compromisso com princípios democráticos. No primeiro capítulo, analisa-se a relação entre polarização afetiva e ideologia ao longo de seis eleições presidenciais (entre os anos de 2002 e 2022). Os resultados indicam que, embora a polarização afetiva tenha se tornado mais associada a posições ideológicas — principalmente a partir de 2018 —, sua sustentação em bases programáticas permanece limitada, concentrando-se principalmente na dimensão dos costumes. No segundo capítulo, a atenção dirige-se ao papel da identidade evangélica e à frequência a cultos na intensificação da polarização pró-Bolsonaro. Utilizando dados do ESEB 2022, o capítulo revela que a identidade evangélica está fortemente associada a padrões afetivos alinhados à direita, e que a frequência semanal a cultos potencializa esse efeito. No terceiro capítulo, finalmente, investiga-se se a polarização afetiva se associa com menores níveis de compromisso democrático de forma simétrica entre petistas e bolsonaristas. A análise dos dados de 2018 e 2022 revela uma assimetria clara: enquanto a polarização entre bolsonaristas está associada a uma maior tolerância a líderes autoritários, rechaço à representação partidária e apoio a medidas golpistas, esse padrão não se repete entre eleitores de Lula. Ao articular teorias internacionais da polarização a evidências empíricas inéditas sobre o caso brasileiro, a tese contribui para o entendimento das formas pelas quais identidades políticas intensas podem impactar a democracia em contextos de fraco partidarismo e alta personalização da disputa política.

Palavras-chave: polarização afetiva; ideologia; religião; democracia; Brasil

Abstract

This dissertation comprises three articles that investigate the dynamics of affective polarization in contemporary Brazil, with an emphasis on its connections to ideology, religion, and commitment to democratic principles. The first chapter analyzes the relationship between affective polarization and ideology across six presidential elections (from 2002 to 2022). The results indicate that, although affective polarization has become more closely associated with ideological positions — particularly since 2018 — its grounding in programmatic bases remains limited, being concentrated mainly in the cultural dimension. The second chapter focuses on the role of evangelical identity and church attendance in intensifying pro-Bolsonaro polarization. Using data from the 2022 ESEB, the chapter shows that evangelical identity is strongly associated with affective patterns aligned with the political right, and that weekly church attendance amplifies this effect. The third chapter, finally, examines whether affective polarization is associated with lower levels of democratic commitment in a symmetrical manner among PT (Workers' Party) and Bolsonaro supporters. The analysis of data from 2018 and 2022 reveals a clear asymmetry: whereas polarization among Bolsonaro supporters is associated with greater tolerance toward authoritarian leaders, rejection of party representation, and support for coup-plotting measures, this pattern is not observed among Lula voters. By articulating international theories of polarization with novel empirical evidence on the Brazilian case, this dissertation contributes to understanding the ways in which intense political identities can impact democracy in contexts of weak partisanship and high personalization of political competition.

Keywords: affective polarization; ideology; religion; democracy; Brazil

Lista de figuras

Figura 1 - Polarização afetiva em relação a líderes (2002 - 2022)	29
Figura 2 - Percepção da polarização ideológica entre PT e PSDB (2002 - 2014), PSL (2018) e PL (2022)	30
Figura 3 - Evolução da média do autoposicionamento ideológico, por voto no 2º turno das eleições presidenciais (2002 - 2022).....	31
Figura 4 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciais por extremismo ideológico (2002 - 2022).....	32
Figura 5 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciais por extremismo ideológico Nível de sofisticação política (2002 - 2022)	33
Figura 6 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro Nível de sofisticação política (2022)	35
Figura 7 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro Nível de sofisticação política (2022) - Entre eleitores de Bolsonaro	36
Figura 8 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro Nível de sofisticação política (2022) - Entre eleitores de Lula	37
Figura 9 - Distribuição descritiva da polarização afetiva em relação a líderes (2022).....	40
Figura 10 - Distribuição descritiva da polarização afetiva pró-Lula - Entre eleitores de Lula (2022).....	41
Figura 11 - Distribuição descritiva da polarização afetiva pró-Bolsonaro - Entre eleitores de Bolsonaro (2022)	42
Figura 12 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos	62
Figura 13 - Resultados do modelo com interação Amostra geral.....	63
Figura 14 - Resultados do modelo com interação Partidários	65
Figura 15 - Resultados do modelo com interação Apartidários.....	66
Figura 16 - Distribuição descritiva da polarização afetiva em uma direção pró-Lula a pró-Bolsonaro - Entre toda amostra (2022).....	69
Figura 17 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos Controlado por conservadorismo	77
Figura 18 - Resultados do modelo com interação Controlado por conservadorismo Amostra geral	78

Figura 19 - Resultados do modelo com interação Controlado por conservadorismo Partidários	79
Figura 20 - Resultados do modelo com interação Controlado por conservadorismo Apartidários	80
Figura 21 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos Frequência a cultos numérica	83
Figura 22 - Resultados do modelo com interação Frequência a cultos numérica Amostra geral	84
Figura 23 - Resultados do modelo com interação Frequência a cultos numérica Partidários	85
Figura 24 - Resultados do modelo com interação Frequência a cultos numérica Apartidários	86
Figura 25 - “A democracia nem sempre é preferível” por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022).....	100
Figura 26 - “Líder forte que não cumpre regras” por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022)	101
Figura 27 - “Democracia sem partidos” por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022).....	102
Figura 28 - Probabilidade de concordar que 'a democracia nem sempre é preferível', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022).....	103
Figura 29 - Probabilidade de apoiar a ideia de que 'o Brasil precisa de um líder forte', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022).....	104
Figura 30 - Probabilidade de preferir uma democracia sem partidos, por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022).....	105
Figura 31 - Atitude em relação à golpes por nível de polarização afetiva e voto.....	106
Figura 32 - Atitude em relação ao golpe de Estado, por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2022)	107
Figura 33 - Probabilidade de concordar que 'a democracia nem sempre é preferível', por nível de polarização afetiva reescalada (2018 e 2022)	114
Figura 34 - Probabilidade de apoiar a ideia de que 'o Brasil precisa de um líder forte', por nível de polarização afetiva reescalada (2018 e 2022)	116
Figura 35 - Probabilidade de preferir uma democracia sem partidos, por nível de polarização afetiva reescalada (2018 e 2022)	118

Figura 36 - Atitude em relação ao golpe de Estado, por nível de polarização afetiva reescalada (2022).....	120
--	-----

Lista de tabelas

Tabela 1 - Cargas fatorias e comunalidades, parâmetros de discriminação e dificuldade (TRI) dos itens da escala de conservadorismo.....	43
Tabela 2 - Cargas fatorias e comunalidades, parâmetros de discriminação e dificuldade (TRI) dos itens da escala de segurança.....	43
Tabela 3 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciáveis por extremismo ideológico Nível de sofisticação política (2002).....	44
Tabela 4 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciáveis por extremismo ideológico Nível de sofisticação política (2006).....	45
Tabela 5 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciáveis por extremismo ideológico Nível de sofisticação política (2010).....	46
Tabela 6 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciáveis por extremismo ideológico Nível de sofisticação política (2014).....	47
Tabela 7 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciáveis por extremismo ideológico Nível de sofisticação política (2018).....	48
Tabela 8 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciáveis por extremismo ideológico Nível de sofisticação política (2022).....	49
Tabela 9 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro Nível de sofisticação política (2022).....	50
Tabela 10 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro Nível de sofisticação política - Entre eleitores de Bolsonaro (2022).....	51
Tabela 11 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro Nível de sofisticação política - Entre eleitores de Lula (2022).....	52
Tabela 12 - Descritivas com proporção e média da relação entre religião, frequência a cultos e polarização afetiva.....	70
Tabela 13 - Percentuais de identificação partidária por religião.....	71
Tabela 14 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos.....	72
Tabela 15 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião X frequência a cultos.....	73

Tabela 16 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos Controlado por conservadorismo	74
Tabela 17 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião X frequência a cultos Controlado por conservadorismo	75
Tabela 18 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos Frequência numérica	81
Tabela 19 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião X frequência a cultos Frequência numérica.....	82
Tabela 20 - Coeficientes das regressões GAM com 'a democracia nem sempre é preferível', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022)	110
Tabela 21 - Coeficientes das regressões GAM com 'o Brasil precisa de um líder forte', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022).....	111
Tabela 22 - Coeficientes das regressões GAM com 'prefere uma democracia sem partidos', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022).....	112
Tabela 23 - Coeficientes das regressões GAM com 'apoio a golpe de estado', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022)	113
Tabela 24 - Coeficientes das regressões GAM com 'a democracia nem sempre é preferível', por nível de polarização afetiva reescalada e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022)....	115
Tabela 25 - Coeficientes das regressões GAM com 'o Brasil precisa de um líder forte', por nível de polarização afetiva reescalada e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022)	117
Tabela 26 - Coeficientes das regressões GAM com 'prefere democracia sem partidos', por nível de polarização afetiva reescalada e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022)	119
Tabela 27 - Coeficientes das regressões GAM com 'apoio a golpe de estado', por nível de polarização afetiva reescalada e voto para presidente no 2° T (2018 e 2022).....	121
Tabela 28 - Perguntas utilizadas na construção dos indicadores de ideologia	124
Tabela 29 - Perguntas usadas com variáveis descritivas ou nos controles dos modelos de regressão	126
Tabela 30 - Variáveis dependentes ou independentes principais	127

Lista de siglas

EDF	<i>Effective degrees of freedom</i>
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
PL	Partido Liberal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1 Há bases ideológicas e programáticas na polarização afetiva entre eleitores de Lula e Jair Bolsonaro?	19
Introdução	19
A relação entre ideologia e polarização afetiva	21
Polarização afetiva e ideologia no Brasil.....	23
Dados e operacionalização	26
A polarização afetiva Lula X Bolsonaro comparada	28
A (in)existência de conteúdo programático da polarização afetiva	34
Anexos do Capítulo 1	40
2 Igrejas evangélicas como espaço de radicalização política? Identidade evangélica, frequência a cultos e polarização afetiva no Brasil	53
Introdução	53
Polarização afetiva e identidades sociais	54
Religião, cultos e polarização afetiva no Brasil.....	57
Dados e métodos	59
Resultados	61
Conclusão	67
Anexos do Capítulo 2	69
3 Polarização afetiva e compromisso democrático no Brasil: evidências de assimetria entre petistas e bolsonaristas.....	87
Introdução	87
Polarização e democracia	89
Polarização e assimetria no Brasil	93
Dados e métodos	96
Polarização afetiva e menor apoio à democracia.....	99
Polarização afetiva e apoio a golpes	105
Considerações finais	108
Anexos do Capítulo 3	110
Considerações finais	122
Anexo metodológico.....	124
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

Por vezes aprendemos sobre grandes processos sociais apenas após longos estudos que revelam dinâmicas improváveis e que frequentemente desafiam nossas impressões comuns e cotidianas. A sociologia nos lembra, reiteradamente, que nossa experiência no mundo é situada e raramente corresponde à média dos fenômenos, tais quais eles apareceriam em uma abordagem estatística e científica dos mesmos. É essa distância que separa, afinal, a opinião popular do conhecimento sociológico. Em outras ocasiões, porém, fenômenos sociais e políticos complexos manifestam-se tanto em indicadores agregados quanto de forma imediatamente perceptível nas experiências individuais, concretas e diárias.

Matheus é um homem pardo, de 65 anos, casado, pai de duas filhas, evangélico e morador da região noroeste de Belo Horizonte, comunidade São José, periferia da cidade. Quando se mudou para Belo Horizonte, vindo do Vale do Jequitinhonha, em 1985, ele “comeu o pão que o diabo amassou”. Trabalhou como servente, engraxate e cobrador. Na sua primeira eleição, em 1989, votou em Lula, não porque se considerasse de esquerda, ele nem sabia o que era isso, e mais porque, agora porteiro de um prédio residencial no centro de Belo Horizonte, se identificava com o discurso em favor dos pobres e trabalhadores. Ao longo dos anos 1990, votou em candidatos diversos — Lula novamente em 1994, Fernando Henrique em 1998, Serra em 2002. Em 2006, positivamente impactado pelas políticas de transferência de renda, voltou a votar no PT. Em 2010, convencia os parentes a votarem em Dilma. Uma de suas filhas foi a primeira da família a entrar numa universidade, para cursar pedagogia. Naquele ano, em 2010, ele também havia sido contemplado com uma casa do Minha Casa Minha Vida. Em 2014, já abalado pelos escândalos de corrupção e por ter ouvido, de seu pastor, que Dilma pretendia legalizar o aborto no Brasil, votou mais uma vez no PT, agora convencido pela filha. Mas, em 2018, tudo mudou.

Ele, que nunca tinha sido propriamente um eleitor ideológico, estava ainda mais contrariado. As denúncias de escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras coincidiam com a piora na sua qualidade de vida em função da grande recessão pós-impeachment. Culpava o PT e começava a dar razão aos amigos e parentes que, antipetistas, ele antes tentava convencer. Ele ainda não sabia muito bem o que queria; não nutria simpatia por nenhuma outra alternativa, mas tinha certeza do que não queria. Tornava-se agora alguém profundamente antipetista. Em 2018, foi a primeira vez que ouviu falar de Bolsonaro. O candidato era visto como alguém combativo, não comprometido com o sistema. A figura de homem honesto e patriota o cativava, mas principalmente seu discurso conservador, com o

qual teve contato na sua igreja. Quando Bolsonaro foi internado após sofrer uma tentativa de assassinato em Juiz de Fora, Matheus teve certeza de que era o sistema tentando eliminá-lo. Em 2022, Matheus já havia rompido amizade com parentes petistas. Profundamente contrariado com a vitória de Lula, Matheus já acompanhava com emoção os acampamentos nas portas dos quartéis, desejoso de uma intervenção militar redentora. Em oito de janeiro, viu com esperança a invasão e depredação das sedes dos três Poderes em Brasília. Acreditava que esse tipo de ação era justa para “salvar a democracia”.

Esta história, obviamente, é apenas ilustrativa, mas representa algo que hoje dificilmente pode ser tratado como exceção. Existem, certamente, milhares de trajetórias distintas que convergiram nos últimos anos para formas semelhantes de rejeição ao petismo, de adesão ao bolsonarismo e de participação emocionalmente carregada na política. O que importa aqui não é a história individual, mas o fenômeno coletivo que ela simboliza: o de milhares de brasileiros que hora influenciados pelas suas comunidades religiosas, hora pela mobilização de uma agenda mais conservadora, se radicalizaram ao ponto de brigarem com amigos e parentes, se tornando capazes de apoiar ou até mesmo implorar por um golpe ou intervenção militar contra a “ameaça comunista” do petismo, como assistimos tantos pedirem nas portas dos quartéis ao final de 2022.

O leitor, se se interessa por política ainda que minimamente, provavelmente acha essa narrativa familiar. Isso acontece justamente por ela descrever um processo de larga escala, cuja expressão estatística esta tese busca explorar e descrever: o aumento da polarização afetiva em torno do conflito entre Lula e Jair Bolsonaro, suas raízes ideológicas, suas ancoragens sociais e seus impactos sobre a democracia.

Para compreender esse fenômeno, é preciso reconhecer que, até bem pouco tempo, a existência ou não de polarização política entre os brasileiros não era uma questão para a ciência política. No plano institucional, a disputa entre PT e PSDB estruturava-se, até 2014, como uma competição entre dois partidos moderados, em um contexto de guinada ao centro dos principais partidos políticos brasileiros (Melo; Câmara, 2012; Zucco, 2011). No nível da opinião pública, a sabedoria convencional era de que o comportamento do eleitorado brasileiro seria cronicamente não ideologicamente estruturado (Reis, 1978, 1988, 2000; Oliveira; Turgeon, 2015; Borges; Vidigal, 2018; Samuels; Zucco, 2018). Ademais, alguns autores argumentam que, desde a chegada do PT à presidência — em um processo de diluição de sua *partybrand* —, a relação entre ideologia, voto e partidarismo estaria, inclusive, diminuindo (Carreirão, 2007; Bonifácio; Casalecchi; Sandes-Freitas, 2014).

Fuks e Marques (2020), entretanto, pontuaram que o antigo marasmo ideológico parece superado. A direita passou a se reorganizar e a se assumir cada vez mais enquanto tal, levando alguns autores a atestarem o fim do que se convencionou denominar “síndrome da direita envergonhada” (Quadros; Madeira, 2018). Uma vasta literatura começa a dar conta do surgimento de uma nova direita nas ruas (Avritzer, 2017; Alonso, 2017) e no parlamento (Quadros; Madeira, 2018); como também nos meios de comunicação tradicionais (Penteado; Lerner, 2018) e na internet (Rocha, 2018). O próprio Bolsonaro despontou como uma liderança abertamente de direita. Como resultado, houve, em 2018, um aumento do autoposicionamento ideológico por parte dos eleitores e da correlação entre ideologia e sentimentos partidários e entre ideologia e voto (Fuks; Marques, 2020; Russo, Pimentel Junior, Avelino, 2022).

Também no plano afetivo, encontramos evidência de um aumento da ligação emocional dos brasileiros com os partidos e, principalmente, com os candidatos e lideranças carismáticas em torno das quais a eleição presidencial brasileira acontecia. A polarização entre o eleitorado brasileiro, que antes vinha sendo caracterizada pela literatura como uma polarização essencialmente concentrada em torno do petismo *vs.* antipetismo (Borges; Vidigal, 2018; Samuels; Zucco, 2018), já que não existia, entre a direita, uma identidade positiva com algum partido equivalente ao que a esquerda tinha com o petismo, se aprofundou e evoluiu. O que antes era apenas rejeição desorganizada ideologicamente e carente de uma identidade própria se transformou com o surgimento do Bolsonarismo.

Assim, no segundo turno da eleição de 2018, mais do que nunca — até onde podemos mensurar —, os brasileiros passaram a nutrir fortes sentimentos positivos pelos candidatos em que votavam e negativos pelos seus oponentes (Fuks; Marques, 2022). Esses indícios de polarização afetiva em relação a líderes, em que a identidade do *ingroup* e *outgroup* políticos são definidos pela identificação com lideranças políticas e não necessariamente com partidos (Reiljan *et al.*, 2023), cumpre dizer, são corroborados com outras pesquisas, por exemplo as desenvolvidas pela Quaest. O instituto tem mostrado que cerca de 18% do eleitorado se considera lulista e 13% bolsonarista e que, ademais, 4 em cada 10 eleitores de Lula e 3 em cada 10 eleitores de Bolsonaro se sentiriam infelizes se tivessem um filho ou filha casado com algum adepto do grupo político adversário. Em outras palavras, a polarização política se tornou, agora, um problema real.

Tudo isso importa, ainda mais, na medida em que a polarização é associada com inúmeros distúrbios políticos. Nos parlamentos, ela está associada à paralisia decisória (Sartori, 1982), ou mesmo à interrupção da democracia (Santos, 1986; Mainwaring, Pérez-

Liñan, 2013). Entre os eleitores, a polarização pode levar à diminuição da disposição à cooperação e à estereotipização dos adversários (Mason, 2018), ao aumento do viés no consumo e interpretação da informação (Gyau *et al.* 2020; Druckman *et al.* 2013), à diminuição da responsabilização dos políticos (Iyengar, 2012) e até mesmo ao apoio às medidas antidemocráticas tomadas pelos políticos (Svolik, 2018, 2019; McCoy *et al.*, 2018).

No Brasil, a eleição de 2022 se deu em uma sociedade ainda mais polarizada que a de 2018. Episódios de fake news em massa e intolerância política foram abundantes, com assassinatos, espancamentos e até mesmo a não aceitação do resultado eleitoral por parte dos eleitores mais radicais de Bolsonaro (Nunes; Traumann, 2023). Esse novo contexto coloca definitivamente a questão da divisão ideológica do eleitorado brasileiro e das dinâmicas afetivas — cada vez mais apaixonadas com que os brasileiros se envolvem com a política — no centro das atenções dos maiores cientistas políticos do país, inclusive da minha. Contudo, por ainda se tratar de uma novidade, ainda são escassos os estudos sobre o assunto no Brasil, caso que se torna ainda mais relevante, dada a natureza desorganizada e pouco socialmente enraizada de seu sistema partidário (Baker; Ames; Rennó, 2006; 2020; Samuels; Zucco, 2018).

Assim, tendo como norte a compreensão mais acurada dessa polarização, esta tese busca dar conta de algumas questões ainda não respondidas pelas pesquisas anteriores e avançar na compreensão e caracterização da polarização brasileira, das suas consequências e das dificuldades de superá-la. Para isso, opto por dar um enfoque diferente nos estudos da polarização brasileira, tradicionalmente focada no embate petismo *vs.* antipetismo, e colocar em destaque justamente a polarização afetiva que envolve os eleitores brasileiros em relação às duas figuras carismáticas mais emblemáticas da política brasileira após a redemocratização, Lula, a liderança histórica da esquerda, e Bolsonaro, o furacão que emerge entre 2016 e 2018 como a grande figura que incorpora grande parte do antipetismo brasileiro. Não se trata, evidentemente, de não reconhecer a importância da primeira em relação à segunda. Todavia, é um fato igualmente relevante, que essa nova polarização ainda tem sido pouco explorada no Brasil, o que justifica o presente estudo, principalmente quando se tem em vista a grande relevância nacional da mesma nas últimas duas eleições e todos os episódios dramáticos que a envolveram.

Com isso em mente, aplica-se ao caso brasileiro três discussões fundamentais que, embora ainda constituam debates não resolvidos para a literatura internacional, retomam preocupações antigas da ciência política brasileira com consequências práticas politicamente relevantes: a relação entre polarização afetiva e ideológica; o papel da identidade religiosa e

das influências horizontais para o comportamento político e a polarização; e as consequências dessa polarização para o compromisso democrático dos eleitores. Com essas preocupações em mente, esta tese se estrutura em três capítulos, organizados como artigos relativamente independentes, mas que, em conjunto, contribuem para aprofundar a compreensão da polarização afetiva no Brasil contemporâneo.

O primeiro capítulo investiga se a polarização afetiva entre eleitores de Lula e Jair Bolsonaro no Brasil contemporâneo possui fundamentos ideológicos e programáticos. Utilizando os dados do ESEB entre 2002 e 2022, o estudo testa a associação entre polarização afetiva e ideologia, tanto em seu aspecto simbólico, relativo ao autopoicionamento na escala esquerda/direita dos eleitores, como em seu aspecto operacional, relacionado às suas posições em relação à temas. Os resultados mostram que, embora a associação entre extremismo ideológico simbólico e polarização afetiva tenha aumentado substancialmente em 2022 — especialmente com a ascensão do bolsonarismo —, as conexões com a ideologia operacional permanecem mais fracas e restritas à dimensão dos costumes. Conclui-se que a polarização afetiva no Brasil atual tem um conteúdo ideológico crescente, mas ainda limitado do ponto de vista programático.

O segundo capítulo investiga o papel da identidade evangélica e da frequência a cultos religiosos na intensificação da polarização afetiva no Brasil. Partindo do argumento de que, em contextos de fraco partidarismo, outras identidades sociais podem estruturar o comportamento político, analisa-se se a exposição frequente ao ambiente religioso evangélico contribui para sentimentos pró-Bolsonaro e anti-Lula. Com base nos dados do ESEB de 2022, são estimados modelos lineares com interações entre religião, frequência e partidarismo. Os resultados mostram que evangélicos têm níveis mais altos de polarização afetiva pró-Bolsonaro em comparação a outros grupos, e que esse efeito é amplificado pela frequência semanal aos cultos — sobretudo entre os que já possuem alguma identidade partidária. O estudo contribui para a literatura ao mostrar que igrejas evangélicas funcionam como espaços de reforço de alinhamentos afetivos, operando não apenas sobre eleitores desorganizados ideologicamente, mas também como vetores de radicalização em grupos já politizados.

Por fim, o terceiro capítulo examina a relação entre polarização afetiva e atitudes antidemocráticas no Brasil, investigando se seus efeitos são simétricos entre eleitores de Lula e de Bolsonaro. Utilizando os dados do ESEB de 2018 e 2022 e empregando modelos aditivos generalizados (GAM), o estudo testa se níveis elevados de polarização afetiva se associam à rejeição da democracia, ao apoio a líderes autoritários, à desconfiança na representação partidária e ao endosso a golpes militares. Os resultados indicam que, embora a polarização

não afete o apoio à democracia como ideal abstrato, ela se associa a atitudes iliberais e autoritárias — especialmente entre eleitores bolsonaristas. Os achados sustentam a hipótese de assimetria e sugerem que a polarização afetiva pode ter contribuído para a legitimação social de ações golpistas após as eleições de 2022.

Embora relativamente autônomos e aparentemente pouco conectados, estes capítulos têm dois elementos em comum, além dos bancos e variáveis, cuja descrição em detalhes eu coloquei num anexo metodológico ao final da tese. Em primeiro lugar, pretendo aprofundar o conhecimento sobre a polarização brasileira, discutindo-a à luz de importantes discussões teóricas já exploradas à nível internacional. Em segundo lugar, espero lançar luz, agora cientificamente informada, sobre a força estatística e não apenas anedótica, de históricas como a do Matheus, que conhecemos, convivemos e assistimos em tantos lugares nos últimos anos.

1 HÁ BASES IDEOLÓGICAS E PROGRAMÁTICAS NA POLARIZAÇÃO AFETIVA ENTRE ELEITORES DE LULA E JAIR BOLSONARO?

Introdução

Como a literatura tem discutido nos últimos anos, há uma distinção conceitual profunda entre polarização afetiva e ideológica. Diferentemente da polarização ideológica, a polarização afetiva não depende da existência de distinções ideológicas entre grupos de eleitores e sim, ao invés disso, da identificação dos indivíduos com um grupo político e no forte desafeto pelo grupo político adversário (Iyengar *et al.*, 2012; Iyengar *et al.*, 2019) – normalmente, mas não apenas partidário (Guan *et al.*, 2021). Apesar da diferença conceitual e relativa independência em relação à polarização ideológica, uma das discussões que mais tem rendido estudos de caso ou comparativos sobre a polarização afetiva tem sido sobre a conexão entre as duas espécies de polarização (Rogowski; Sutherland, 2016; Webster; Abramowitz, 2017; Gidron *et al.*, 2022; Reiljan, 2020).

Esta é uma discussão altamente consequential para o destino e sentido da polarização existente no Brasil. Se a polarização afetiva entre eleitores de Lula e Bolsonaro é dirigida apenas por elementos de natureza identitária, porém, os eleitores convergem nas suas preferências em relação às políticas públicas, o cenário de divisão política expressa certa irracionalidade. Principalmente à luz da teoria democrática, em que, nas suas versões mais normativas, espera-se que os eleitores votem e se identifiquem com as candidaturas com base em seu programa. Se, por outro lado, a divisão afetiva se associa com divisões ideológicas profundas, é plausível que exista alguma racionalidade subjacente ao desafeto político. Os eleitores não antagonizariam afetivamente com partidários e políticos adversários apenas por clubismo, mas porque têm visões diferentes de como e quais políticas públicas devem ser conduzidas, ou seja, porque discordam programaticamente.

Neste caso, ainda que a polarização afetiva seja eminentemente nociva à democracia, na medida em que a ideologia permite uma comunicação mais eficiente entre elites e eleitores, ajudando os últimos a fazerem escolhas orientadas pela sua distância ou proximidade ideológica, ela ainda pode, pelo menos, promover algum *accountability* à representação política (Downs, 1957; Zechmeister; 2006; Dalton, 2011; Singer, 2016). Ao mesmo tempo, porém, a polarização afetiva pode ser mais duradoura, e estratégias de despolarização mais difíceis de funcionar (Webster; Abramowitz, 2017).

Atualmente, uma série de estudos tem chamado atenção para uma profunda e rápida polarização afetiva no Brasil. Cada vez mais os eleitores nutrem sentimentos de forte afeição com um dos dois principais candidatos presidenciais e desafeição — ou mesmo ódio — pelo outro (Fuks; Marques, 2022). Haveria hostilidade em relação a grupos ideologicamente distintos daqueles dos quais se faz parte (Ortellado, Ribeiro, Zeine, 2022), principalmente entre eleitores politicamente engajados. Viveríamos em um contexto de calcificação política severa, que traz inúmeras consequências negativas no âmbito da política, mas também nas relações familiares e, até mesmo, empresariais (Nunes; Traumann, 2023). Porém, ainda não está suficientemente clara a relação entre ideologia e polarização no Brasil. Haveria ou não haveria bases ideológicas na polarização afetiva brasileira?

Esta não é uma pergunta de fácil resposta. Até bem pouco tempo atrás, a sabedoria convencional da literatura era de que o comportamento dos brasileiros seria ideologicamente inconsistente (Reis, 1978, 1988; 2000; Carreirão, 2007; Bonifácio; Casalecchi; Sandes-Freitas, 2014; Oliveira; Turgeon, 2015; Borges; Vidigal, 2018; Samuels; Zucco, 2018; Pereira, 2020). Nos últimos anos, porém, a literatura brasileira tem trazido evidências de que a política nacional estaria assumindo contornos ideológicos mais claros, principalmente em função da radicalização política da direita, fazendo com que também o comportamento eleitoral dos brasileiros esteja ideologicamente mais organizado, com maiores taxas de autoposicionamento e associação de *issues* com o voto (Fuks; Marques, 2020; Rennó, 2020, 2022). Por outro lado, mesmo neste atual contexto de reorganização ideológica, há aqueles que atestam que esse movimento é dirigido mais pela vinculação afetiva com os candidatos, faltando consistência entre as posições simbólicas e posições nos *issues* (Russo; Junior; Avelino, 2022; Moreira; Rennó, 2024; Moreira; Cardoso, no prelo).

A fim elucidar a forma como essa relação se estabelece no país, este capítulo utiliza-se dos dados de 2002 a 2022 para investigar a associação entre o autoposicionamento ideológico dos brasileiros, conhecido pela literatura como o aspecto simbólico da ideologia (Ellis; Stimson, 2012), e a polarização afetiva entre eleitores de Lula e de Bolsonaro, comparando essa associação com momentos anteriores a essa reorganização ideológica identificada por parte da literatura. Além disso, valendo-se da rodada de 2022, o capítulo também investiga a associação entre a ideologia operacional dos respondentes, medidas por dimensões latentes construídas por posições em um conjunto de *issues*, e a polarização afetiva daquele ano, a fim de elucidar se essa associação alcança também um aspecto programático e não apenas simbólico e identitário da ideologia.

O capítulo se divide em cinco seções além desta introdução. Na primeira, apresento sucintamente o debate e a problemática da literatura internacional sobre a conexão entre polarização afetiva e ideologia. Em seguida, revisito a sabedoria convencional da literatura brasileira sobre inconsistência ideológica dos brasileiros e os estudos mais atuais que divergem sobre se ela estaria, ou não, superada. Na seção metodológica, apresento as estratégias de mensuração e os testes que empreendi a fim de avaliar a conexão entre os dois fenômenos no Brasil. As duas últimas seções são constituídas pelos resultados e pela conclusão, separadamente.

A relação entre ideologia e polarização afetiva

A maioria dos estudos atuais sobre polarização não apenas concorda que polarização afetiva e polarização ideológica são fenômenos conceitual e empiricamente distintos, como têm tentado estabelecer fronteiras claras entre as duas (Reiljan, 2020). A polarização ideológica se refere ao processo de aumento do extremismo ideológico e de esvaziamento do centro (Fiorina; Abrams, 2008; Fiorina; Abramowitz, 2013), enquanto a polarização afetiva, como vimos, se refere ao processo de crescente desafeto entre grupos políticos adversários (Iyengar *et al.*, 2012; Iyengar *et al.*, 2019). Apesar dessa diferença fundamental, entender como ideologia e polarização afetiva se relacionam não é trivial.

De um lado, há autores que sustentam que a polarização afetiva seria um fenômeno de natureza psicológica e identitária, decorrente mais do aumento da saliência da identidade de grupo, por exemplo, em função de campanhas agressivas e do *sorting* social, do que da discordância sobre posições programáticas (Iyengar *et al.*, 2012; Mason, 2018). Sob essa perspectiva, a polarização afetiva seria mais bem compreendida sob o prisma da teoria da identidade social, em uma abordagem mais identitária e psicológica do partidarismo, tal como descrita pela escola de Michigan, ainda nos anos 60 (Campbell *et al.*; 1960). A explicação do fenômeno não teria nada a ver com teoria espacial do voto ou ideologia, mas derivaria do paradigma do grupo mínimo, cunhado e desenvolvido por Tajfel e colaboradores (Tajfel 1970; Tajfel *et al.*, 1971; Billig; Tajfel 1973; Tajfel; Turner 1979). Segundo o paradigma do grupo mínimo, a mera identificação com algum grupo é capaz de desencadear sentimentos positivos em favor do grupo com que se compartilha alguma identificação, ou *ingroup*, e sentimentos de desafeição por aqueles que estão fora, o *outgroup*.

Ademais, segundo os autores que compartilham dessa perspectiva, a própria identificação das pessoas com rótulos como liberal/conservador e esquerda/direita seria

identitária e não necessariamente atrelada a posições programáticas (Mason, 2018). A diferença ideológica percebida entre os partidos seria, ela mesma, decorrente do raciocínio motivado. É o afeto que explica a percepção das posições ideológicas, não o contrário (Ward; Tavits, 2019).

Outros autores, por sua vez, têm encarado a polarização sob uma lente mais downsiana e apresentado dados que demonstram alguma racionalidade por parte dos eleitores polarizados. Segundo estes, os eleitores desenvolveriam sentimentos de desafeto em relação aos políticos que representam posições ideológicas mais distantes das suas, pois percebem os riscos que a vitória de candidatos ideologicamente antagônicos representa para suas próprias preferências sobre como a política nacional deveria ser conduzida (Reiljan, 2020). Ainda, embora o elemento identitário e afetivo não possa ser desconsiderado, parte importante da polarização afetiva seria decorrente da polarização ideológica. O posicionamento ideológico dos partidos e dos candidatos influenciaria o nível de polarização afetiva dos eleitores na medida em que estes teriam maiores níveis de desafeto em relação aos políticos adversários com quem têm divergência em *issues* sociais e redistributivos (Rogowski; Sutherland, 2016). O efeito da distância ideológica sobre o desafeto interpartidário seria, em alguns contextos, até mesmo maior que o da identificação partidária (Webster; Abramowitz, 2017).

Com o interesse de investigar essa associação entre os dois fenômenos, diversos estudos comparativos têm mostrado que a polarização ideológica do sistema partidário pode sim estar correlacionada com a polarização afetiva em relação aos partidos (Wagner, 2021) e com a polarização afetiva em relação aos líderes (Reiljan *et al.*, 2023). Essas pesquisas, porém, ressaltam que essa relação é contextual. Em países em que o *continuum* esquerda/direita é um marcador político importante, em torno do qual se estruturam as principais questões políticas do país, a associação entre ideologia e afeto é mais pronunciada, e a ideologia — e não apenas a identidade — passa a ser um dos principais determinantes da polarização afetiva (Gidron *et al.*, 2022; Reiljan, 2020).

Segundo Rieira e Madariaga, por exemplo, a associação a nível individual entre polarização ideológica e afetiva é moderada por uma série de fatores contextuais; ela seria mais forte em democracias antigas do que nas novas, mais fraca em regimes presidencialistas do que parlamentaristas e mais intensa quando a fragmentação partidária é maior (Rieira; Madariaga, 2023). Além disso, segundo os autores, a conexão a nível individual do extremismo ideológico e polarização afetiva seria moderada também pela saliência da discussão ideológica. Ou seja, em contextos em que os eleitores percebem maior polarização

ideológica do sistema partidário, a conexão entre posições ideológicas e polarização afetiva seria mais intensa.

Esse debate teórico não é esvaziado de consequências práticas, nem deve interessar apenas aos acadêmicos. Caso a polarização seja prioritariamente decorrente de mecanismos identitários e ideologicamente desestruturada, ressaltar elementos de identidade compartilhada e que humanizem os adversários pode funcionar para diminuir a polarização. É o que uma série de evidências experimentais têm mostrado (Rogowski; Sutherland, 2016; Levendusky, 2018a) – embora ainda seja incerto em que medida essas evidências experimentais se aplicariam em contextos reais (Iyengar *et al.*, 2019; Levendusky, 2018b). Se a polarização afetiva for dirigida por elementos de natureza identitária, mas também estiver associada a posições ideológicas, ela expressaria alguma racionalidade política e programática por parte dos eleitores. Nesse caso, ela pode se mostrar mais difícil de ser superada, sendo, portanto, mais duradoura (Webster; Abramowitz; 2017).

À luz desses estudos comparativos, a associação entre polarização afetiva e ideologia no Brasil é incerta. Somos uma democracia jovem, presidencialista e com alta fragmentação partidária. Qual poderia ser o caso da polarização afetiva entre lulistas e bolsonaristas no Brasil? Existe um alinhamento ideológico subjacente à polarização afetiva entre eleitores de Lula e Bolsonaro no Brasil?

Polarização afetiva e ideologia no Brasil

De acordo com a sabedoria convencional da ciência política brasileira, a conexão entre polarização afetiva e ideológica é pouco crível. A perspectiva hegemônica da literatura nacional tem sido de que a ideologia não explica o comportamento eleitoral nem partidário e que, tampouco, há associação entre autopoicionamento ideológico e atitudes em relação à *issues* sociais ou econômicos relacionados ao *continuum* esquerda-direita (Reis, 1978; 1988; 2000; Oliveira; Turgeon, 2015; Borges; Vidigal, 2018; Samuels; Zucco, 2018; Carreirão, 2007; Bonifácio; Casalecchi; Sandes-Freitas, 2014).

Mesmo as pesquisas que tiveram como foco a polarização partidária no país não encontraram evidências de diferenças ideológicas importantes entre petistas e antipetistas, ou entre petistas e pessedebistas (Samuels; Zucco, 2018). Até entre eleitores com forte identificação partidária, as distinções ideológicas e de opinião sobre temas como redistribuição de renda e gasto público eram mínimas ou inexistentes (Borges; Vidigal, 2018). Aqueles que afirmavam que a ideologia importava na hora do voto (por exemplo, Singer,

2000) eram minoritários e fortemente questionados por outros pesquisadores (Rennó; Cabello, 2010).

Esse grande pessimismo sobre a capacidade de a maioria do eleitorado ter alguma compreensão ou adesão minimamente sofisticada da disputa programática que se processava nas disputas presidenciais, porém, não era estranho. Desde a redemocratização, a tendência ideológica do sistema partidário foi caracterizada como centrípeta. A maior parte da direita sequer se reivindicava enquanto tal, reverberando o fenômeno classicamente conhecido como síndrome da direita envergonhada e, ao mesmo tempo, os partidos de esquerda aderiam cada vez mais a políticas de orientação economicamente liberais (Zucco, 2011). Desde a chegada do PT à presidência — e um processo de diluição de sua *partybrand* —, a relação entre ideologia, voto e partidarismo estaria, inclusive, diminuindo (Carreirão, 2007; Bonifácio; Casalecchi; Sandes-Freitas, 2014).

Nos últimos anos, porém, a direita passou a se reorganizar e a se assumir cada vez mais enquanto tal. Na crise do petismo, a direita pôde “sair do armário”, não só no plano institucional, como em várias outras áreas da sociedade e espaços tradicionalmente ocupados pela esquerda, como as ruas (Quadros; Madeira, 2018; Avritzer, 2017; Alonso, 2017; Rocha, 2019). Neste novo cenário, novas evidências passaram a mostrar um grande aumento da correlação entre voto e identificação ideológica no Brasil a partir de 2018. O bolsonarismo estaria associado a diversas questões de posição, inclusive relativas a privatizações e redistribuição (Rennó, 2020; 2022), costumes e segurança pública (Fuks e Marques, 2020). Há, até mesmo, pesquisadores que indicam alguma polarização ideológica no país, embora afirmem que essa polarização seja restrita ao autoposicionamento ideológico e à dimensão dos costumes (Ortellado *et al.*, 2022).

Esses indícios de ideologização do eleitorado brasileiro fazem sentido. Já nos anos 1970, pesquisadores observaram que o argumento da escola de Michigan — de que a maioria dos eleitores não compreendia a política em termos ideológicos (Converse, 1964) — não era absoluto. Estudos mostraram que contextos de debate ideológico intenso estimulam até mesmo eleitores pouco sofisticados a pensar e agir de forma mais alinhada à ideologia (Nie; Andersen, 1974). Pesquisas comparadas indicam que, em ambientes polarizados, os eleitores conseguem se posicionar mais facilmente na escala ideológica, distinguir melhor os partidos e alinhar o voto às próprias preferências (Lachat, 2008; Dalton, 2011; Zechmeister; Corral, 2013; Singer, 2016; Zingher; Flynn, 2019; Hare, 2021; Gonthier; Guerra, 2022). Há evidências — nos EUA (Zingher; Flynn, 2019), na Europa (Lachat, 2008) e América Latina (Singer, 2016; Zechmeister; Corral, 2013) — de que a polarização fortalece a relação entre

posicionamento ideológico e voto, mesmo entre quem não possui identificação partidária (Dalton, 2011; Gonthier; Guerra, 2022).

Porém estamos longe de chegar em um consenso sobre este assunto. Segundo um conjunto de pesquisas recentes baseadas nos estudos que discutem a formação das atitudes com base nas "colas" fornecidas pelas elites e na sua capacidade de conversão dos eleitores (Zaller, 1992; Lupia, 1994; Green; Palmquist, 1994; Lenz, 2009), mesmo no atual contexto, quando há uma maior conexão entre ideologia e voto, as conclusões mais otimistas sobre a existência de um comportamento ideológico não podem ser exageradas. Segundo essas pesquisas, é o conhecimento sobre o posicionamento ideológico dos candidatos atrelado às predisposições afetivas em relação a eles que influencia a forma como os eleitores se posicionam na escala – não o contrário (Pereira, 2020; Russo *et al.*, 2022; Moreira e Rennó, 2023). Assim, parte dos eleitores que se posicionam na direita e votam em Bolsonaro, sugerindo consistência ideológica, seriam na verdade direitistas convertidos, que assumiram posições simbólicas ou operacionais congruentes com a de Bolsonaro somente após tomarem conhecimento das posições do político.

Os eleitores não teriam posicionamentos ideológicos mais estáveis do que antes, nem teria ocorrido um grande aumento da consistência ideológica, ou seja, da conexão entre ideologia simbólica e operacional, nos últimos anos. Além disso, o principal preditor da identificação ideológica não seriam as posições em relação a *issues*, mas sim o afeto pelos presidencialistas. Dessa forma, embora os eleitores tenham se tornado mais capazes de se localizar na escala ideológica e mesmo associar esses posicionamentos com o voto, ainda faltaria no Brasil a estabilidade, a sistematicidade e a consistência que caracterizariam um sistema de crenças ideologicamente estruturado (Moreira; Cardoso, no prelo).

Diante do exposto, este capítulo parte da premissa de que a relação entre ideologia e polarização afetiva no Brasil ainda é objeto de controvérsia teórica e empírica. De um lado, a literatura sugere que a crescente visibilidade da clivagem esquerda-direita e a reorganização do campo político, especialmente a partir de 2018, favoreceram uma maior associação entre autoposicionamento ideológico e comportamentos e afetos políticos. De outro, estudos recentes alertam para as limitações dessa “reideologização”, sugerindo que a estrutura ideológica do eleitorado permanece restrita a uma parcela politicamente sofisticada da

população e circunscrita a determinados temas, especialmente ligados à dimensão dos costumes e segurança pública¹. Com base nessas discussões, formulo a seguinte hipótese:

Hipótese 1 (H1): O grau de associação entre o autopoicionamento ideológico na escala esquerda-direita e os níveis individuais de polarização afetiva aumentou ao longo do tempo, sendo mais elevado em 2022, quando teve por objeto de afeto os candidatos Lula e Bolsonaro, do que nas eleições anteriores.

Quanto a associação entre posições em, prefiro adotar uma postura mais aberta e não formular uma hipótese direta. Acredito, porém, que a associação entre posições em *issues* específicos e polarização afetiva no Brasil tende a variar conforme a dimensão ideológica em questão e o perfil dos eleitores. Embora existam indícios, por exemplo o de Fuks e Marques (2020), que permitam supor que a dimensão dos costumes e segurança pública esteja mais relacionada à polarização afetiva, não se descarta que em outras dimensões — ou em determinados segmentos do eleitorado — essa associação seja fraca ou inexistente.

Dados e operacionalização

Para investigar a existência ou ausência de associação entre posições ideológicas na polarização afetiva entre eleitores de Lula e Bolsonaro, e se essa associação aumentou em comparação com outros embates eleitorais anteriores, utilizei os dados de opinião pública provenientes do ESEB, entre os anos de 2002 e 2022 (ESEB, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022). O *survey* é um dos principais projetos acadêmicos com amostragem nacional realizados no Brasil, sendo tradicionalmente conduzido nos meses seguintes às eleições presidenciais. Outra vantagem do ESEB é que ele possui perguntas adequadas para medir a polarização afetiva, assim como uma ampla gama de perguntas sobre *issues*, autopoicionamento ideológico dos eleitores e voto.

Para medir a polarização afetiva, que é a variável dependente, segui o *insight* proposto por Fuks e Marques (2022), de medir a polarização afetiva no país tendo como referência as duas lideranças políticas centrais da disputa presidencial. Trata-se de uma estratégia de mensuração alternativa à medida tradicional ancorada em partidos, mais adequada para um contexto em que os partidos — à exceção do PT — carecem de maior enraizamento social e

¹ Este é o caso, por exemplo, de Fuks e Marques (2020), que encontraram evidências de associação entre costumes e segurança pública com o voto em Bolsonaro em 2018, ou de Ortellado *et al.* (2022), que afirmam a existência de uma polarização nos costumes, mas não na dimensão econômica.

apropriada para mensurar a polarização afetiva entre eleitores de Lula e Bolsonaro, assim como a entre seus predecessores. Dessa forma, operacionalizei o nível de polarização afetiva de cada eleitor calculando a diferença, em módulos, da escala de afeto, em que 0 é *não gosta de jeito nenhum* e 10 é *gosta muito*, em relação aos dois candidatos presidenciais que se enfrentaram em cada um dos segundos turnos. O resultado é uma variável de polarização afetiva que varia de 0 a 10, em que quanto maior o score, mais se tem uma vinculação afetiva positiva com um dos candidatos e, por outro lado, uma vinculação afetiva negativa com o candidato adversário. Nas análises em que julguei necessário, como quando segmento os eleitores pelo voto, essa variável foi reoperacionalizada para indicar uma direção mais positiva em relação a um dos candidatos em que se votou².

Para mensurar a ideologia dos eleitores, utilizei duas medidas distintas, em linha com a distinção proposta por Ellis e Stimson (2012), entre ideologia simbólica e ideologia operacional. A ideologia simbólica foi mensurada por meio da autolocalização em uma escala de 0 a 10, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a mais à direita. Em seguida, a variável foi operacionalizada de modo que captasse a distância em relação ao ponto do meio da escala, variando de 0 a 5, de modo que quanto mais extrema, à esquerda ou à direita, for a autolocalização do entrevistado, mais alto o valor que ele assume na escala. Essa medida, então, foi usada como variável independente em todos os anos de 2002 a 2022.

Já a ideologia operacional — ou programática — foi aferida a partir de uma bateria de quatorze perguntas que capturam posições em diferentes temas de política pública. Essas questões abordaram tanto pautas de costumes quanto temas ligados à segurança pública e à economia. A escolha por múltiplas dimensões se justifica pelo fato de que, conforme argumenta a literatura internacional (por exemplo, Carmines; D'Amico, 2015) e nacional (Silva, 2017), as atitudes sobre esses *issues* tendem a se organizar de forma multidimensional, não necessariamente alinhadas a um único eixo ideológico. Assim, a fim de elucidar em que medida as bases da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro são apenas simbólicas ou se possuem algum conteúdo substantivo e programático, estimei uma série de modelos de TRI³ para cada conjunto. A redução dimensional resultou na identificação de duas escalas válidas: uma relacionada a costumes — composta por itens como casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção por casal gay, descriminalização do uso de drogas, ensino religioso nas escolas e legalização do aborto — e outra relacionada à segurança pública, formada por itens como

² Gráficos descritivos dessas variáveis independentes, com média e desvio padrão e detalhadas para o ano de 2022, podem ser encontrados nos Anexos.

³ Informações metodológicas adicionais, incluindo detalhes sobre o modelo de TRI adotado e diagnósticos completos da estimação, encontram-se no Anexo.

maior rigor penal, pena de morte e militarização das escolas. Ambas as escalas apresentaram parâmetros satisfatórios e foram transformadas para variar de 0 a 10, representando de forma contínua o posicionamento do respondente em cada eixo.

Por outro lado, o conjunto de itens econômicos não apresentou ajuste adequado no modelo de TRI. Diante disso, a dimensão econômica foi construída por meio de uma medida mais simples: a soma das posições em relação ao apoio ao Bolsa Família e ao Auxílio Brasil, posteriormente reescalada para também variar de 0 a 10. Por fim, como o objetivo era medir a conexão entre essas posições e a polarização afetiva naquele ano, ora elas foram operacionalizadas pela distância em relação ao ponto do meio da escala, quando a análise tinha por base toda a amostra, ora numa direção pró-esquerda, quando a base era de eleitores de Lula, ou pró-direita, quando a base era de eleitores de Bolsonaro.

Como variáveis de controle para os vários modelos, incluí questões sociodemográficas como sexo, idade, escolaridade, região, religião, cor e renda⁴. A opção por um conjunto restrito de controles segue recomendações metodológicas recentes (Agnolin *et al.*, 2025; Lenz & Sahn, 2020), que enfatizam a importância de priorizar variáveis exógenas, evitando, assim, controlar por variáveis pós-tratamento, colisoras ou mediadoras. Em termos formais, esses modelos podem ser representados pela seguinte fórmula, y_i é a medida de polarização afetiva do indivíduo i , X_{1i} é, em cada um dos modelos, a variável de ideologia explicativa principal — ou seja, a ideologia simbólica para as análises comparativas entre 2002 e 2022 e as dimensões de ideologia operacional para o ano de 2022 — e X_{ki} são os controles:

$$y_i = \alpha + \beta_1 x_{1i} + \sum_{k=1}^K \gamma_k x_{ki} + \varepsilon_i$$

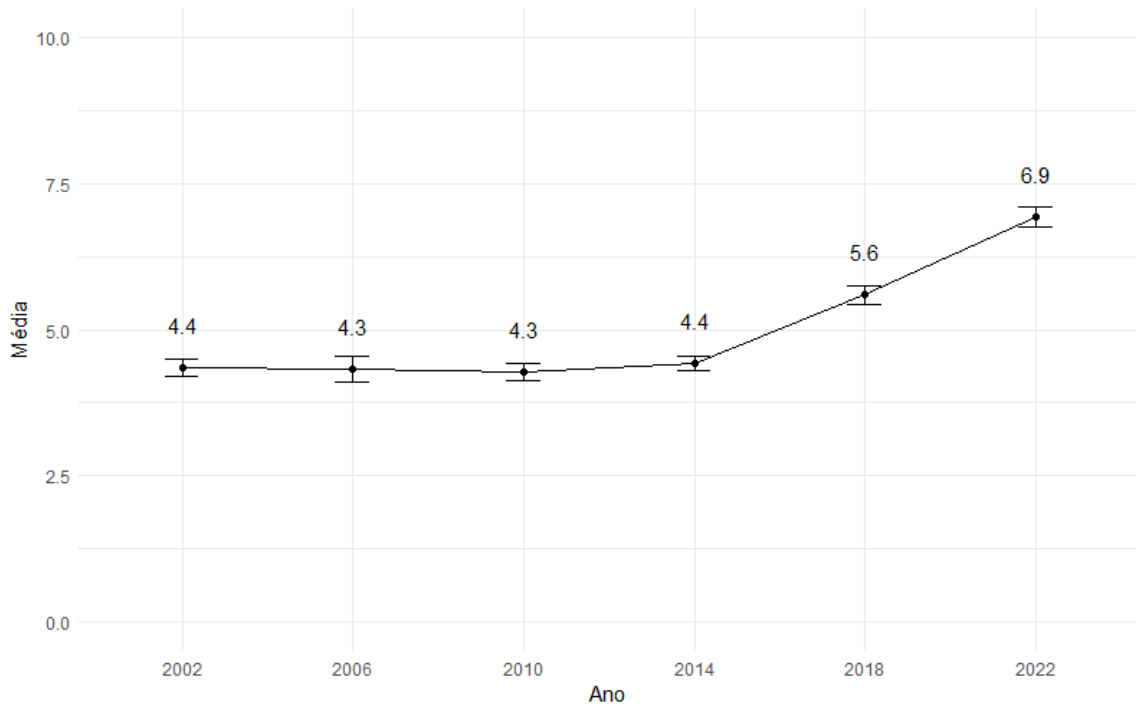
A polarização afetiva Lula X Bolsonaro comparada

Antes de apresentar os resultados dos modelos, é interessante observar a evolução histórica de algumas variáveis descritivas que dão suporte à tese defendida por autores como

⁴ As variáveis de cor e renda foram usadas apenas nas análises de 2022, que não têm como foco a série histórica. Isso porque, em algumas rodadas anteriores do ESEB, as taxas de não resposta eram altas, no caso de renda, ou não havia a pergunta, no caso de cor, e, embora isso não ocorra em todas, optei por manter a comparabilidade exata adotando a mesma forma de operacionalização nos modelos com comparação histórica.

Fuks e Marques (2020), que atestam ser o ambiente político brasileiro percebido de forma mais ideológica pelos eleitores brasileiros.

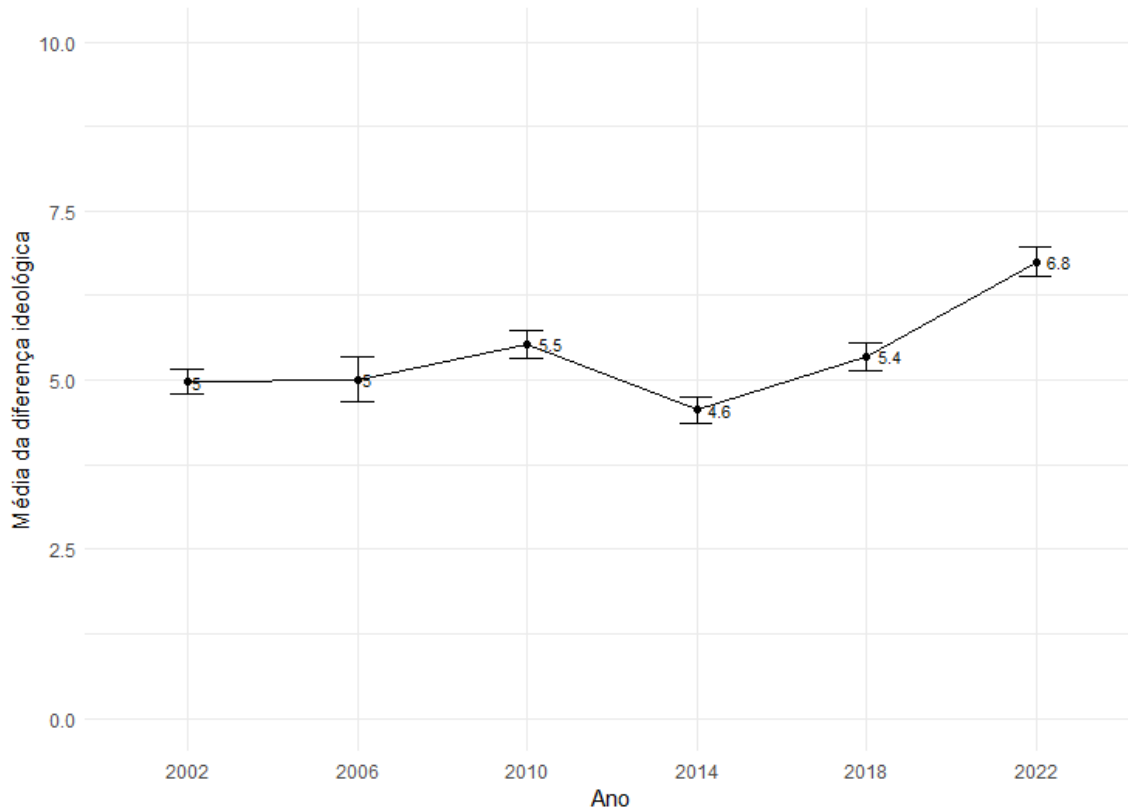
Figura 1 - Polarização afetiva em relação a líderes (2002 - 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

O gráfico da Figura 2 apresenta a média da diferença ideológica percebida pelos eleitores entre o PT e seus principais concorrentes nas disputas presidenciais desde 2002. Valores próximos de zero indicam pouca diferença média nesses posicionamentos percebidos. Já valores próximos de 10 apontam para uma percepção elevada de polarização ideológica.

Figura 2 - Percepção da polarização ideológica entre PT e PSDB (2002 - 2014), PSL (2018) e PL (2022)



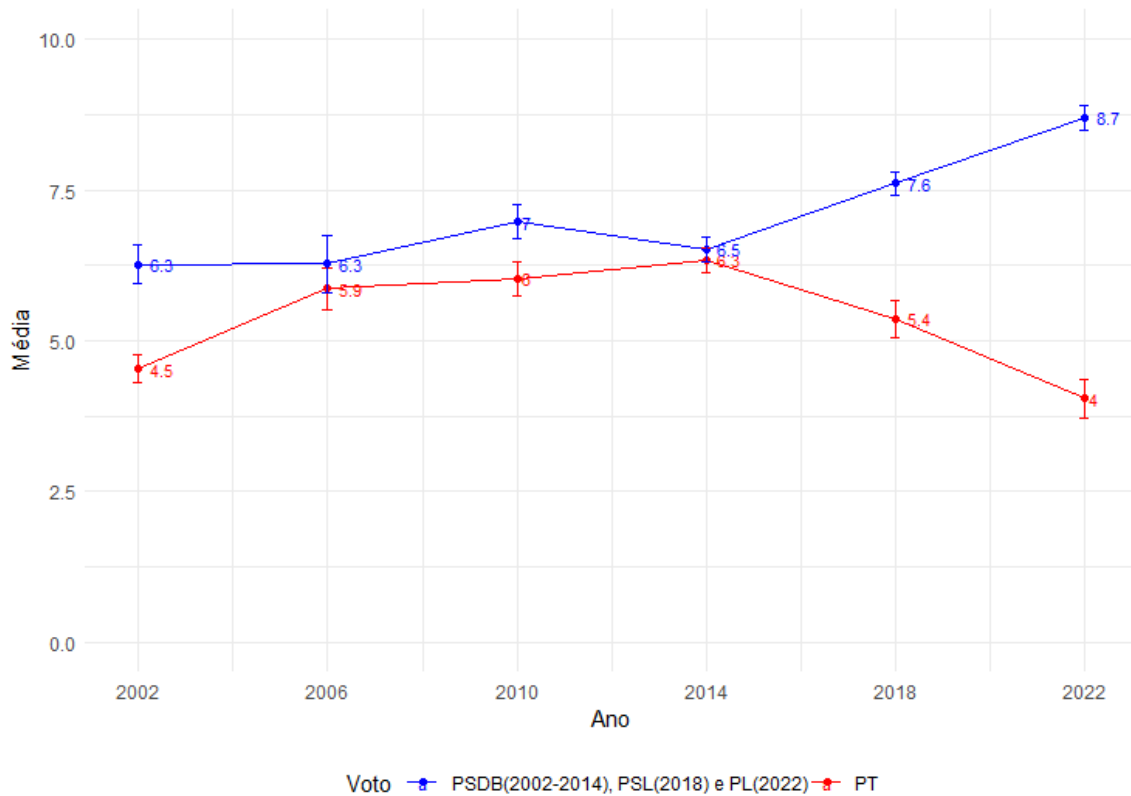
Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

Os dados mostram, de forma clara, o aumento na percepção de polarização ideológica. Em 2002, a média da distância percebida entre PT e PSDB era de cinco pontos, numa escala de 0 a 10, valor semelhante ao de 2014 (4,6 pontos). Em 2018, a distância, agora entre PT e PSL, já aumentou para 5,4, atingindo o mesmo nível de 2010. Em 2022, enfim, a distância entre PT e PL chegou a inéditos 6,8 pontos. Esse é o maior valor de toda a série histórica, indicando que, para os brasileiros, PT e PL, partidos de Lula e Bolsonaro respectivamente, são vistos como partidos não só diferentes, mas mais antagônicos em termos ideológicos que a competição entre seus predecessores.

Atualmente, também se observa a maior diferença histórica no autoposicionamento dos eleitores do PT e os de seus adversários. A Figura 3 mostra que, em 2022, os eleitores de Bolsonaro, em média, se aproximam do ponto 9 da escala, ficando cerca de 1 ponto mais à direita do que em 2018 e 2 pontos à direita dos eleitores do PSDB em 2014. Os eleitores do PT, por sua vez, que até 2018 ocupavam posições próximas a centro-direita, passaram a se localizar mais à esquerda, ainda que de modo mais moderado. Isso revela uma guinada

ideológica mais marcada em relação à série histórica, com uma distância de quase 5 pontos entre os dois segmentos.

Figura 3 - Evolução da média do autopoicionamento ideológico, por voto no 2º turno das eleições presidenciais (2002 - 2022)

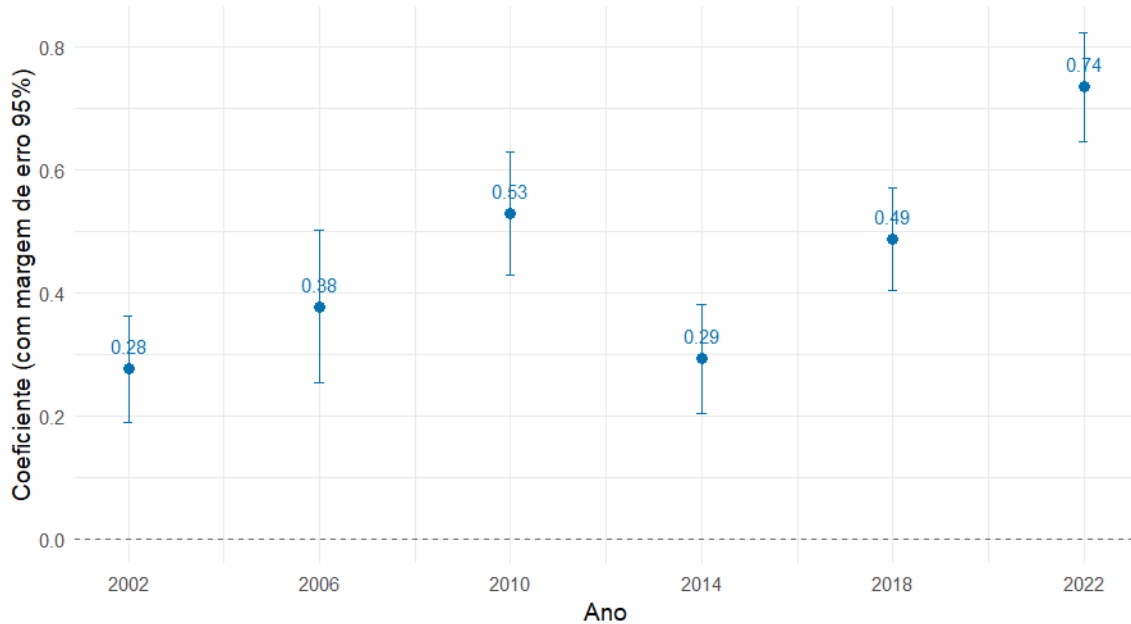


SSS

Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

Os achados sobre o aumento da saliência do autopoicionamento ideológico e da percepção de polarização dialogam diretamente com a literatura que sugere um processo de reideologização do eleitorado brasileiro. A partir de 2018 — e, principalmente em 2022 —, observa-se uma maior estruturação ideológica do voto, alinhando-se ao que Fuks e Marques (2020) identificam como um ambiente mais polarizado e ideologicamente consistente. Neste contexto de maior saliência ideológica, como vimos (Rieira; Madariaga, 2023), é esperado que as posições ideológicas mais extremas se associem com a polarização afetiva em uma intensidade maior do que nos ciclos eleitorais anteriores. É isto o que mostra a Figura 4: os coeficientes do extremismo ideológico de cada um dos 6 modelos, entre 2002 e 2022, tiveram a polarização afetiva como variável dependente.

Figura 4 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciais por extremismo ideológico (2002 - 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

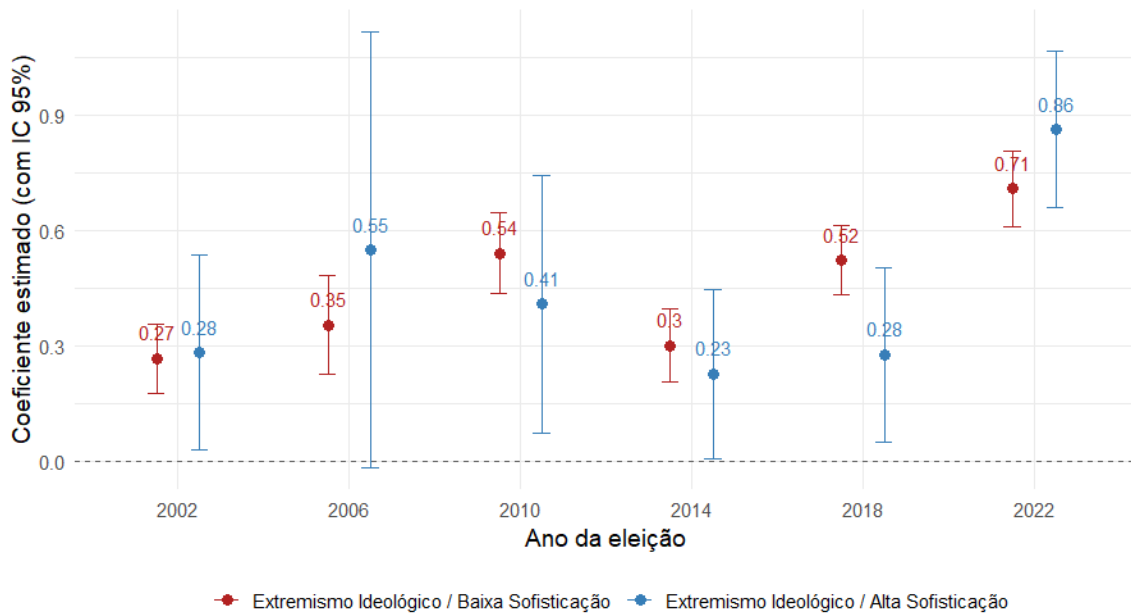
Como podemos analisar, em toda a série histórica há alguma associação entre se posicionar mais próximo dos extremos da escala de ideologia simbólica e a escala de polarização afetiva. Porém, após oscilações entre 2002 e 2014, esse valor torna-se maior no ano de 2018 e aumenta expressivamente no ano de 2022, atingindo o maior nível nos últimos 20 anos. Em 2022, cada ponto somado em direção ao extremo ideológico está associado a um aumento de, em média, 0,74 pontos na polarização afetiva – mais que o dobro do observado em 2002 ou 2014, anos com os menores coeficientes. Não se trata de uma variação pequena: em 2022, quem se localizava nos extremos (0 ou 10) teve, em média, uma pontuação 3,7 pontos maior na escala de polarização afetiva do que quem se posicionava no centro (5), valor que corresponde a cerca de um desvio padrão (3,5).

O gráfico da Figura 5 repete as modelagens anteriores, mas agora dividindo-se a amostra entre eleitores com baixa e alta sofisticação política⁵. A literatura mostra que eleitores mais sofisticados tendem a estruturar suas posições de forma mais ideológica. Porém, os resultados indicam que essas associações são estatisticamente significativas na maioria dos anos, independentemente do nível de sofisticação. Todavia, destaca-se que, entre 2018 e 2022,

⁵ Diferentemente do que ocorre em alguns surveys internacionais, o ESEB não dispõe, em nenhuma de suas edições, de um indicador padronizado de sofisticação política baseado em questões de conhecimento político. Assim, para todas as rodadas analisadas (2002 a 2022), recorreremos ao nível de escolaridade como medida substituta, classificando os entrevistados de forma binária entre aqueles com ensino superior completo e os demais.

essa relação aumentou de modo expressivo, inclusive entre os menos sofisticados. Em outras palavras, a mudança de padrão observada quando a polarização afetiva que se processa entre Lula e Bolsonaro — e que permite caracterizá-la, ao menos simbolicamente, como mais ideológica — representa uma mudança tão profunda, que passou a afetar até mesmo os eleitores menos propensos a associarem ideologia e afeto político.

Figura 5 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presideciáveis por extremismo ideológico | Nível de sofisticação política (2002 - 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

Confirma-se, assim, a Hipótese 1, mais inclinada a concordar com o diagnóstico de que estamos mais ideológicos após a reorganização da direita e a entrada de Jair Bolsonaro no pleito presidencial. O grau de associação entre o autoposicionamento ideológico na escala esquerda-direita e os níveis individuais de polarização afetiva, de fato, aumentou ao longo do tempo. Ele é mais elevado em 2022 do que em todas as eleições anteriores para as quais existem dados. Houve, de fato, uma mudança de padrão importante. Há mais bases ideológicas na polarização entre essas duas figuras políticas do que a processada em qualquer outro momento da história. Ao menos quando consideramos a ideologia em seu aspecto simbólico, é claro.

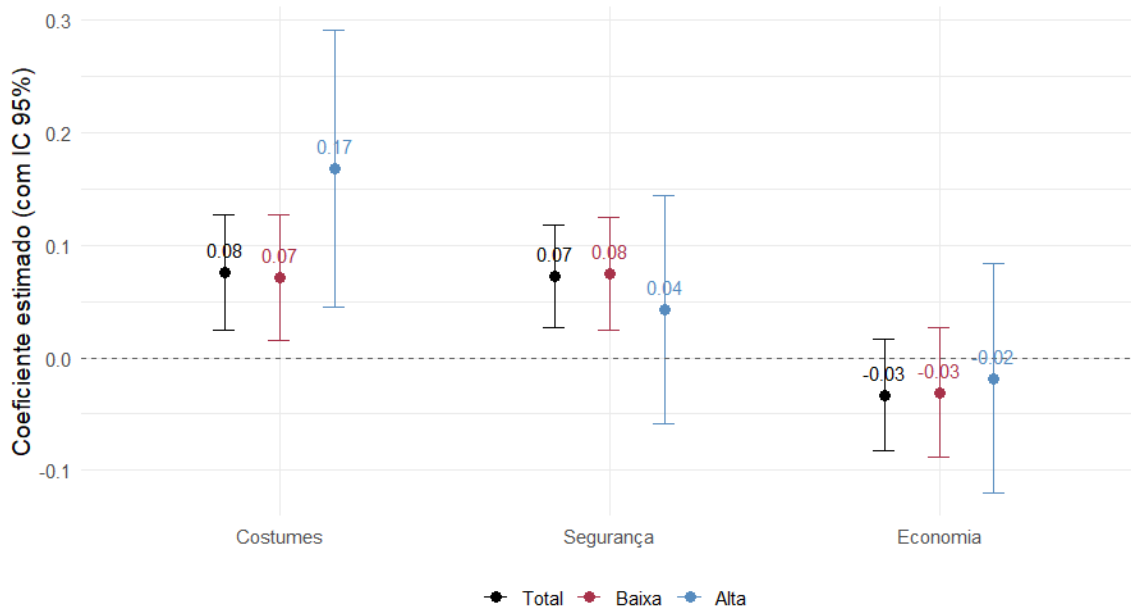
A (in)existência de conteúdo programático da polarização afetiva

Se, no entanto, esses valores confirmam a Hipótese a 1, ao mostrar que a polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro é a que mais se associa com a escala simbólica de ideologia, quando analisamos a existência de associação entre essa medida e as dimensões operacionais de ideologia — a fim de investigar a existência de um conteúdo propriamente programático na mesma —, vemos um resultado menos pronunciado.

O gráfico da Figura 6, abaixo, mostra os coeficientes de três modelos, um com a amostra toda e dois em que dividi novamente a amostra entre eleitores mais e menos sofisticados politicamente. Cada um deles tem a polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro como variável dependente; e as três dimensões da ideologia operacional, mensuradas pelas distâncias em relação ao ponto do meio das escalas, como variáveis independentes.

A partir do gráfico da Figura 6, é possível observar as limitações de uma narrativa mais otimista em favor da existência de um profundo conteúdo programático na polarização. Embora a polarização seja fortemente baseada em identidades ideológicas simbólicas, apenas as dimensões de costumes e segurança pública apresentaram alguma associação com a polarização afetiva — e, mesmo assim, com coeficientes pequenos em relação ao desvio padrão, de 3,5. Entre os eleitores mais sofisticados não há nenhuma associação entre posições relativas à segurança pública e a polarização afetiva. Ademais, na dimensão que mede ideologia econômica, aqui entendida como apoio ou não à redistribuição de renda, não se observa associação em nenhum dos grupos.

Figura 6 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro | Nível de sofisticação política (2022)

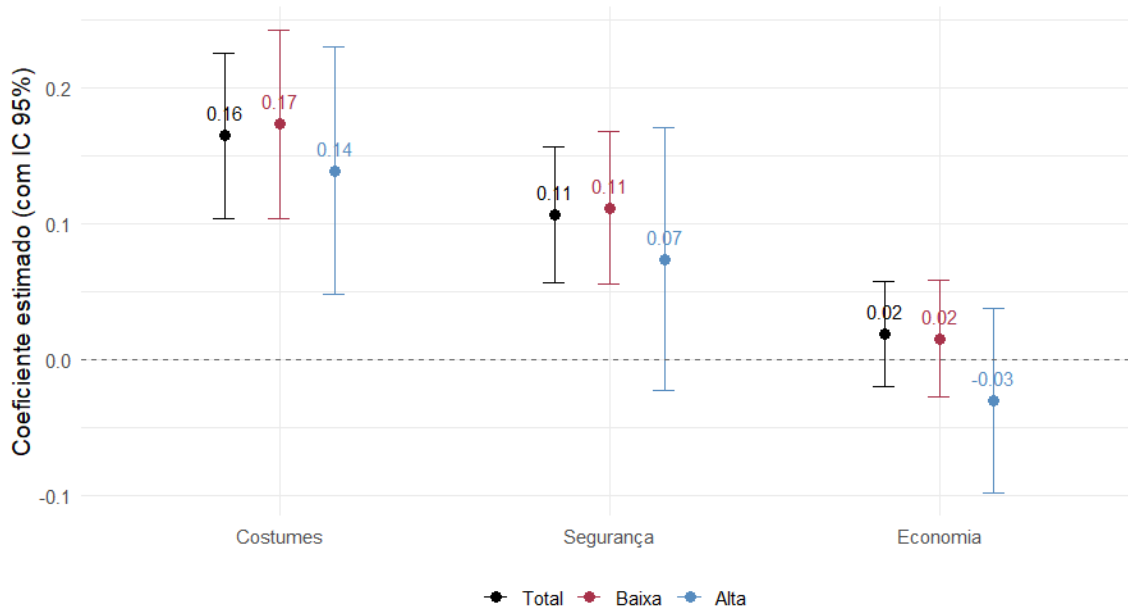


Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

A Figura 7 mostra os coeficientes das dimensões de ideologia apenas para os eleitores de Bolsonaro. Os três modelos têm novamente uma estrutura parecida. Aqui, porém, a variável de polarização afetiva foi operacionalizada num sentido pró-Bolsonaro, ou seja, com valores menores indicando sentimentos mais favoráveis ao Lula (e desfavoráveis ao ex-presidente direitista), e valores maiores indicando forte vinculação positiva com Bolsonaro (e negativa com o Lula). Além disso, as dimensões de ideologia foram construídas para variar num sentido específico, assumindo posições mais conservadoras quanto maiores os valores.

Os resultados foram bem próximos do analisado no gráfico anterior: associações pequenas em relação ao desvio padrão (de 1,8), restritas à dimensão dos costumes e da segurança pública, ausentes para os mais sofisticados nesta última dimensão e ausentes entre todos os grupos quanto à dimensão econômica.

Figura 7 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro | Nível de sofisticação política (2022) - Entre eleitores de Bolsonaro

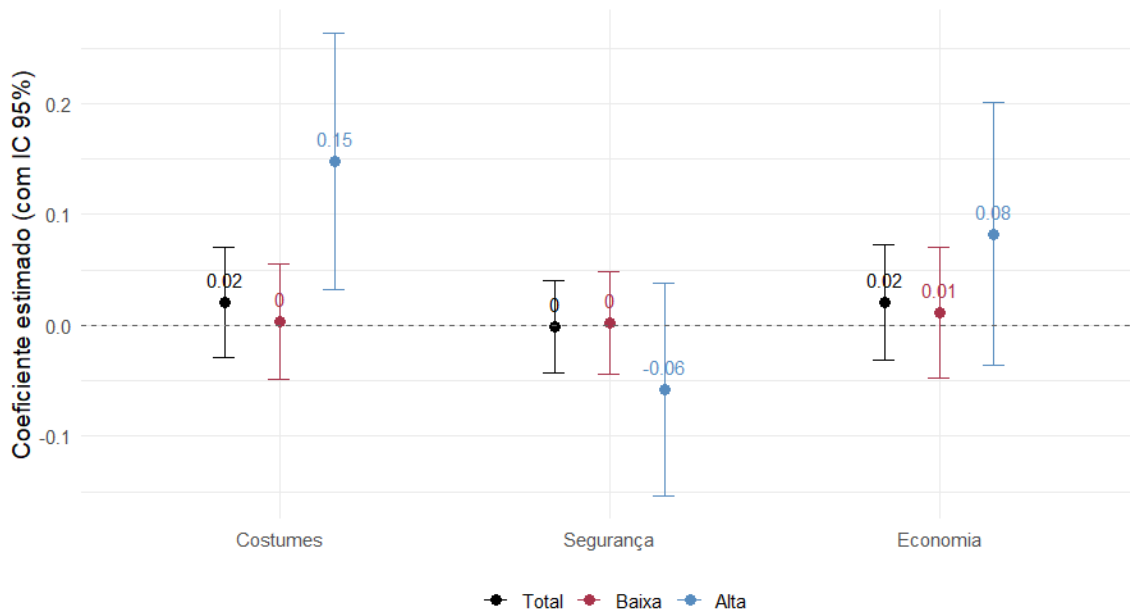


Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

As duas figuras anteriores, porém, contam apenas parte da história, podendo esta ser lida pela perspectiva do “copo meio cheio”. No entanto, quando analisamos os modelos da Figura 8, que têm como base amostral apenas os eleitores que votaram em Lula no segundo turno, o baixo conteúdo programático fica ainda mais evidente⁶. Nos modelos com toda a base de eleitores de Lula e também entre os de baixa sofisticação, nenhuma das dimensões ideológicas apresentou qualquer associação com níveis maiores de polarização afetiva. Apenas entre os eleitores mais sofisticados apareceu um coeficiente estatisticamente significativo, e, mesmo assim, somente para a dimensão dos costumes, e com um valor muito pequeno em relação ao desvio padrão, de 1,7.

⁶ Aqui, por razões óbvias, as variáveis tiveram novamente a direção alterada; a variável de polarização afetiva apresenta valores maiores quanto mais pró-Lula foram as respostas dos entrevistados, e as dimensões de ideologia indicam posições mais à esquerda.

Figura 8 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro | Nível de sofisticação política (2022) - Entre eleitores de Lula



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

Desta forma, embora eu tenha adotado uma posição menos direta sobre o que esperar da relação entre ideologia operacional e polarização afetiva, minha expectativa sobre ela também foi na direção esperada. A associação entre posições em *issues* específicos e polarização afetiva no Brasil tende a variar conforme a dimensão ideológica em questão e o perfil dos eleitores. A forte polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro, pela qual passa o eleitorado brasileiro, está apenas fracamente associada à dimensão dos costumes e segurança pública, e nada associada à dimensão da economia. Ademais, esta associação é fraca e até mesmo inexistente para alguns segmentos do eleitorado, como para os menos sofisticados e eleitores de Lula.

A fraca associação entre polarização afetiva e as dimensões de costumes e segurança pública reforça o argumento de que, no Brasil, a reideologização ocorre de maneira seletiva. Estes resultados, embora em linha com Ortellado *et al.* (2022) e Fuks e Marques (2020), que observam que o eixo dos costumes concentra a polarização mais intensa e visível, enquanto temas econômicos permanecem periféricos para a organização afetiva do eleitorado, não oferecem bases para se considerar que essa organização tenha promovido uma relação mais *accountable* e ideologicamente congruente para a representação.

Esse resultado corrobora, assim, a perspectiva mais cética de autores como Moreira e Rennó (2023), Moreira e Cardoso (no prelo), e Russo *et al.* (2022), que apontam para a

predominância de vínculos afetivos e identitários sobre alinhamentos programáticos consistentes. O aumento da associação simbólica parece refletir, em parte, um efeito de ‘cola afetiva’, em que o conhecimento das posições dos líderes reforça autoidentificações ideológicas, mas sem necessariamente estruturar em profundidade as preferências de política pública.

Conclusão

Neste capítulo analisei se — e em que medida — a ideologia, ou seja, os posicionamentos simbólicos ou programáticos dos eleitores, se relacionam com maiores níveis de polarização afetiva entre eleitores de Lula e Bolsonaro. Os resultados deste capítulo revelam uma natureza ambígua da polarização afetiva no Brasil. De um lado, há um evidente aumento na estruturação ideológica do comportamento dos brasileiros, dando suporte à perspectiva dos autores mais otimistas quanto à conexão entre ideologia e comportamento político (Fuks & Marques, 2020, 2022; Rennó, 2020; Ortellado *et al.*, 2022). Concomitante ao processo de polarização afetiva no Brasil, os eleitores percebem maiores diferenças ideológicas entre os polos partidários e se autoposicionam mais nos extremos da escala ideológica, o que se associa com seus níveis de polarização afetiva. Além disso, constatou-se que essa associação se intensificou desde 2018.

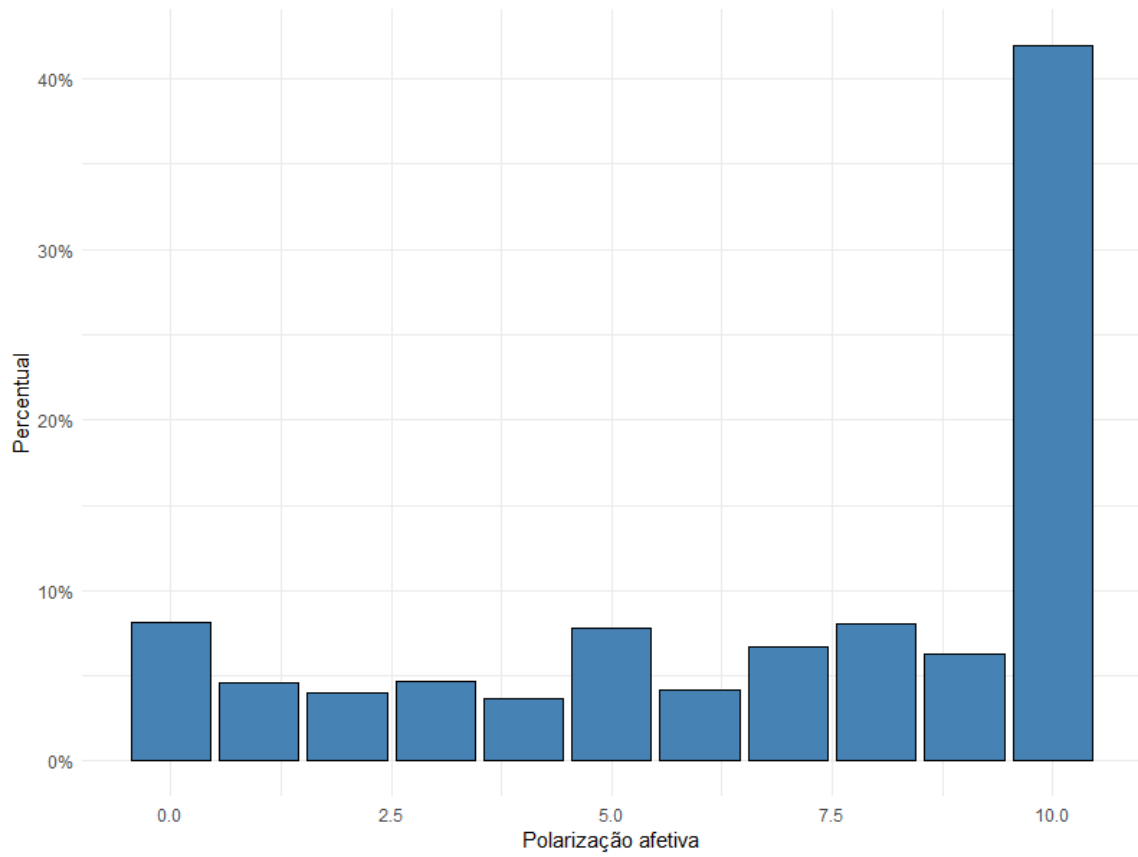
Por outro lado, os resultados também apontam para os limites dessa reideologização, aproximando-se dos argumentos dos autores mais céticos (Russo *et al.*, 2022; Pereira, 2020). Quando levamos em conta a ideologia operacional dos eleitores, apenas temas ligados às dimensões dos costumes e segurança pública aparecem para aqueles eleitores minimamente alinhados à polarização entre Lula e Bolsonaro. A análise mostra, assim, que essa fundamentação ideológica da polarização afetiva tem um conteúdo programático ainda bastante incompleto e incipiente — sendo fortemente ancorada nas dimensões simbólicas e identitárias da ideologia (Moreira & Cardoso, no prelo). Importa destacar, todavia, que esse resultado não nega a relevância da associação da ideologia — tanto simbólica quanto operacional — com o voto, como já bem demonstrado por pesquisas anteriores, nem que não existem diferenças programáticas importantes entre o petismo e o bolsonarismo. Elas existem. O que os achados deste capítulo indicam é que a ideologia operacional, embora associada ao comportamento eleitoral, está longe de ser a explicação principal dos padrões de polarização afetiva observados no Brasil recente.

Assim, tendo em vista o puzzle inicialmente proposto entre durabilidade da polarização e qualidade da representação, o cenário da polarização afetiva brasileira parece sinalizar o pior entre dos dois mundos. O movimento de reideologização que, à primeira vista, parece sinalizar um ambiente mais propício ao *accountability* (Downs, 1957) e à representação (Dalton, 2011; Singer, 2016), mostra-se incompleto. Isto, todavia, não parece um indicativo de que a reideologização possa desaparecer facilmente. Ao seguir um caminho mais próximo do "clubismo" ideológico, para reverberar a analogia de Reis (1978; 1988), a polarização pode reforçar antagonismos, cristalizar divisões duradouras, dificultar o diálogo democrático e, em última instância, reduzir a qualidade da representação.

O efeito prático disso é preocupante, pois o sistema político passa a operar sob a lógica de lealdade irrestrita ao grupo, gerando resistências diante de escândalos, e condicionando avaliações negativas ou positivas do desempenho presidencial, dependendo se o presidente é percebido como "adversário" ou "membro do grupo". A polarização se torna duradoura, profundamente entrincheirada e, ao mesmo tempo, esvaziada de conteúdo programático claro.

Anexos do Capítulo 1

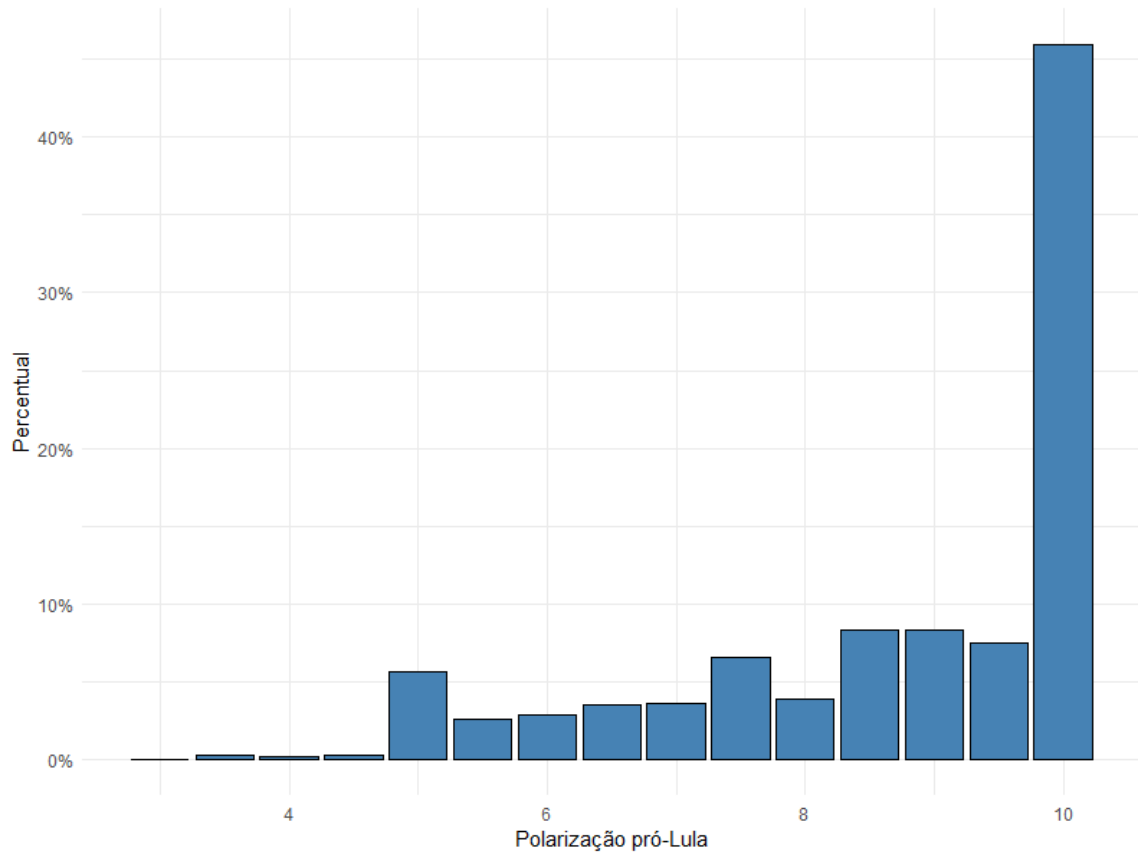
Figura 9 - Distribuição descritiva da polarização afetiva em relação a líderes (2022)⁷



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

⁷ Média de 6,9 e desvio padrão igual a 3,5.

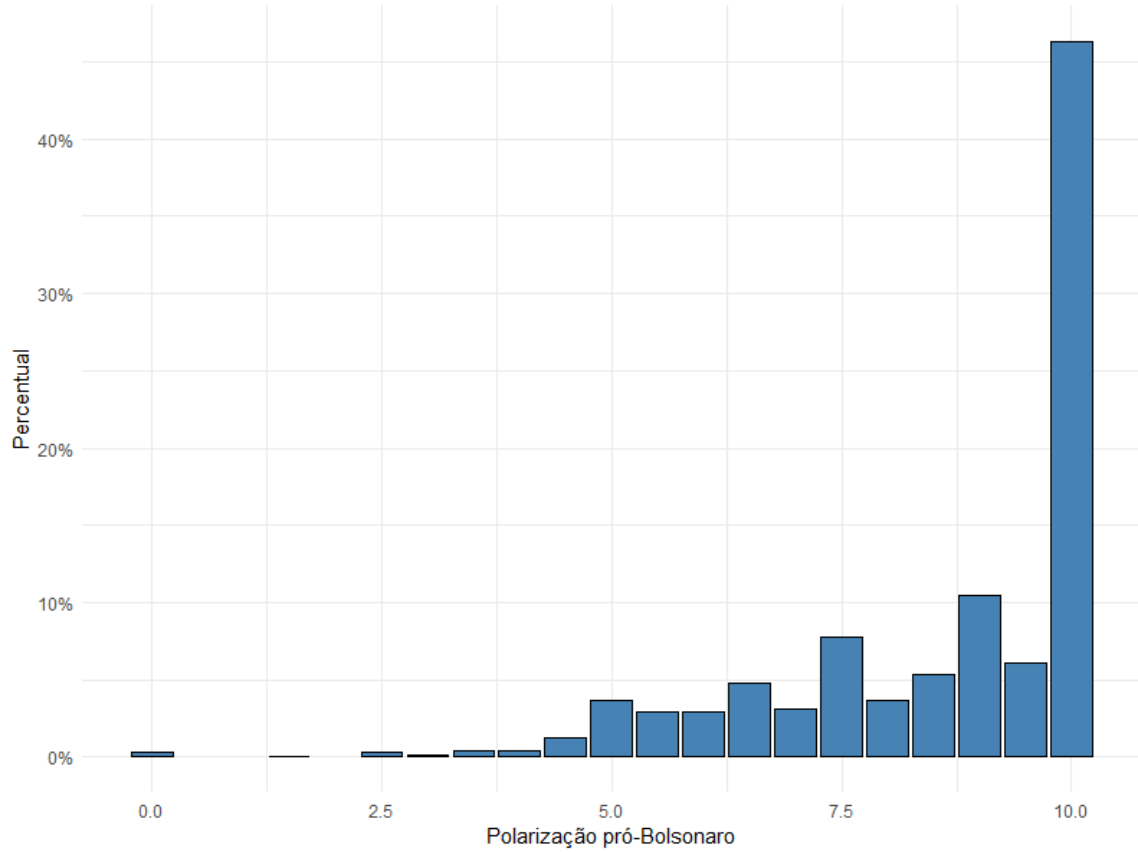
Figura 10 - Distribuição descritiva da polarização afetiva pró-Lula - Entre eleitores de Lula (2022)⁸



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

⁸ Média de 8,7 e desvio padrão igual a 1,7.

Figura 11 - Distribuição descritiva da polarização afetiva pró-Bolsonaro - Entre eleitores de Bolsonaro (2022)⁹



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

⁹ Média de 8,6 e desvio padrão igual a 1,8.

Tabela 1 - Cargas fatoriais e comunalidades, parâmetros de discriminação e dificuldade (TRI) dos itens da escala de conservadorismo

Variável	F1	h2	a	b1	b2
Casamento civil de pessoas do mesmo sexo	0.974	0.949	7.37	0.03	0.23
Adoção de criança por casal gay	0.897	0.805	3.46	0.20	0.39
Descriminalização do uso de drogas	0.398	0.159	0.74	-2.39	-1.75
Escolas públicas ensinem as crianças a rezar e a acreditar em Deus	0.572	0.327	1.19	-1.56	-1.27
Legalização do aborto	0.641	0.411	1.42	-1.55	-0.90

Tabela 2 - Cargas fatoriais e comunalidades, parâmetros de discriminação e dificuldade (TRI) dos itens da escala de segurança

Variável	F1	h2	a	b1	b2
Redução da maioria penal	0.472	0.223	0.91	-1.52	-1.22
Pena de morte	0.625	0.390	1.36	-0.08	0.36
Militarização das escolas públicas	0.317	0.100	0.57	-0.90	-0.23

Tabela 3 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciais por extremismo ideológico | Nível de sofisticação política (2002)

	Total	Baixa	Alta
Extremismo	0.276***	0.267***	0.282**
	(0.044)	(0.046)	(0.129)
Masculino	-0.137	0.014	-0.842*
	(0.166)	(0.172)	(0.506)
Ensino Superior ou mais	0.161		
	(0.267)		
25 a 34	-0.620**	-0.707***	-0.618
	(0.251)	(0.247)	-1.027
35 a 44	-0.405	-0.421	-0.575
	(0.264)	(0.270)	(0.987)
45 a 59	-0.597**	-0.545**	-1.066
	(0.263)	(0.266)	(0.983)
60 ou mais	-0.109	-0.032	-0.915
	(0.324)	(0.329)	-1.278
Católica	0.530**	0.729***	-0.485
	(0.216)	(0.226)	(0.699)
Outras/Não tem religião	0.519*	0.494	0.405
	(0.295)	(0.305)	(0.816)
Nordeste	0.018	0.030	-0.120
	(0.219)	(0.229)	(0.742)
Norte/Centro-oeste	-0.080	-0.027	-0.338
	(0.261)	(0.271)	(0.813)
Sul	-0.077	0.089	-0.946
	(0.234)	(0.250)	(0.630)
Constant	3.730***	3.513***	5.211***
	(0.310)	(0.322)	-1.108
Observations	1,826	1,67	156
Note:	*p**p***p<0.01		

Tabela 4 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciais por extremismo ideológico | Nível de sofisticação política (2006)

	Total	Baixa	Alta
Extremismo	0.378***	0.355***	0.549*
	(0.063)	(0.065)	(0.289)
Masculino	0.329	0.274	1.703
	(0.246)	(0.256)	-1.010
Ensino Superior ou mais	0.135		
	(0.530)		
25 a 34	0.652*	0.603*	2.120
	(0.341)	(0.352)	-1.639
35 a 44	0.239	0.209	1.984
	(0.367)	(0.381)	-1.650
45 a 59	0.572	0.561	1.194
	(0.365)	(0.380)	-1.496
60 ou mais	0.471	0.496	0.146
	(0.450)	(0.460)	-2.307
Católica	-0.195	-0.194	1.772
	(0.315)	(0.321)	-2.139
Outras/Não tem religião	-0.048	-0.208	3.543
	(0.419)	(0.433)	-2.441
Nordeste	-0.196	-0.144	-1.940
	(0.301)	(0.310)	-1.476
Norte/Centro-oeste	-0.810*	-0.647	-1.496
	(0.458)	(0.486)	-1.649
Sul	0.623*	0.634*	0.660
	(0.363)	(0.380)	-1.320
Constant	3.009***	3.102***	-0.473
	(0.410)	(0.419)	-2.946
Observations	571	538	33
Note:	*p***p***p<0.01		

Tabela 5 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciais por extremismo ideológico | Nível de sofisticação política (2010)

	Total	Baixa	Alta
Extremismo	0.530***	0.540***	0.408**
	(0.051)	(0.054)	(0.171)
Masculino	-0.296	-0.309	0.218
	(0.193)	(0.203)	(0.718)
Ensino Superior ou mais	-0.458		
	(0.329)		
25 a 34	0.326	0.257	1.080
	(0.298)	(0.307)	-1.800
35 a 44	0.413	0.427	0.561
	(0.316)	(0.324)	-1.901
45 a 59	0.634**	0.640**	0.908
	(0.299)	(0.307)	-1.865
60 ou mais	0.669**	0.638*	1.445
	(0.333)	(0.341)	-2.060
Católica	0.816***	0.876***	-0.388
	(0.236)	(0.242)	-1.100
Outras/Não tem religião	1.025***	1.131***	-0.367
	(0.320)	(0.340)	-1.189
Nordeste	-0.102	-0.101	-0.264
	(0.232)	(0.242)	(0.909)
Norte/Centro-oeste	-0.036	-0.142	0.749
	(0.316)	(0.331)	-1.149
Sul	0.042	-0.003	0.572
	(0.276)	(0.290)	-1.004
Constant	2.028***	1.991***	2.063
	(0.363)	(0.371)	-2.281
Observations	1,095	988	107
Note:	*p**p***p<0.01		

Tabela 6 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciais por extremismo ideológico | Nível de sofisticação política (2014)

	Total	Baixa	Alta
Extremismo	0.293***	0.301***	0.227**
	(0.045)	(0.049)	(0.112)
Masculino	-0.154	-0.190	0.101
	(0.163)	(0.176)	(0.428)
Ensino Superior ou mais	0.114		
	(0.232)		
25 a 34	-0.227	-0.331	0.638
	(0.275)	(0.295)	(0.759)
35 a 44	-0.176	-0.237	0.380
	(0.284)	(0.304)	(0.817)
45 a 59	-0.208	-0.280	0.494
	(0.275)	(0.291)	(0.831)
60 ou mais	-0.151	-0.194	0.415
	(0.316)	(0.339)	(0.880)
Católica	0.378*	0.351	0.553
	(0.202)	(0.214)	(0.590)
Outras/Não tem religião	0.400	0.409	0.440
	(0.272)	(0.297)	(0.717)
Nordeste	0.752***	0.826***	0.261
	(0.228)	(0.249)	(0.556)
Norte/Centro-oeste	-0.607**	-0.593**	-0.640
	(0.251)	(0.268)	(0.709)
Sul	-0.426*	-0.338	-1.054*
	(0.238)	(0.255)	(0.632)
Constant	3.729***	3.774***	3.351***
	(0.297)	(0.316)	(0.825)
Observations	1,675	1,454	221
Note:	*p**p***p<0.01		

Tabela 7 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciais por extremismo ideológico | Nível de sofisticação política (2018)

	Total	Baixa	Alta
Extremismo	0.488***	0.523***	0.277**
	(0.042)	(0.046)	(0.116)
Masculino	-0.083	-0.053	-0.411
	(0.167)	(0.180)	(0.464)
Ensino Superior ou mais	0.342		
	(0.259)		
25 a 34	0.036	0.004	0.437
	(0.264)	(0.279)	(0.940)
35 a 44	-0.131	-0.143	-0.072
	(0.267)	(0.282)	(0.946)
45 a 59	-0.211	-0.323	0.365
	(0.261)	(0.274)	(0.960)
60 ou mais	-0.686**	-0.673**	-0.810
	(0.299)	(0.315)	-1.048
Católica	-0.683***	-0.640***	-1.017*
	(0.191)	(0.203)	(0.567)
Outras/Não tem religião	-0.339	-0.473	0.275
	(0.263)	(0.288)	(0.675)
Nordeste	-0.191	-0.237	0.180
	(0.209)	(0.223)	(0.594)
Norte/Centro-oeste	-0.012	0.037	-0.231
	(0.250)	(0.269)	(0.696)
Sul	0.109	0.310	-1.180*
	(0.249)	(0.268)	(0.655)
Constant	4.834***	4.711***	5.855***
	(0.291)	(0.306)	-1.017
Observations	1,752	1,538	214
Note:	*p**p***p<0.01		

Tabela 8 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre os presidenciais por extremismo ideológico | Nível de sofisticação política (2022)

	Total	Baixa	Alta
Extremismo	0.736***	0.708***	0.861***
	(0.046)	(0.050)	(0.104)
Masculino	-0.195	-0.220	-0.008
	(0.163)	(0.180)	(0.339)
Ensino Superior ou mais	0.143		
	(0.204)		
25 a 34	0.551**	0.671**	0.545
	(0.253)	(0.272)	(0.660)
35 a 44	0.397	0.301	1.062
	(0.270)	(0.293)	(0.658)
45 a 59	0.330	0.288	0.782
	(0.265)	(0.285)	(0.659)
60 ou mais	0.641**	0.444	2.270***
	(0.281)	(0.298)	(0.717)
Católica	0.404**	0.581***	-0.456
	(0.196)	(0.217)	(0.417)
Outras/Não tem religião	0.243	0.244	-0.299
	(0.235)	(0.265)	(0.483)
Nordeste	-0.137	-0.193	0.328
	(0.211)	(0.228)	(0.521)
Norte/Centro-oeste	0.048	-0.164	0.922**
	(0.248)	(0.288)	(0.406)
Sul	0.221	0.288	-0.116
	(0.226)	(0.246)	(0.556)
Constant	3.989***	4.089***	3.509***
	(0.322)	(0.352)	(0.692)
Observations	1,649	1,394	255
Note:	*p***p***p<0.01		

Tabela 9 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro | Nível de sofisticação política (2022)

	Total	Baixa	Alta
Extremismo dim. Costumes	0.076*** (0.026)	0.072** (0.029)	0.168*** (0.063)
Extremismo dim. Segurança	0.072*** (0.023)	0.075*** (0.026)	0.043 (0.052)
Extremismo dim. economia	-0.033 (0.025)	-0.031 (0.029)	-0.019 (0.052)
Masculino	-0.572*** (0.175)	-0.591*** (0.191)	-0.443 (0.408)
Ensino Superior ou mais	-0.105 (0.248)		
De 2 a 5 SM	0.176 (0.200)	0.206 (0.214)	-0.535 (0.491)
Mais de 5 SM	0.736*** (0.275)	0.863*** (0.315)	0.043 (0.531)
Outros	-0.131 (0.572)	-0.049 (0.628)	-0.661 (-1.461)
Pardo	0.223 (0.205)	0.343 (0.222)	-0.679 (0.537)
Preto	0.323 (0.257)	0.600** (0.282)	-1.507** (0.599)
25 a 34 anos	0.378 (0.277)	0.435 (0.292)	1.341 (0.943)
35 a 44 anos	0.416 (0.292)	0.294 (0.309)	2.073** (0.961)
45 a 59 anos	0.468 (0.292)	0.376 (0.309)	2.010** (0.988)
60 anos ou mais	0.879*** (0.304)	0.701** (0.318)	3.317*** (-1.016)
Católica	0.175 (0.213)	0.365 (0.231)	-0.987* (0.524)
Outras/Não religião	-0.117 (0.265)	-0.072 (0.294)	-1.008* (0.595)
Nordeste	0.163 (0.229)	0.088 (0.246)	1.001 (0.640)
Norte/Centro-oeste	0.175 (0.270)	0.021 (0.305)	0.990** (0.498)
Sul	0.076 (0.261)	0.167 (0.281)	-0.422 (0.688)
Constant	5.770*** (0.423)	5.642*** (0.463)	5.439*** (-1.097)
Observations	1,87	1,602	268
Note:	*p***p***p<0.01		

Tabela 10 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro | Nível de sofisticação política - Entre eleitores de Bolsonaro (2022)

	Total	Baixa	Alta
Extremismo dim. Costumes	0.165*** (0.031)	0.173*** (0.035)	0.139*** (0.046)
Extremismo dim. Segurança	0.107*** (0.026)	0.112*** (0.028)	0.074 (0.049)
Extremismo dim. economia	0.019 (0.020)	0.015 (0.022)	-0.030 (0.035)
Masculino	-0.063 (0.143)	0.012 (0.158)	-0.663** (0.278)
Ensino Superior ou mais	0.142 (0.177)		
De 2 a 5 SM	0.346** (0.163)	0.421** (0.177)	-0.501 (0.318)
Mais de 5 SM	0.390* (0.206)	0.533** (0.231)	-0.532 (0.326)
Outros	0.546 (0.465)	1.160*** (0.365)	-0.989 (0.822)
Pardo	-0.040 (0.147)	-0.097 (0.160)	0.189 (0.306)
Preto	-0.358 (0.263)	-0.203 (0.287)	-1.292** (0.627)
25 a 34 anos	0.384 (0.236)	0.432* (0.251)	0.447 (0.588)
35 a 44 anos	0.118 (0.249)	0.049 (0.266)	0.945 (0.607)
45 a 59 anos	0.368 (0.250)	0.313 (0.263)	1.186* (0.645)
60 anos ou mais	0.006 (0.301)	-0.212 (0.326)	1.799*** (0.601)
Católica	-0.119 (0.150)	-0.043 (0.166)	-0.566* (0.289)
Outras/Não tem religião	-0.055 (0.238)	-0.017 (0.264)	-0.537 (0.470)
Nordeste	-0.583*** (0.209)	-0.534** (0.214)	-0.540 (0.601)
Norte/Centro-oeste	0.249 (0.180)	0.311 (0.196)	-0.044 (0.368)
Sul	-0.164 (0.224)	-0.165 (0.245)	-0.487 (0.441)
Constant	6.497*** (0.316)	6.323*** (0.351)	7.885*** (0.628)
Observations	677	572	105
Note:	*p***p***p<0.01		

Tabela 11 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva entre Lula e Bolsonaro | Nível de sofisticação política - Entre eleitores de Lula (2022)

	Total	Baixa	Alta
Extremismo dim. Costumes	0.021	0.003	0.148**
	(0.025)	(0.026)	(0.059)
Extremismo dim. Segurança	-0.002	0.002	-0.058
	(0.021)	(0.024)	(0.049)
Extremismo dim. economia	0.021	0.011	0.082
	(0.027)	(0.030)	(0.060)
Masculino	-0.549***	-0.620***	-0.057
	(0.125)	(0.136)	(0.282)
Ensino Superior ou mais	0.011		
	(0.181)		
De 2 a 5 SM	-0.122	-0.132	-0.207
	(0.145)	(0.154)	(0.347)
Mais de 5 SM	0.129	0.252	-0.248
	(0.206)	(0.247)	(0.342)
Outros	-0.332	-0.402	0.804*
	(0.434)	(0.475)	(0.419)
Pardo	0.145	0.172	-0.132
	(0.163)	(0.179)	(0.378)
Preto	0.335*	0.443**	-0.294
	(0.173)	(0.192)	(0.371)
25 a 34 anos	-0.075	-0.035	0.572
	(0.194)	(0.199)	(0.694)
35 a 44 anos	0.010	-0.098	1.049
	(0.217)	(0.230)	(0.728)
45 a 59 anos	-0.030	-0.095	0.898
	(0.215)	(0.227)	(0.747)
60 anos ou mais	0.348	0.232	1.629**
	(0.214)	(0.227)	(0.741)
Católica	0.515***	0.679***	-0.758*
	(0.197)	(0.211)	(0.419)
Outras/Não religião	0.665***	0.766***	-0.494
	(0.232)	(0.251)	(0.435)
Nordeste	0.266	0.203	0.815*
	(0.166)	(0.176)	(0.422)
Norte/Centro-oeste	0.142	0.061	0.505
	(0.205)	(0.241)	(0.366)
Sul	0.281	0.358*	0.155
	(0.183)	(0.200)	(0.401)
Constant	7.912***	8.013***	7.106***
	(0.380)	(0.415)	-1.088
Observations	780	661	119
Note:	*p**p***p<0.01		

2 IGREJAS EVANGÉLICAS COMO ESPAÇO DE RADICALIZAÇÃO POLÍTICA? IDENTIDADE EVANGÉLICA, FREQUÊNCIA A CULTOS E POLARIZAÇÃO AFETIVA NO BRASIL

Introdução

Como vimos no capítulo anterior, a literatura costuma enfatizar, entre outros, dois fatores explicativos mais recorrentes para a polarização afetiva: as diferenças ideológicas entre grupos políticos e o fortalecimento das identidades partidárias, frequentemente acompanhadas pelo alinhamento com outras identidades sociais, como religião, raça e gênero, o chamado *social sorting* (Mason, 2018; Webster; Abramowitz, 2017; Iyengar; Westwood, 2015, Iyengar *et al.*, 2019). Essas investigações têm gerado insights relevantes. De acordo com essa segunda abordagem, por exemplo, este alinhamento de múltiplas identidades com a partidária levaria à redução das chamadas pressões cruzadas, historicamente vistas como freios à radicalização e à intolerância intergrupais. Este processo, ao final, aprofundaria a distância afetiva entre grupos, intensificando sentimentos de hostilidade, desconfiança e até mesmo a recusa do compromisso democrático (Mason, 2018).

A maioria dos estudos, porém, têm se debruçado sobre contextos de partidarismo robusto, com altas taxas de identificação partidária, como os Estados Unidos. Permanece pouco explorado pela literatura como esses gatilhos operam em democracias com sistemas partidários menos consolidados, como o Brasil, onde a identificação partidária é pequena e a influência horizontal de amigos, vizinhos, líderes locais e redes sociais informais têm sido caracterizadas como determinantes para a formação das preferências políticas (Baker, Ames & Rennó, 2006; 2020; Silva, 2019; Ferreira; Fuks, 2021; Boas; Smith, 2015, 2024; Smith, 2019). Seria possível que, nestes contextos, outras identidades sociais e a exposição a grupos possam estruturar não apenas o comportamento eleitoral, como a literatura têm demonstrado, mas também a polarização afetiva, preenchendo o vazio deixado pelo partidarismo?

No caso brasileiro, o alinhamento entre identidade evangélica e voto em candidatos da direita, especialmente Jair Bolsonaro, tem sido amplamente documentado pela literatura (Ferreira, 2022; Silva, 2019; Smith, 2019), levando alguns autores a falarem até mesmo de *sorting* religioso no Brasil (Layton *et al.*, 2021). A respeito dos eleitores da direita, mais do que o pertencimento a um grupo religioso, os estudos elencados apontam, ainda, que a frequência desse público a cultos e a exposição ao discurso das lideranças religiosas funcionam como mecanismos de reforço da homogeneidade política e de mobilização eleitoral (Ferreira; Fuks, 2021; Silva, 2019; Smith, 2019). Todavia, embora haja evidências de

que a socialização em ambientes religiosos evangélicos favoreça o voto conservador, pouco se sabe sobre o impacto desses fatores sobre a polarização afetiva no país, ou seja, sobre a intensidade da rejeição e hostilidade ao *outgroup* político e do afeto e identidade com *ingroup*.

Diante deste cenário, este capítulo busca investigar se a identidade evangélica e, sobretudo, a frequência a cultos religiosos entre o segmento evangélico — medida que uso para capturar tanto a exposição ao discurso das lideranças quanto à influência de pares — contribuem para aprofundar a polarização afetiva no Brasil contemporâneo, servindo como espaços de fé, mas também de radicalização política. Testo, ainda, se esses efeitos são especialmente pronunciados entre eleitores sem identidade partidária, como permite supor a literatura sobre influência de grupo em contextos de baixo partidarismo (Baker; Ames; Rennó, 2006; Silva, 2019).

O capítulo se divide em cinco seções além desta introdução. Na primeira, revisito brevemente a discussão internacional sobre a conexão entre identidades sociais, partidárias e polarização afetiva. Na segunda, apresento a discussão sobre identidade evangélica, voto conservador e comportamento eleitoral no Brasil, fundamentando as hipóteses investigadas. Na terceira seção, apresento os dados e operacionalização de variáveis empregadas nos testes para então, na quarta seção, apresentar os resultados e em seguida amarrar a discussão, na conclusão.

Polarização afetiva e identidades sociais

Trazendo referências da psicologia social, especialmente do paradigma do grupo mínimo de Tajfel e Turner (Tajfel 1970; Tajfel *et al.*, 1971; Billig; Tajfel 1973; Tajfel; Turner 1979), a polarização afetiva argumenta que o partido pode ser uma identidade altamente relevante, capaz de suscitar, principalmente em contextos de grande saliência da mesma, fortes sentimentos de desafeição, estereotipização e desejo de distanciamento em relação aos partidários do grupo rival (Iyengar *et al.*, 2012; Iyengar *et al.*, 2019; Druckman e Levendusky, 2019). Dessa forma, a literatura sobre polarização afetiva tem sido profundamente influenciada pela preocupação com o alinhamento entre identidades sociais e partidárias — ou *social sorting* —, visto como um dos principais motores da polarização afetiva (Mason, 2015, 2018).

Essa preocupação não é sem motivos e remonta à longa tradição do pensamento político dos EUA. Cumpre lembrar que, no contexto norte-americano, a discussão sobre

pressões cruzadas (*cross-pressures*) remonta aos clássicos da escola de Columbia (Lazarsfeld *et al.*, 1944; Berelson *et al.*, 1954) que mostraram que a convivência em redes sociais heterogêneas — como famílias e vizinhanças com identidades políticas distintas — levaria os eleitores a serem mais desengajados, mas também mais abertos à persuasão. Assim, autores como Powell (1976) e Nordlinger (1972) argumentam que eleitores expostos a pressões cruzadas seriam partidários mais fracos, mas que a existência de pressões cruzadas diminuiria o conflito social e aumentaria a flexibilidade do sistema político.

Entretanto, Mason (2018) e diversos outros autores argumentam que nos EUA as vizinhanças, espaços de convívio e redes pessoais passaram a ser cada vez mais politicamente homogêneos (Frey, 1979; Bishop, 2009; Hui, 2013; Brown; Enos, 2021). O resultado desse processo foi a substituição da moderação e ambivalência pela “mega-identidade” partidária, na qual a convergência de identidades raciais, religiosas, de gênero e regionais com a identidade partidária aprofunda a hostilidade ao *outgroup* e reduz as pressões cruzadas, tradicionalmente vistas como essenciais à moderação e pluralismo democrático (Lipset, 1960; Dahl, 1997; Mason, 2015; 2018; Huddy *et al.*, 2015).

Contudo, é importante ressaltar que a maior parte da literatura internacional parte de contextos nos quais o partidarismo é amplamente comum entre os eleitores, e as identidades sociais são arrastadas e incorporadas pelos polos partidários (Mason, 2018; Green; Palmquist; Schickler, 2002). Além disso, embora haja estudos sobre a crescente homogeneização política das vizinhanças, redes sociais e suas consequências para a polarização nos EUA (Brown; Enos, 2021; Hui, 2013; Gimpel; Hui, 2015), esses trabalhos ainda operam em lógica fortemente referenciada na identidade partidária. Como resultado, há poucos trabalhos empíricos dedicados a medir como a exposição cotidiana a grupos homogêneos — especialmente em instituições religiosas — pode substituir ou até rivalizar com o papel do partidarismo no processo de polarização afetiva.

Nos últimos anos, alguns estudos empíricos até têm se empenhado de maneira relevante na compreensão dos mecanismos horizontais de influência grupal sobre a polarização afetiva. Trabalhos experimentais no contexto dos EUA mostram, por exemplo, que a exposição a ambientes homogêneos — seja em discussões grupais, seja em interações interpessoais influenciadas por mídia partidária — tenderia a fortalecer atitudes, engajamento e especialmente a identidade partidária (Levendusky, Druckman & McLain, 2016; Druckman, Levendusky; McLain, 2018). Esses experimentos revelam que participantes em grupos homogêneos exibem maior saliência partidária e maior tendência à polarização do que aqueles expostos a grupos heterogêneos. Ademais, os experimentos mostram que mesmo quem não

consome mídia polarizadora pode adotar posições extremadas simplesmente por interagir com os pares expostos. Apesar desses avanços, trata-se de uma literatura que, em geral, também opera fortemente referenciada no contexto dos Estados Unidos e com identidades primordialmente partidárias. Sobrevivem lacunas quanto ao papel de outras identidades sociais e à influência dessas dinâmicas em sociedades de partidarismo fraco, como ocorre no Brasil.

Mais recentemente, a literatura também tem avançado ao conceitualizar e mensurar formas de polarização afetiva que não se limitam ao partidarismo, mas que também se estruturam em torno de outras identidades e clivagens. Estudos como o de Guan e parceiros mostram que, a depender do contexto, a polarização afetiva pode ser ancorada em divisões religiosas, étnicas e entre apoiadores e opositores do governo, especialmente onde o partidarismo é frágil ou periférico (Guan *et al.*, 2020). Pesquisas comparativas recentes reforçam que lideranças políticas, eventos críticos ou movimentos de opinião também podem servir de base para afetos negativos intensos entre grupos, como evidenciado por análises sobre o Brexit (Hobolt, 2021) ou sobre o apoio a líderes populistas (Selçuk; 2024). Assim, há uma inovação importante, mas ainda minoritária, que reconhece que a polarização afetiva é um fenômeno multifacetado, podendo emergir a partir de múltiplas identidades relevantes para cada contexto político, o que amplia e desafia a ênfase clássica no partidarismo como eixo central desse processo (Reiljan *et al.*, 2023). Todavia, ainda são escassos os estudos empíricos que iluminem estas distintas bases sobre as quais a polarização pode emergir, o que torna relevante compreender como a polarização acontece em contextos de baixo partidarismo, nos quais identidades como religião ou etnia ocupam espaço central na organização do comportamento eleitoral (Baker; Ames; Rennó, 2006, 2020; Silva, 2019).

Sendo assim, investigar a conexão entre identidade religiosa, frequência a cultos e polarização afetiva preenche uma lacuna teórica internacional relevante, ao contribuir para o alargamento do entendimento sobre a polarização em contextos politicamente diferentes das democracias consolidadas – onde o partidarismo é frágil e a socialização religiosa pode assumir um papel ainda mais central.

Religião, cultos e polarização afetiva no Brasil

Além de relevante teoricamente, o caso brasileiro oferece um campo fértil para investigar a relação entre identidade religiosa evangélica, participação em cultos e polarização afetiva, assim como um contexto propício para que essa relação aconteça, sobretudo em uma direção favorável ao bolsonarismo.

Em primeiro lugar, é importante destacar o expressivo crescimento da polarização afetiva no país desde 2014 – fenômeno que se manifesta não apenas no plano partidário, mas, sobretudo, na oposição entre lideranças políticas. Pesquisas recentes revelam que, na disputa presidencial, a intensidade dos afetos negativos dirigidos ao candidato do *outgroup* é frequentemente maior do que aquela observada em relação aos partidos, indicando uma dinâmica de polarização personalista e cada vez mais enraizada no tecido social, especialmente após a emergência de Bolsonaro como representante da direita (Fuks & Marques, 2022; Nunes & Traumann, 2023).

Esse processo, ademais, se acentuou em meio ao alinhamento de outras clivagens sociais com o voto, como é o caso da renda, da raça, da região e, de forma cada vez mais notável, da religião (Guedes-Neto, 2020; Nicolau, 2020, Layton *et al.*, 2021). Como consequência, padrões de alinhamento eleitoral fundamentados na identidade evangélica começaram a aparecer na política nacional. Isso tem resultado no fortalecimento de um perfil com ainda maior homogeneidade eleitoral, especialmente no campo da direita, com a identidade evangélica estando fortemente associada ao voto contra o PT e, especialmente, em Bolsonaro (Nicolau, 2014; Ferreira, 2022; Silva, 2019) – embora não haja evidências de que o mero crescimento evangélico, a nível agregado por município, esteja associado à maior polarização ideológica (Araújo, 2025).

A história desse processo é exemplar e mostra bem como a combinação entre politização dos púlpitos e da identidade religiosa funciona como um catalisador importante para o *sorting* religioso, e, possivelmente, para a polarização. Ao contrário dos católicos, cuja relação com a política tem sido historicamente mais ambivalente, sem produzir alinhamentos eleitorais duradouros, lideranças evangélicas vêm, nos últimos anos, promovendo contundentes e reiterados movimentos de aproximação com Bolsonaro. Exemplos disso são diversos, como evidenciado na participação do eleitorado bolsonarista em eventos como a Marcha para Jesus, nas alianças com a Frente Parlamentar Evangélica e na defesa ostensiva de uma agenda conservadora para os costumes (Ferreira, 2022; Silva, 2019; Ferreira; Fuks, no prelo).

Esse fenômeno faz da identidade religiosa evangélica um componente importante na explicação do comportamento eleitoral brasileiro, mas também oferece um forte destaque para a relevância da atuação de lideranças e do ambiente religioso na conformação dessas dinâmicas. Como se sabe, o Brasil é um país marcado por baixa identificação partidária, sobretudo entre eleitores de direita (Samuels; Zucco, 2018) e, como a literatura argumenta, em contextos em que os partidos não conseguem exercer plenamente o papel de organizadores das identidades e afetos políticos, abre-se espaço para que líderes de opinião e redes de socialização assumam essa função (Baker; Ames; Rennó, 2006, 2020; Silva, 2019).

Isso tem sido amplamente reconhecido por inúmeras pesquisas sobre religião e política na América Latina. Estudos que analisam o continente apontam que, na ausência de partidos fortes, espaços como as igrejas — marcados por alta frequência e relações de confiança — se tornam arenas centrais de formação de identidade política (Boas; Smith, 2015; Smith, 2019; Smith; Boas, 2024). Nessas circunstâncias, o papel das lideranças religiosas e o envolvimento ativo nas atividades das igrejas se tornam elementos chave para a conformação do comportamento político dos fiéis, podendo inclusive suprir ou substituir os efeitos tradicionais do partidarismo sobre o comportamento eleitoral e afetivo. Assim, ainda que seja importante reconhecer que o impacto da atuação de lideranças religiosas sobre o comportamento político dos fiéis não seja automático (Djupe; Calfano, 2013; Djupe; Gilbert, 2002, 2009; Djupe; Neiheisel, 2022; Huckfeldt; Sprague, 1995; Krosnick, 1989; Scheitle; Cornell, 2015; Knoll; Bolin, 2019; Ferreira; Fuks, no prelo), torna-se relevante e plausível esperar que ele estimule identidades políticas comuns.

Cumprido destacar que os evangélicos não apenas exibem maiores taxas de engajamento comunitário e confiança em suas lideranças, mas também estão inseridos em ambientes altamente homogêneos, nos quais a socialização religiosa atua como reforço mútuo de crenças políticas e valores morais (Rosas; Muniz, 2014; Ferreira; Fuks, 2021; Smith, 2019). Em atenção a esta discussão, a literatura tem defendido que o voto evangélico em Bolsonaro resulta não apenas do efeito da identidade evangélica ou do conservadorismo moral neste segmento religioso, mas também da exposição a discursos de lideranças, em que a frequência aos cultos funcionaria como mecanismo-chave para o reforço da influência grupal, tanto por vias horizontais (homofilia entre pares) quanto verticais (lideranças religiosas) (Ferreira; Fuks, 2021; Smith, 2019; Silva, 2019).

Em resumo, o Brasil se torna um caso relevante a ser pesquisado, pois reúne todas estas condições: vivencia um aumento expressivo de polarização afetiva e social; possui baixa identificação partidária, sobretudo na direita; e apresenta líderes religiosos e influenciadores

locais com grande capacidade de moldar preferências políticas, com demonstrações empíricas robustas de que a exposição ao discurso religioso e a frequência a cultos entre evangélicos ampliam o alinhamento eleitoral à direita. Todavia, o efeito sobre a polarização afetiva permanece pouco explorado.

Neste contexto, e diante do exposto, é plenamente possível que a identidade evangélica se associe à polarização afetiva e não apenas ao voto, como a literatura brasileira tem revelado. Além disso, é igualmente esperável que a frequência a cultos seja capaz de ampliar essa associação, seja pela influência vertical da liderança religiosa, seja pela influência horizontal dos irmãos, especialmente no que diz respeito a eleitores sem identificação partidária, e, portanto, teoricamente mais suscetíveis à persuasão. Dessa forma, as hipóteses testadas neste capítulo são de que:

Hipótese 1 (H1): A identidade evangélica está associada a níveis mais elevados de polarização afetiva, sobretudo numa direção pró-Bolsonaro e anti-PT/Lula.

Hipótese 1 (H2): A frequência assídua a cultos religiosos amplifica a associação da identidade evangélica com a polarização afetiva.

Hipótese 3 (H3): A ampliação da conexão entre identidade evangélica a polarização, viabilizada pela frequência a cultos, é exclusiva ou pelo menos mais forte entre eleitores sem identidade partidária.

Dados e métodos

Para testar essas hipóteses, utilizo os dados da última rodada do ESEB, conduzidos nos meses seguintes às eleições de 2022. A escolha do projeto se justifica pela presença de indicadores de ligação afetiva dos entrevistados com objetos políticos, assim como de religião, frequência a cultos e outras variáveis demográficas e políticas relevantes.

Para medir a polarização afetiva, principal variável dependente do capítulo, eu segui, mais uma vez, a operacionalização de polarização em relação a líderes proposta por Fuks e Marques (2022). A medida consiste em mensurar a polarização afetiva no Brasil tendo como referência a diferença em módulos do afeto dos eleitores em relação às duas lideranças políticas centrais da disputa presidencial, ou seja, Lula e Bolsonaro – uma estratégia alternativa à operacionalização tradicional ancorada em partidos, especialmente inadequada para o contexto brasileiro, em que, à exceção do PT, os partidos carecem de bases sociais profundas. Todavia, como objetivo testar em que medida a religiosidade evangélica afeta o nível de polarização afetiva num sentido pró-bolsonarista, o nível de polarização de cada

eleitor foi mensurado com uma pequena alteração. Em vez de considerar a diferença dos afetos em módulos, a polarização afetiva passa a considerar a diferença entre a avaliação afetiva de Bolsonaro menos a avaliação de Lula. Desse modo, valores mais próximos de 0 indicam uma relação pró-Lula e anti-Bolsonaro; valores mais próximos de 10, atitudes pró-Bolsonaro e anti-Lula¹⁰.

Como medida de identidade religiosa, utilizei uma pergunta estimulada, a partir da qual os entrevistados foram categorizados como evangélicos, católicos e outras/sem religião. A variável de frequência a cultos, que operacionaliza aqui tanto a exposição aos discursos das lideranças religiosas como a exposição às pressões de grupo dentro do coletivo religioso, foi construída com base em uma pergunta estimulada, sem filtro, na qual os entrevistados respondiam qual a frequência com que vão a missas ou cultos religiosos, sem considerar batizados e casamentos. Então, essa pergunta original, com seis opções de resposta¹¹, foi dicotomizada para comparar aqueles que vão ao menos uma vez por semana, que são os mais frequentes e assíduos, com o restante, que são os menos frequentes, e, portanto, menos expostos ao ambiente onde supostamente receberam alguma influência política¹². Por fim, a variável de identidade partidária, construída a partir da pergunta sobre o sentimento de aproximação do entrevistado em relação a algum partido político, também foi operacionalizada de forma binária, de modo a permitir a comparação entre aqueles que afirmaram que se sentem próximos de algum partido, classificados como partidários, e que não, classificados como apartidários¹³.

Os testes empregados constituem-se essencialmente de modelos de regressão lineares, tendo a polarização afetiva em uma direção pró-Bolsonaro como variável dependente, a identidade religiosa como variável independente principal e a frequência a cultos e o partidarismo como moderadoras. Como variáveis de controle, incluí sexo, idade, renda, região, cor e o recebimento (ou não) do benefício do Bolsa Família. A opção por um conjunto restrito de controles segue recomendações metodológicas recentes (Agnolin *et al.*, 2025; Lenz; Sahn, 2020), as quais enfatizam a importância de priorizar variáveis exógenas, evitando, assim, controlar por variáveis pós-tratamento, colisoras ou mediadoras. Todavia, em modelos em anexo, como teste de robustez adicional, também inseri as dimensões de ideologia operacional do capítulo anterior como controles, a fim de verificar se a capacidade

¹⁰ Gráfico descritivo e informações de média e desvio padrão podem ser encontrados em anexo.

¹¹ As categorias originais são: 1. mais de uma vez por semana; 2. uma vez por semana; 3. uma ou duas vezes por mês; 4. algumas vezes por ano; 5. raramente; 6. nunca vai à missa ou culto religioso.

¹² Modelos que a considerem a frequência em uma escala numérica também foram feitos e estão em anexo.

¹³ Tabelas com os dados descritivos com a relação entre essas variáveis se encontram nas tabelas em anexo.

preditiva da religião ou da frequência a cultos é afetada ou não pelo conservadorismo. A equação formal do modelo básico, para estimar a ligação entre identidade evangélica e polarização, pode ser representada da seguinte forma, em que y_i representa a polarização afetiva do indivíduo i , X_{1i} é a variável de identidade religiosa e X_{ki} são os controles:

$$y_i = \alpha + \beta_1 x_{1i} + \sum_{k=1}^K \gamma_k x_{ki} + \varepsilon_i$$

Para testar o papel moderador da frequência a cultos, o modelo com interação é representado pela equação abaixo, na qual X_{1i} representa a identidade religiosa, X_{2i} a frequência a cultos, e o termo $X_{1i} * X_{2i}$ capta a interação entre essas variáveis:

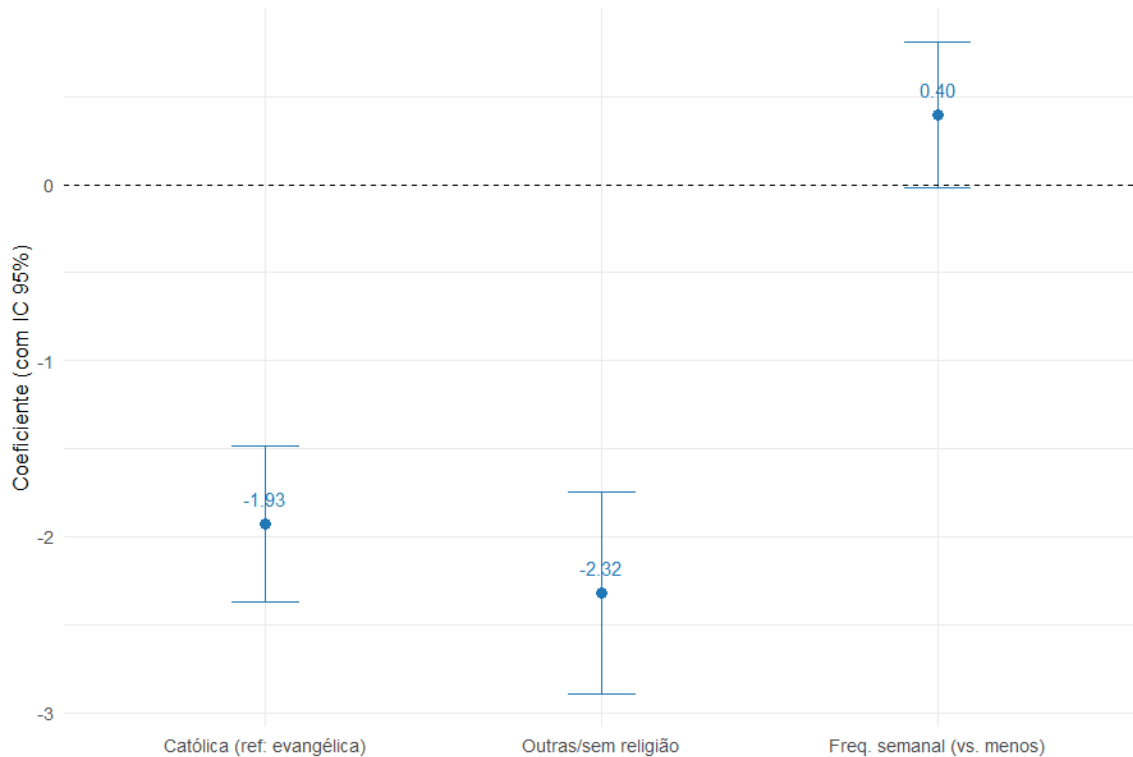
$$y_i = \alpha + \beta_1 x_{1i} + \beta_2 x_{2i} + \beta_3 (x_{1i} \cdot x_{2i}) + \sum_{k=1}^K \gamma_k x_{ki} + \varepsilon_i$$

Para testar se a frequência a cultos tem um impacto exclusivo ou, ao menos, maior entre eleitores sem identificação partidária, a estrutura do modelo anterior foi repetida, mas dividiu-se a amostra entre eleitores partidários e apartidários.

Resultados

Qual a associação entre a identidade religiosa evangélica e a polarização afetiva em relação a Lula e Bolsonaro? A Figura 12, abaixo, apresenta os coeficientes estimados a partir do modelo linear que inclui religião e frequência a cultos, sem interação entre as variáveis. Confirmando a Hipótese 1, os resultados indicam que ser evangélico está associado a um aumento substantivo, considerando o desvio padrão de 3,88, na medida de polarização afetiva, em comparação tanto com católicos (+1,92) quanto com pessoas de outras religiões ou sem religião (+2,36). Por outro lado, a frequência a cultos, quando considerada independentemente da identidade religiosa, não apresenta associação estatisticamente significativa.

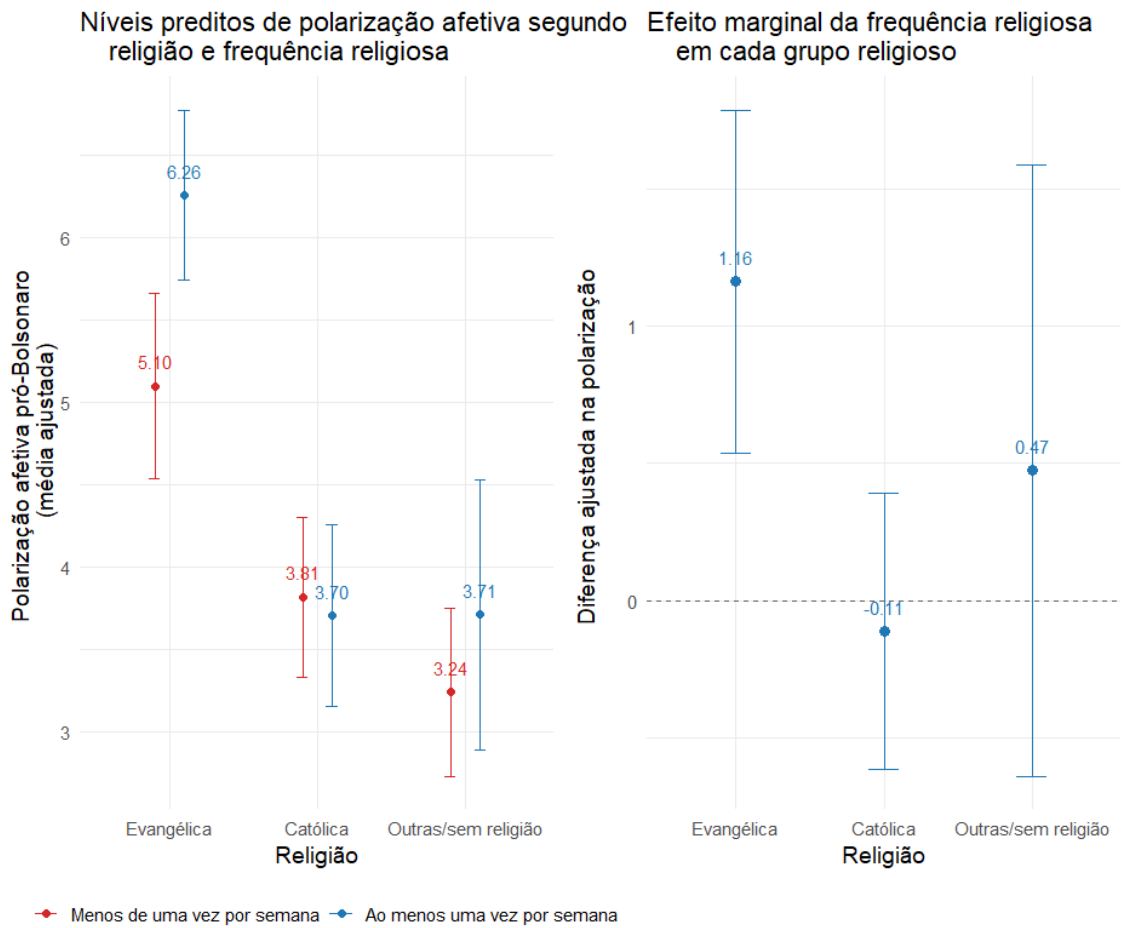
Figura 12 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

Em que medida a assiduidade religiosa amplifica essa associação? Para apresentar os resultados do modelo com interação de forma substantiva e acessível, opto por exibir não apenas os coeficientes brutos, mas também os valores preditos ajustados e os efeitos marginais condicionais, calculados a partir do modelo com interação entre identidade religiosa e frequência a cultos. Essa decisão metodológica segue as recomendações de Brambor, Clark e Golder (2006), que alertam contra a interpretação isolada de coeficientes de interação em modelos lineares, bem como as recomendações mais recentes de Armstrong e Poirier (2025), que defendem a separação entre visualização e teste como estratégia para comunicar interações de modo mais transparente. Assim, a Figura 13 apresenta, no gráfico da esquerda, os valores preditos de polarização afetiva para cada combinação entre grupo religioso e frequência. No gráfico da direita, por sua vez, são exibidos os efeitos marginais da frequência religiosa dentro de cada grupo, isto é, a diferença na polarização entre evangélicos, católicos e outros grupos religiosos que frequentam cultos semanalmente e aqueles que frequentam menos.

Figura 13 - Resultados do modelo com interação | Amostra geral



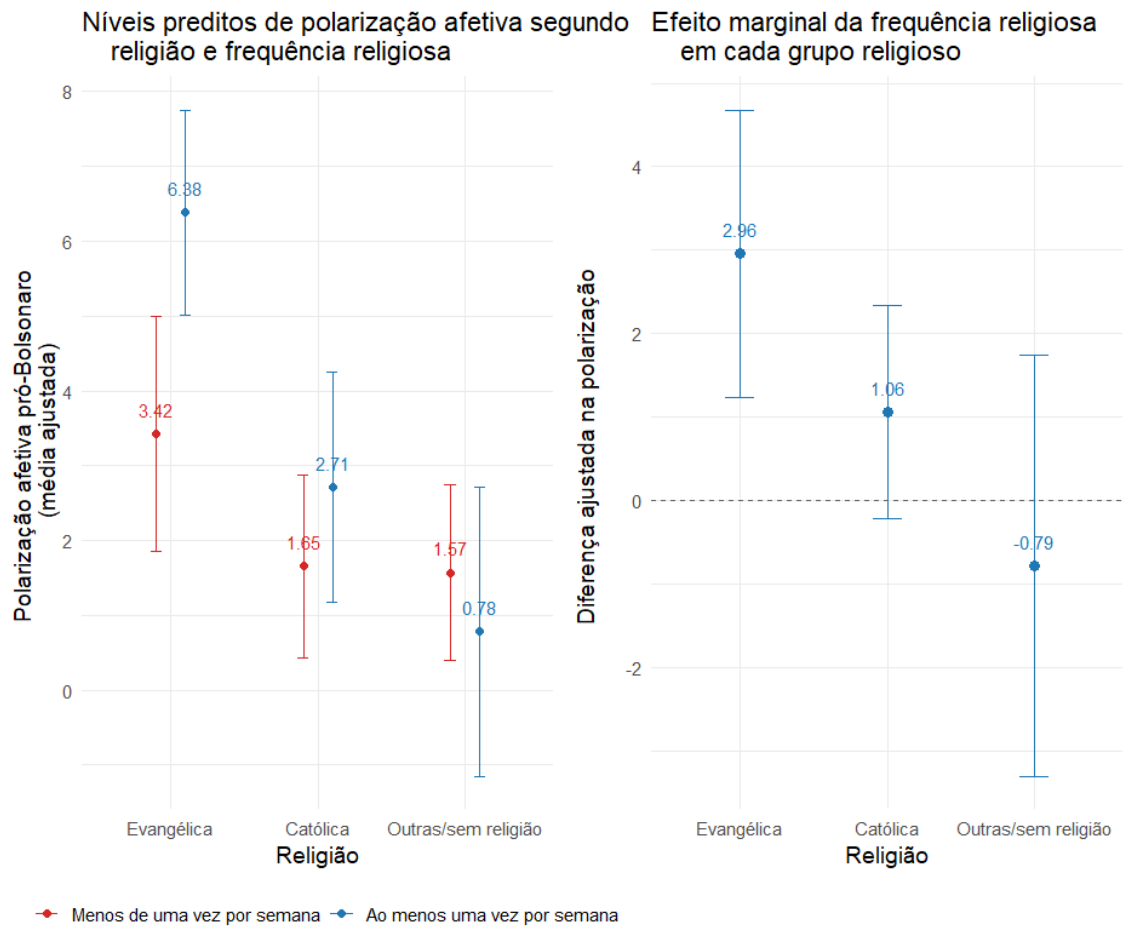
Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

Os resultados revelam que a associação entre identidade evangélica e polarização afetiva pró-Bolsonaro é significativamente condicionada pela frequência a cultos. Entre evangélicos, a frequência semanal está associada a um aumento expressivo na polarização afetiva em uma direção pró-Bolsonaro: a média predita para os frequentadores semanais é de 6,33, enquanto entre os que frequentam menos, a média cai para 5,14. Já entre católicos e pessoas de outras religiões, os níveis de polarização são consideravelmente mais baixos e praticamente constantes, independentemente da frequência. O gráfico da direita corrobora essa leitura: o efeito marginal da frequência entre evangélicos é de 1,19 ponto, com intervalo de confiança que não inclui zero, indicando significância estatística. Entre católicos e os demais grupos, os efeitos marginais da frequência são pequenos e estatisticamente nulos. Em outras palavras, o teste confirma a Hipótese 2: a frequência a cultos, que operacionaliza tanto a exposição à influência vertical dos líderes como a pressão dos irmãos, potencializa a associação entre identidade religiosa evangélica e um padrão afetivo pró-Bolsonaro. Será que

essa intensificação é mais pronunciada ou exclusiva para eleitores sem identificação partidária?

As figuras 14 e 15, por sua vez, reproduzem os mesmos modelos de interação, mas a Figura 14 considera como base apenas os eleitores partidários —isto é, aqueles que se declaram próximos de algum partido político —; e a Figura 15, por sua vez, considera apenas os eleitores apartidários. Contrariamente ao esperado, na subamostra dos partidários, os padrões identificados anteriormente tornam-se ainda mais pronunciados. Evangélicos que frequentam cultos ao menos uma vez por semana apresentam os níveis mais elevados de polarização pró-Bolsonaro em toda a amostra (média predita = 6,28), enquanto os evangélicos pouco frequentes registram uma média de apenas 3,39. Entre os católicos e os demais, as médias permanecem mais baixas e relativamente estáveis. Assim, como se pode ver pelo gráfico da direita, o efeito marginal da frequência entre evangélicos é de 2,89 pontos, com intervalo de confiança amplamente positivo, ao passo que para os demais grupos religiosos a associação foi nula.

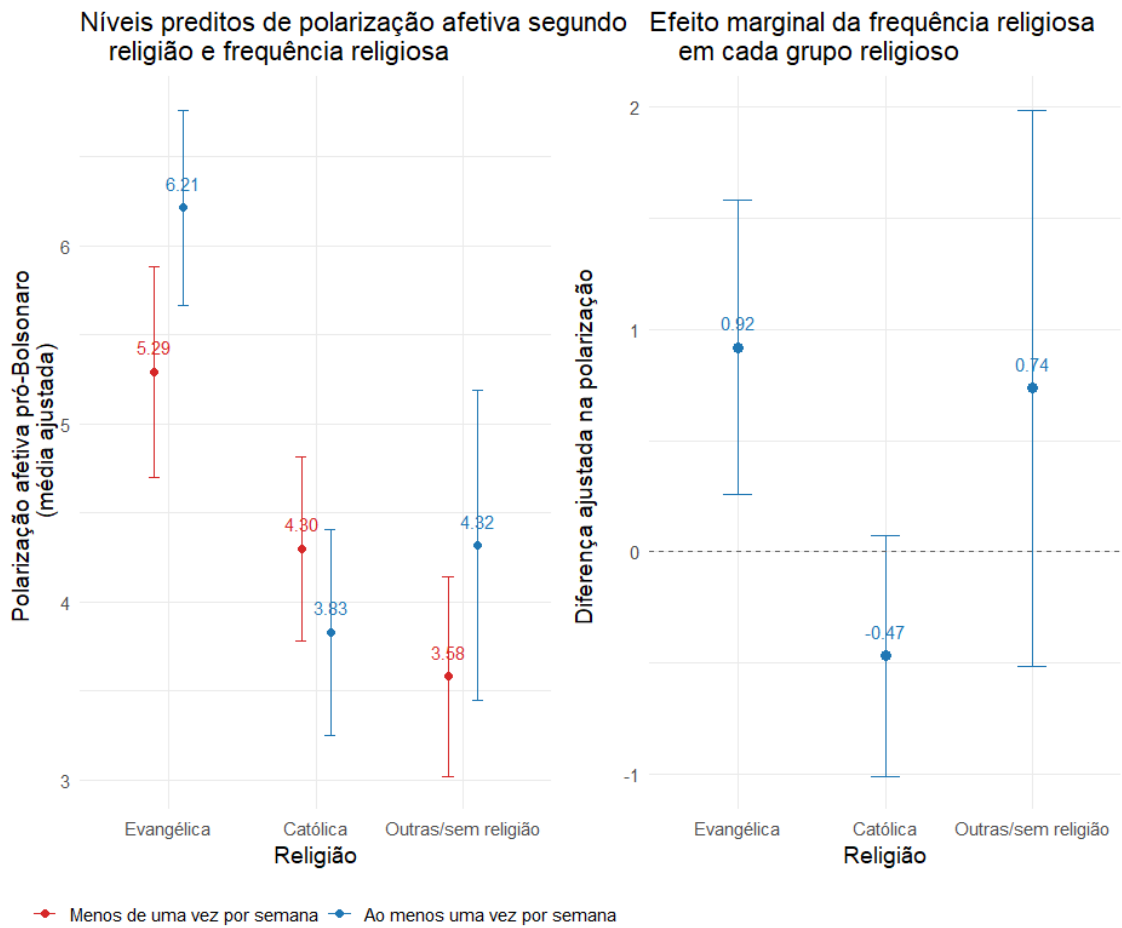
Figura 14 - Resultados do modelo com interação | Partidários



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022.

Já no subgrupo sem identificação partidária (Figura 15), evangélicos que frequentam cultos semanalmente apresentam níveis mais altos de polarização (média = 6,31) do que evangélicos menos frequentes (5,34), com uma diferença de 0,97 – um valor também estatisticamente significativo, mas menor do que o observado em relação ao grupo com identificação partidária. Novamente, entre católicos e outros religiosos, as diferenças entre frequentadores e não frequentadores são pequenas e indistinguíveis de zero. Esses resultados divergem, assim, da Hipótese 3, que previa que o efeito moderador da frequência a cultos seria exclusivo, ou pelo menos maior, entre aqueles eleitores apartidários, e possivelmente mais suscetíveis a persuasão. Ao contrário, eles sugerem que a frequência a cultos intensifica ainda mais o vínculo entre identidade evangélica e polarização afetiva entre os eleitores próximos de algum partido, possivelmente por operar como canal de reforço para orientações político-afetivas já consolidadas.

Figura 15 - Resultados do modelo com interação | Apartidários



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022.

Esses resultados são, em resumo, consistentes com a Hipótese 1, formulada no início do capítulo: os evangélicos, independentemente da assiduidade com que frequentam cerimônias religiosas, apresentam níveis mais altos de polarização afetiva em uma direção pró-Bolsonaro em relação aos demais grupos religiosos. Além disso, eles também são consistentes com a Hipótese 2, que previa um efeito condicionado pela assiduidade religiosa: a frequência a cultos está associada de forma significativa à polarização afetiva apenas entre os evangélicos. Contudo, diferentemente do previsto pela Hipótese 3, esse padrão se mantém tanto na amostra de partidários como de apartidários, o que sugere que a exposição aos pastores ou a outros irmãos não exerce influência apenas sobre aqueles eleitores teoricamente mais suscetíveis à persuasão, podendo funcionar também como um reforço para aqueles com preferências mais consolidadas.

Assim, esses achados dialogam com a literatura que aponta a centralidade da identidade evangélica na formação de atitudes políticas no Brasil contemporâneo, sobretudo

em contextos de baixa identificação partidária (Baker; Ames; Rennó, 2006; Silva, 2019; Smith, 2019). Além disso, esses dados indicam que a frequência a cultos não é apenas um meio pelo qual a identidade evangélica se conecta com o voto, mas também uma atividade capaz de amplificar a polarização (Ferreira; Fuks, 2021; Smith, 2019; Silva, 2019). Dessa forma, mais do que espaços de socialização neutra, as igrejas evangélicas parecem operar como vetores de ativação política e reforço de alinhamentos afetivos, com potencial de amplificar divisões político-identitárias no eleitorado, sejam eles partidários ou não¹⁴.

Conclusão

Este capítulo teve como ponto de partida a observação de que, em democracias de partidarismo frágil, como o Brasil, outras identidades sociais e espaços de sociabilidade podem exercer papel estruturante sobre atitudes políticas, inclusive no que diz respeito à polarização afetiva, algo ainda pouco explorado pela literatura internacional e sobretudo pela brasileira.

A literatura já havia evidenciado o alinhamento entre identidade evangélica e o voto na direita, especialmente em Jair Bolsonaro (Ferreira, 2022; Silva, 2019; Smith, 2019), e levantado a hipótese de que esse fenômeno poderia configurar um caso de *religious sorting* no Brasil (Layton *et al.*, 2021). Além disso, estudos vêm destacando que a frequência a cultos e a exposição ao discurso das lideranças religiosas operam como mecanismos de reforço da homogeneidade política e de mobilização eleitoral (Ferreira & Fuks, 2021; Smith, 2019; Silva, 2019). Ainda assim, permanecia uma lacuna quanto à possibilidade de que os espaços religiosos evangélicos contribuíssem não apenas para o voto conservador, mas também para o aprofundamento da rejeição afetiva ao *outgroup* político e do fortalecimento de vínculos com o próprio grupo. Este capítulo buscou, portanto, testar se a identidade evangélica — e, sobretudo, a frequência a cultos — estaria associada à intensificação da polarização afetiva pró-Bolsonaro, funcionando como espaço não apenas de fé, mas de radicalização política.

Os resultados empíricos são claros. Em primeiro lugar, os evangélicos apresentam, em média, níveis mais elevados de polarização afetiva do que católicos e pessoas de outras religiões ou sem religião, mesmo quando controlamos os resultados por variáveis sociodemográficas e ideológicas. Esse padrão confirma a Hipótese 1 e reforça a ideia de que a

¹⁴ Esses resultados atinentes aos evangélicos, ademais, não são alterados em função da inclusão de controles de ideologia operacional, nem pela utilização da variável de frequência a cultos em sua versão numérica, como se pode ver nos modelos no Anexo.

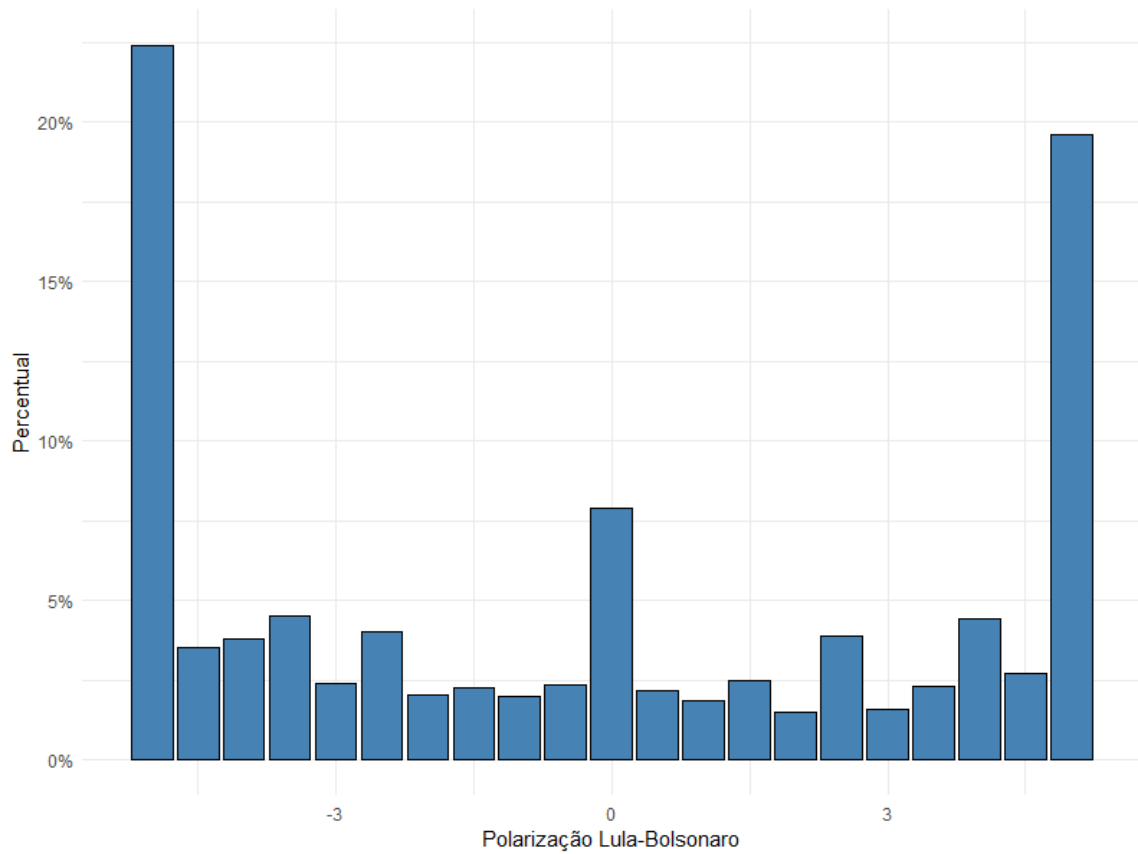
identidade evangélica está associada a um padrão afetivo específico no sistema político brasileiro contemporâneo. Em segundo lugar, como previa a Hipótese 2, a associação da identidade evangélica com a polarização é acentuada pela frequência a cultos. A exposição regular ao ambiente religioso evangélico está associada a um salto substantivo nos níveis de polarização, em um padrão que não se observa entre os católicos ou entre os demais grupos.

Todavia, ao contrário do que previa a Hipótese 3, a associação entre a frequência e a polarização são significativos tanto entre os eleitores apartidários quanto entre os partidários, sendo até mais intensos no segundo grupo. Isso sugere que a frequência a cultos pode atuar não apenas como vetor de persuasão entre os menos envolvidos politicamente, mas também como reforço das disposições afetivas entre aqueles com preferências políticas já estruturadas — uma leitura coerente com as dinâmicas de reforço identitário descritas por Mason (2018) e por Ferreira e Fuks (2021).

É importante ressaltar, contudo, que os modelos estimados são associativos e não permitem afirmar causalidade. Não se pode concluir, com base nos dados disponíveis, que a ida à igreja provoca aumento de polarização, tampouco que o efeito se dá exclusivamente pela ação das lideranças religiosas ou dos irmãos de fé. No entanto, os padrões observados são consistentes com a hipótese de que as igrejas evangélicas, em especial para os mais assíduos, oferecem um ambiente politicamente mais homogêneo, que reforça laços de identidade, alinhamentos afetivos e rejeição ao outro político. Em contextos nos quais a identificação partidária é frágil e a socialização política se dá em redes locais e comunitárias (Baker; Ames; Rennó, 2006; Boas; Smith, 2015; Smith; Boas, 2024), as igrejas se tornam arenas de construção identitária altamente homogêneas, onde os membros compartilham valores morais, códigos culturais e orientações político-afetivas, e são justamente os mais radicalizados os mais frequentes. Essa homogeneidade reduz pressões cruzadas, frequentemente presentes em outras instituições sociais, e favorece a formação de identidades políticas congruentes e polarizadas — processo que, segundo Mason (2018), está no centro da dinâmica da polarização política. Assim, mesmo sem afirmar causalidade, os dados sugerem que, no Brasil contemporâneo, as igrejas evangélicas funcionam como arenas de radicalização afetiva, especialmente entre os mais frequentes, ao substituir espaços pluralistas por redes densas e homogêneas que reforçam divisões políticas e afetivas.

Anexos do Capítulo 2

Figura 16 - Distribuição descritiva da polarização afetiva em uma direção pró-Lula a pró-Bolsonaro - Entre toda amostra (2022)¹⁵



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

¹⁵ Média de -0,3 e desvio padrão igual a 3,88.

Tabela 12 - Descritivas com proporção e média da relação entre religião, frequência a cultos e polarização afetiva

Religião	Frequência a cultos	Polarização afetiva pró-Bolsonaro (Média)
Evangélicos	Total (31% da amostra total)	6,13
	Ao menos uma vez por semana (63% dos evangélicos)	6,57
	Menos de uma vez por semana (37% dos evangélicos)	5,41
Católicos (percentual da amostra)	Total (50% da amostra total)	4,27
	Ao menos uma vez por semana (33% dos católicos)	4,18
	Menos de uma vez por semana (66% dos católicos)	4,3
Outras/Sem religião (percentual da amostra)	Total (18% da amostra total)	3,71
	Ao menos uma vez por semana (14% dos outras/sem religião)	3,97
	Menos de uma vez por semana (86% dos outras/sem religião)	3,65

Tabela 13 - Percentuais de identificação partidária por religião

Religião	Percentual com IP	Percentual sem IP
Evangélicos	15%	84%
Católicos	16%	81%
Outras/Sem religião	21%	76%

Tabela 14 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos

	Frequência binária
Católica	-1.929***
	(0.226)
Outras/sem religião	-2.321***
	(0.293)
Ao menos uma vez por semana	0.396*
	(0.213)
Masculino	1.047***
	(0.193)
25 a 34 anos	0.217
	(0.295)
35 a 44 anos	0.278
	(0.304)
45 a 59 anos	0.409
	(0.297)
60 anos ou mais	0.389
	(0.348)
Outros	-0.255
	(0.524)
Pardo	-0.201
	(0.217)
Preto	-1.607***
	(0.275)
Ensino Superior ou mais	-0.347
	(0.288)
Nordeste	-1.313***
	(0.240)
Norte/Centro-oeste	-0.011
	(0.291)
Sul	-0.523*
	(0.296)
De 2 a 5 SM	0.742***
	(0.208)
Mais de 5 SM	0.734**
	(0.326)
Recebe auxílio	-0.120
	(0.205)
Constant	5.546***
	(0.373)
Observations	1,799
Note:	*p**p***p<0.01

Tabela 15 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião X frequência a cultos

	Total	Partidários	Apartidários
Católica	-1.282***	-1.770**	-0.993***
	(0.314)	(0.839)	(0.337)
Outras/sem religião	-1.859***	-1.855**	-1.712***
	(0.364)	(0.938)	(0.395)
Ao menos uma vez por semana	1.161***	2.955***	0.920***
	(0.332)	(0.880)	(0.356)
Masculino	1.040***	1.378***	0.954***
	(0.193)	(0.450)	(0.208)
25 a 34 anos	0.211	-0.341	0.378
	(0.291)	(0.755)	(0.308)
35 a 44 anos	0.260	0.495	0.266
	(0.301)	(0.783)	(0.321)
45 a 59 anos	0.401	1.096	0.314
	(0.293)	(0.740)	(0.315)
60 anos ou mais	0.406	0.724	0.407
	(0.347)	(0.840)	(0.372)
Outros	-0.239	0.846	-0.401
	(0.533)	(0.976)	(0.579)
Pardo	-0.227	-0.044	-0.213
	(0.216)	(0.517)	(0.234)
Preto	-1.613***	-1.836***	-1.490***
	(0.272)	(0.553)	(0.307)
Ensino Superior ou mais	-0.383	-0.225	-0.331
	(0.287)	(0.637)	(0.309)
Nordeste	-1.329***	-1.408**	-1.409***
	(0.238)	(0.549)	(0.257)
Norte/Centro-oeste	-0.006	-0.733	0.101
	(0.291)	(0.699)	(0.314)
Sul	-0.525*	-0.576	-0.481
	(0.294)	(0.647)	(0.325)
De 2 a 5 SM	0.721***	0.025	0.771***
	(0.208)	(0.501)	(0.223)
Mais de 5 SM	0.772**	1.823**	0.499
	(0.323)	(0.755)	(0.350)
Recebe auxílio	-0.116	0.853	-0.346
	(0.204)	(0.519)	(0.218)
Católica: ao menos uma vez por semana	-1.272***	-1.896	-1.388***
	(0.443)	-1.157	(0.474)
Outras/sem religião: Ao menos uma vez por semana	-0.688	-3.741**	-0.183
	(0.657)	-1.532	(0.699)
Constant	5.096***	3.425***	5.294***
	(0.401)	-1.122	(0.421)
Observations	1,799	327	1,457
Note:	*p***p***p<0.01		

Tabela 16 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos | Controlado por conservadorismo

	Total
Católica	-1.419***
	(0.222)
Outras/sem religião	-1.249***
	(0.311)
Ao menos uma vez por semana	0.062
	(0.199)
Masculino	0.608***
	(0.179)
25 a 34 anos	-0.141
	(0.280)
35 a 44 anos	-0.466
	(0.283)
45 a 59 anos	-0.469*
	(0.276)
60 anos ou mais	-0.741**
	(0.325)
Outros	-0.249
	(0.501)
Pardo	-0.428**
	(0.202)
Preto	-1.491***
	(0.268)
Ensino Superior ou mais	0.204
	(0.254)
Nordeste	-1.294***
	(0.227)
Norte/Centro-oeste	0.042
	(0.265)
Sul	-0.323
	(0.263)
De 2 a 5 SM	0.676***
	(0.196)
Mais de 5 SM	0.809***
	(0.304)
Recebe auxílio	-0.079
	(0.191)
Conservadorismo costumes	0.363***
	(0.037)
Conservadorismo segurança	0.218***
	(0.029)
Conservadorismo economia	0.198***
	(0.029)
Constant	2.338***
	(0.426)

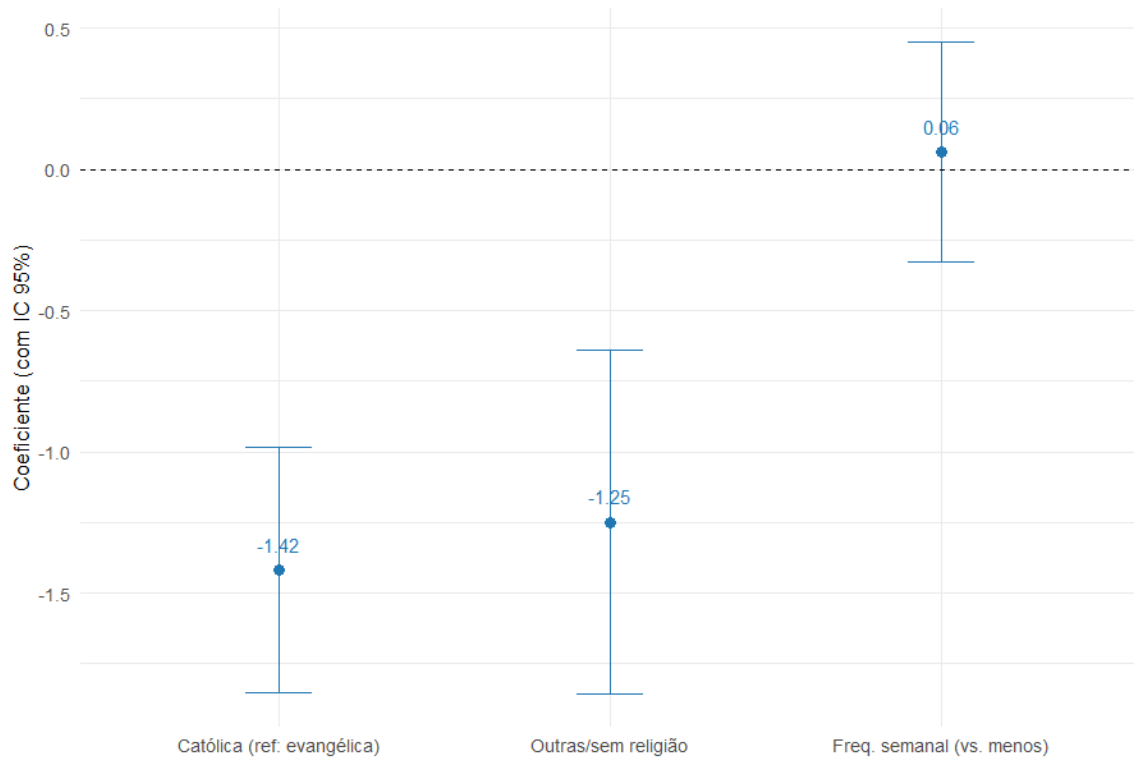
Observations	1,798
Note:	*p**p***p<0.01

Tabela 17 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião X frequência a cultos | Controlado por conservadorismo

	Total	Partidários	Apartidários
Católica	-0.957*** (0.290)	-1.154 (0.701)	-0.745** (0.315)
Outras/sem religião	-0.901** (0.373)	-0.182 (0.796)	-0.969** (0.413)
Ao menos uma vez por semana	0.630** (0.320)	2.000** (0.792)	0.463 (0.346)
Masculino	0.605*** (0.179)	0.849** (0.393)	0.585*** (0.198)
25 a 34 anos	-0.140 (0.278)	-0.874 (0.618)	0.083 (0.297)
35 a 44 anos	-0.472* (0.282)	-0.476 (0.628)	-0.393 (0.304)
45 a 59 anos	-0.467* (0.275)	-0.040 (0.628)	-0.496* (0.296)
60 anos ou mais	-0.717** (0.325)	-0.959 (0.758)	-0.602* (0.356)
Outros	-0.229 (0.505)	0.277 (0.918)	-0.456 (0.532)
Pardo	-0.445** (0.202)	-0.754 (0.459)	-0.359 (0.221)
Preto	-1.494*** (0.265)	-2.126*** (0.511)	-1.353*** (0.301)
Ensino Superior ou mais	0.172 (0.253)	0.893* (0.530)	0.014 (0.276)
Nordeste	-1.304*** (0.226)	-0.869* (0.479)	-1.387*** (0.250)
Norte/Centro-oeste	0.048 (0.265)	-0.336 (0.601)	0.138 (0.287)
Sul	-0.330 (0.263)	0.168 (0.540)	-0.385 (0.295)
De 2 a 5 SM	0.660*** (0.196)	0.279 (0.446)	0.687*** (0.213)
Mais de 5 SM	0.836*** (0.301)	1.814*** (0.618)	0.589* (0.334)
Recebe auxílio	-0.075 (0.190)	0.944** (0.458)	-0.307 (0.206)
Conservadorismo costumes	0.358*** (0.037)	0.495*** (0.080)	0.311*** (0.041)
Conservadorismo segurança	0.217*** (0.028)	0.296*** (0.066)	0.183*** (0.031)
Conservadorismo economia	0.198*** (0.029)	0.169** (0.067)	0.211*** (0.031)
Católica: Ao menos	-0.911**	-1.316	-1.053**

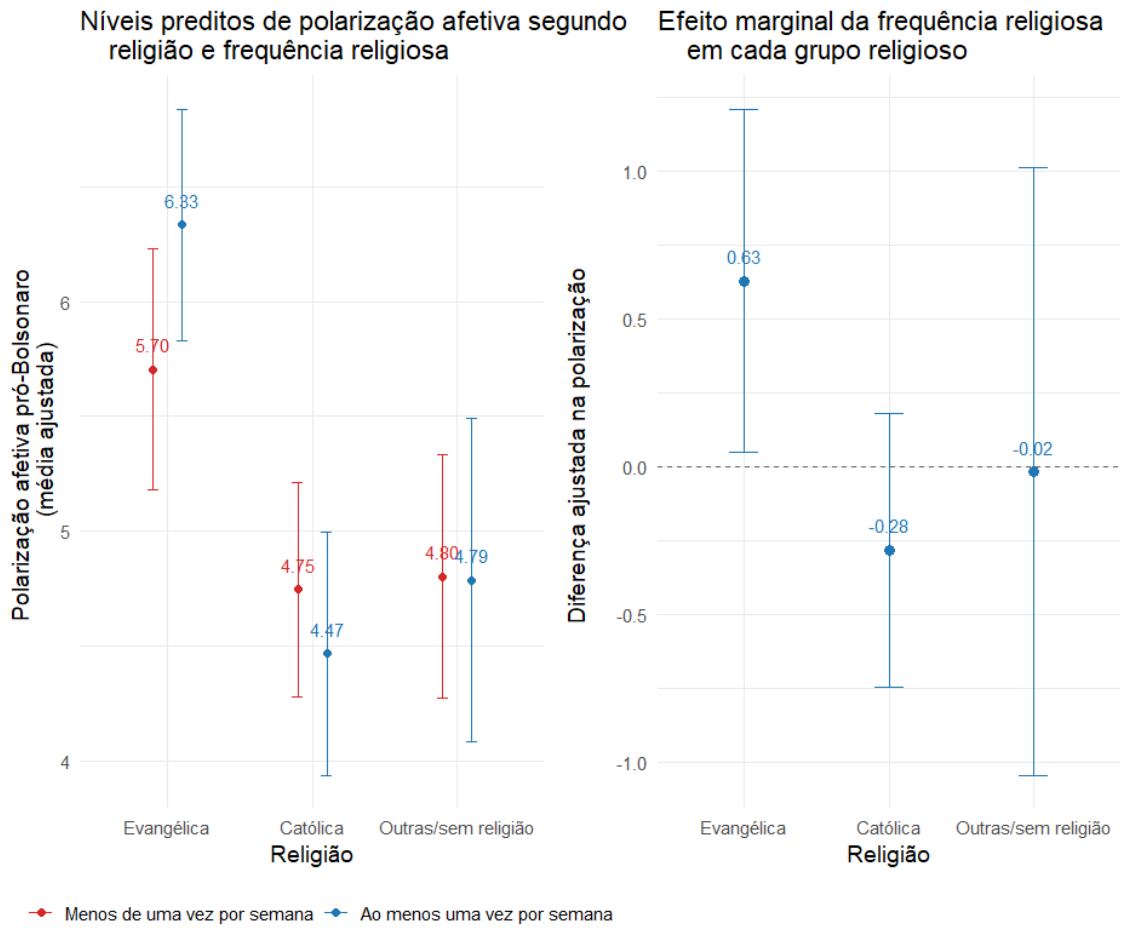
uma vez por semana			
	(0.418)	-1.043	(0.450)
Outras/sem religião:	-0.645	-3.194**	-0.196
Ao menos uma vez por semana	(0.571)	-1.270	(0.628)
Constant	2.034***	-0.589	2.616***
	(0.443)	-1.009	(0.477)
Observations	1,798	327	1,456
Note:	*p**p***p<0.01		

Figura 17 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos | Controlado por conservadorismo



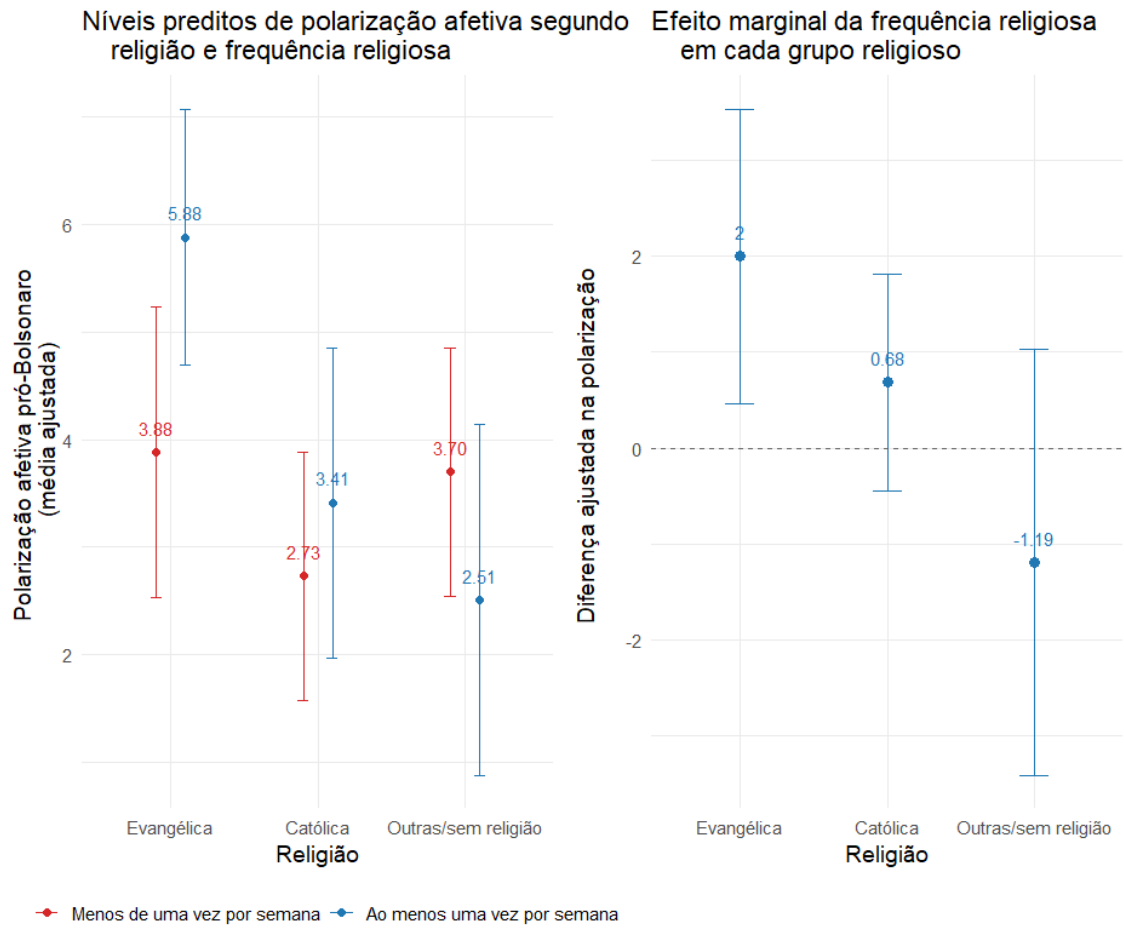
Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

Figura 18 - Resultados do modelo com interação | Controlado por conservadorismo | Amostra geral



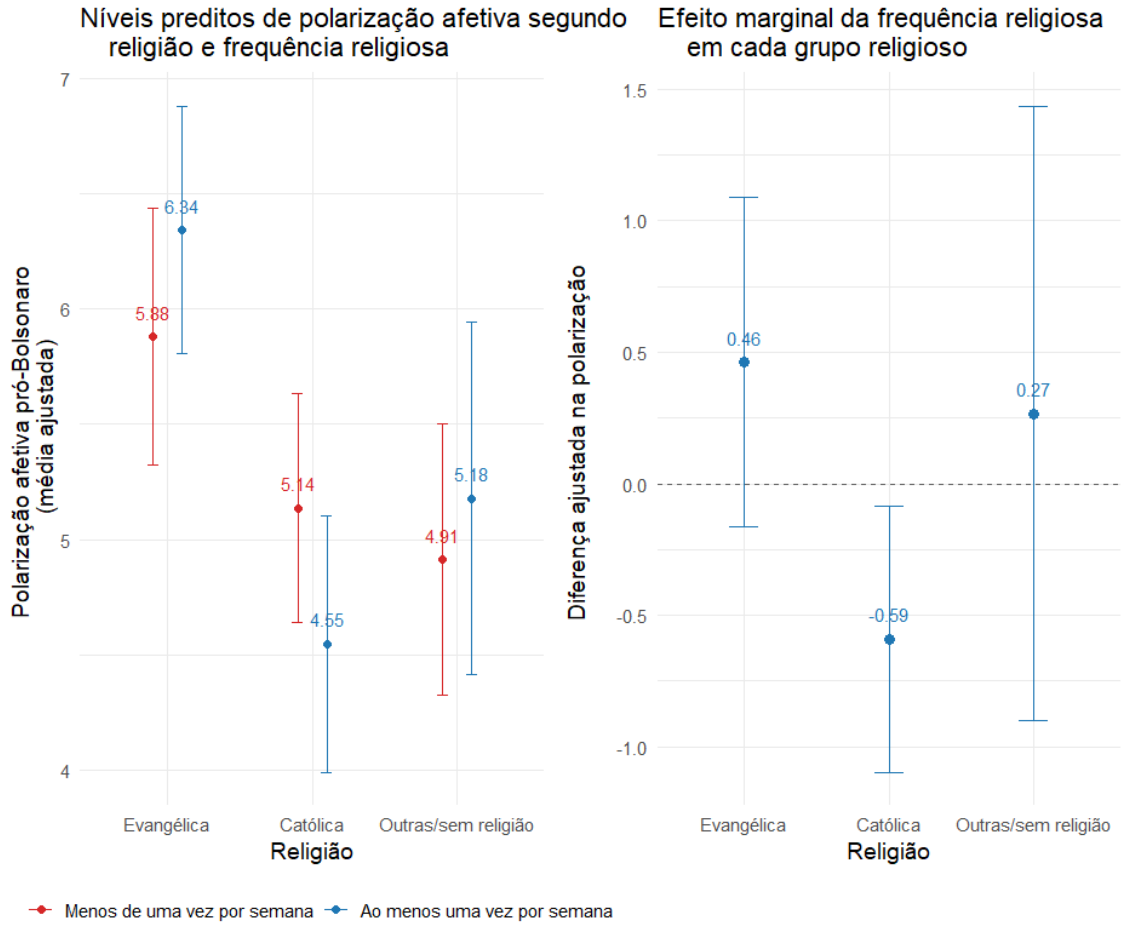
Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

Figura 19 - Resultados do modelo com interação | Controlado por conservadorismo | Partidários



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

Figura 20 - Resultados do modelo com interação | Controlado por conservadorismo | Apartidários



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

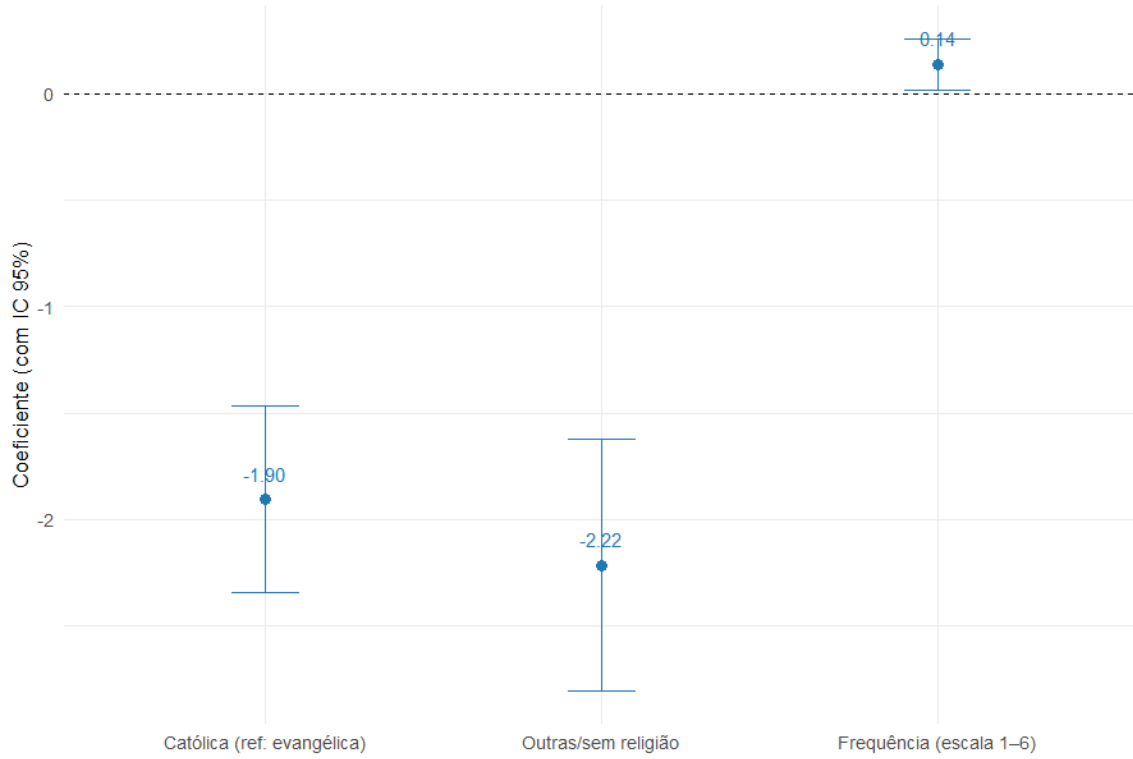
Tabela 18 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos | Frequência numérica

	Total
Católica	-1.904***
	(0.225)
Outras/sem religião	-2.216***
	(0.302)
frequente_num	0.138**
	(0.061)
Masculino	1.062***
	(0.193)
25 a 34 anos	0.227
	(0.295)
35 a 44 anos	0.265
	(0.304)
45 a 59 anos	0.371
	(0.299)
60 anos ou mais	0.364
	(0.349)
Outros	-0.266
	(0.523)
Pardo	-0.202
	(0.217)
Preto	-1.609***
	(0.275)
Ensino Superior ou mais	-0.344
	(0.287)
Nordeste	-1.321***
	(0.240)
Norte/Centro-oeste	-0.037
	(0.292)
Sul	-0.500*
	(0.296)
De 2 a 5 SM	0.744***
	(0.208)
Mais de 5 SM	0.715**
	(0.326)
Recebe auxílio	-0.121
	(0.205)
Constant	5.189***
	(0.432)
Observations	1,799
Note:	

Tabela 19 - Coeficientes das regressões da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião X frequência a cultos | Frequência numérica

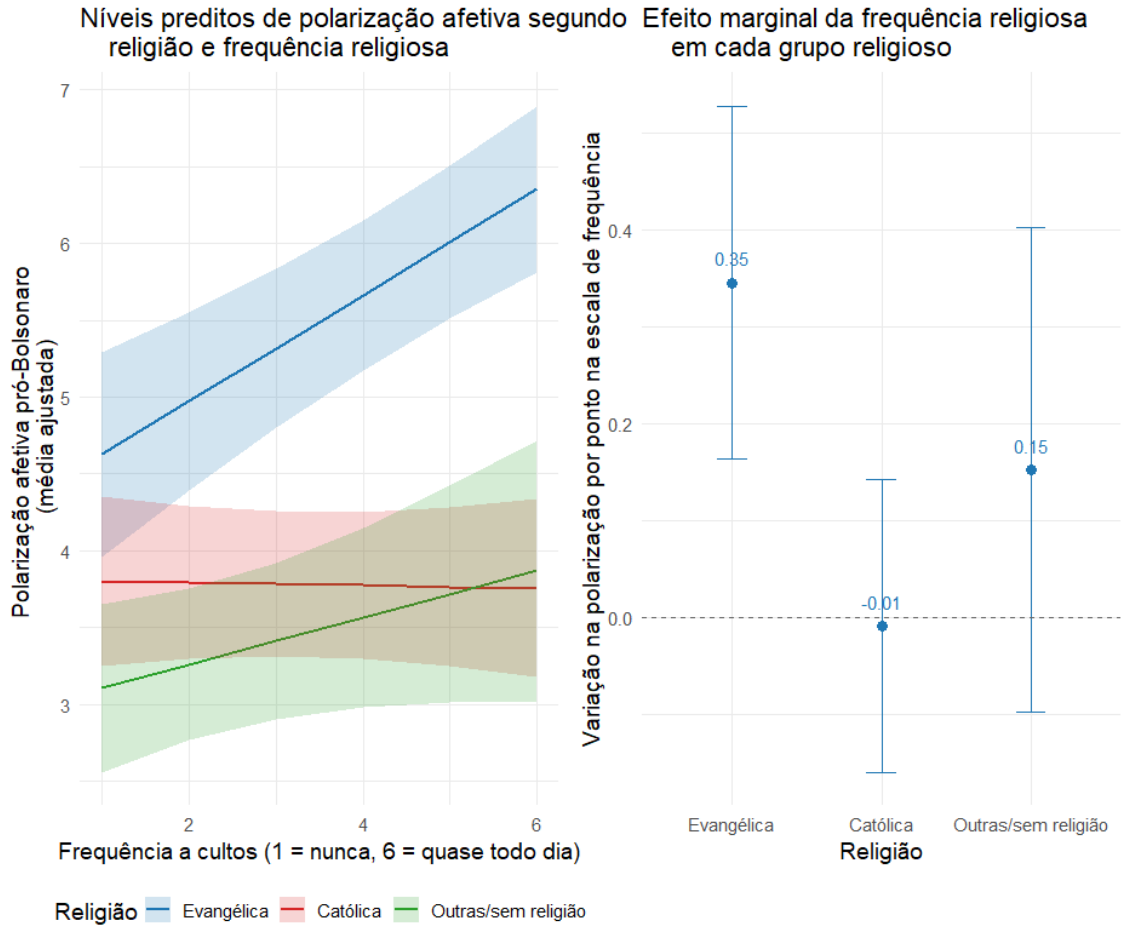
	Total	Partidários	Apartidários
Católica	-0.473	-0.024	-0.091
	(0.566)	-1.586	(0.600)
Outras/sem religião	-1.328**	1.367	-1.489**
	(0.614)	-1.603	(0.670)
frequente_num	0.345***	1.060***	0.269**
	(0.098)	(0.272)	(0.105)
Masculino	1.050***	1.443***	0.955***
	(0.193)	(0.438)	(0.208)
25 a 34 anos	0.238	-0.267	0.402
	(0.293)	(0.776)	(0.309)
35 a 44 anos	0.257	0.540	0.266
	(0.302)	(0.804)	(0.320)
45 a 59 anos	0.382	1.058	0.323
	(0.297)	(0.769)	(0.319)
60 anos ou mais	0.395	0.950	0.411
	(0.348)	(0.860)	(0.373)
Outros	-0.265	0.743	-0.406
	(0.527)	(0.980)	(0.571)
Pardo	-0.218	-0.039	-0.198
	(0.216)	(0.510)	(0.234)
Preto	-1.605***	-1.836***	-1.474***
	(0.273)	(0.555)	(0.308)
Ensino Superior ou mais	-0.379	-0.106	-0.333
	(0.286)	(0.642)	(0.308)
Nordeste	-1.334***	-1.526***	-1.404***
	(0.238)	(0.557)	(0.257)
Norte/Centro-oeste	-0.031	-0.810	0.089
	(0.292)	(0.687)	(0.313)
Sul	-0.518*	-0.548	-0.489
	(0.294)	(0.632)	(0.324)
De 2 a 5 SM	0.730***	0.049	0.775***
	(0.207)	(0.491)	(0.223)
Mais de 5 SM	0.756**	1.543**	0.518
	(0.323)	(0.742)	(0.348)
Recebe auxílio	-0.130	0.955*	-0.369*
	(0.203)	(0.513)	(0.217)
Católica:frequente_num	-0.354***	-0.598*	-0.397***
	(0.131)	(0.346)	(0.139)
Outras/sem religião:frequente_num	-0.193	-1.213***	-0.053
	(0.165)	(0.403)	(0.179)
Constant	4.282***	0.357	4.663***
	(0.547)	-1.611	(0.577)
Observations	1,799	327	1,457
Note:	*p**p***p<0.01		

Figura 21 - Coeficientes da regressão da polarização afetiva pró-Bolsonaro por religião e frequência a cultos | Frequência a cultos numérica



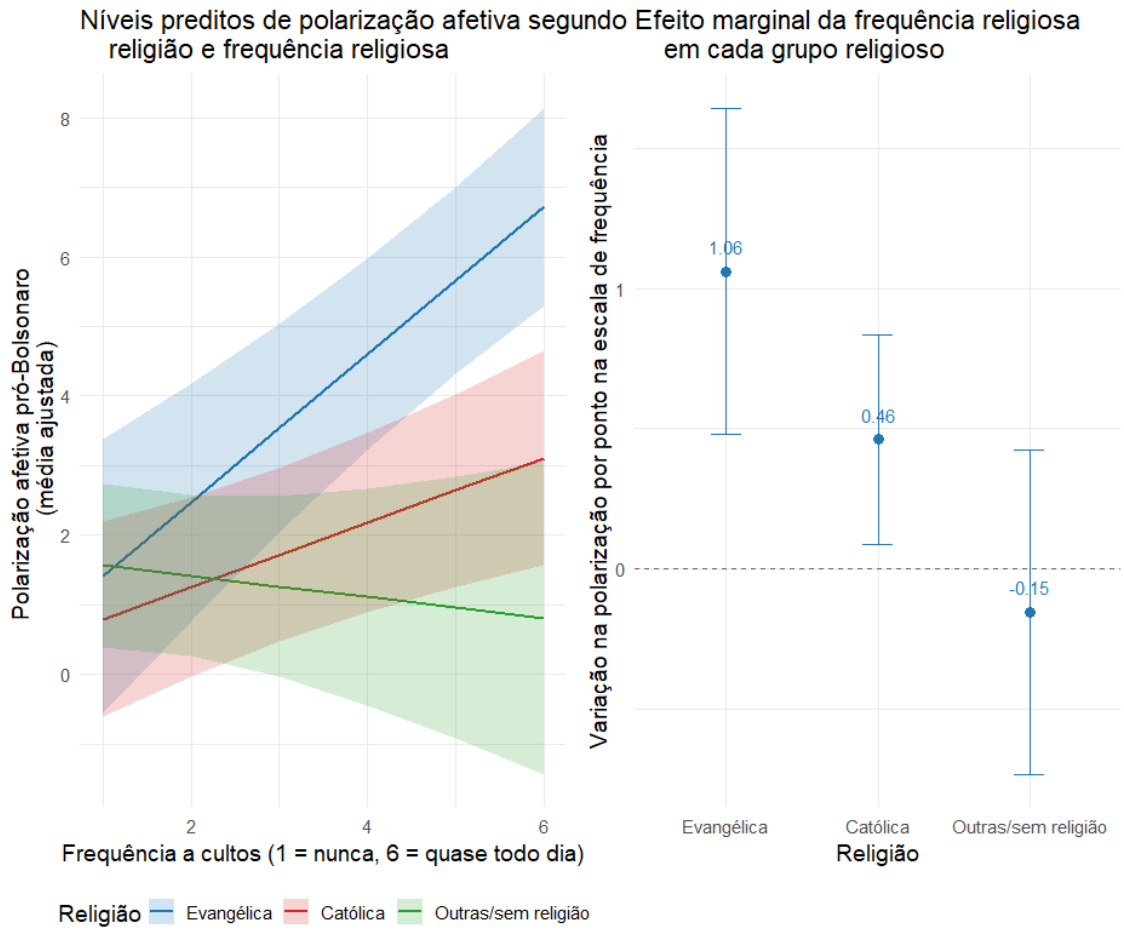
Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2002 - 2022

Figura 22 - Resultados do modelo com interação | Frequência a cultos numérica | Amostra geral



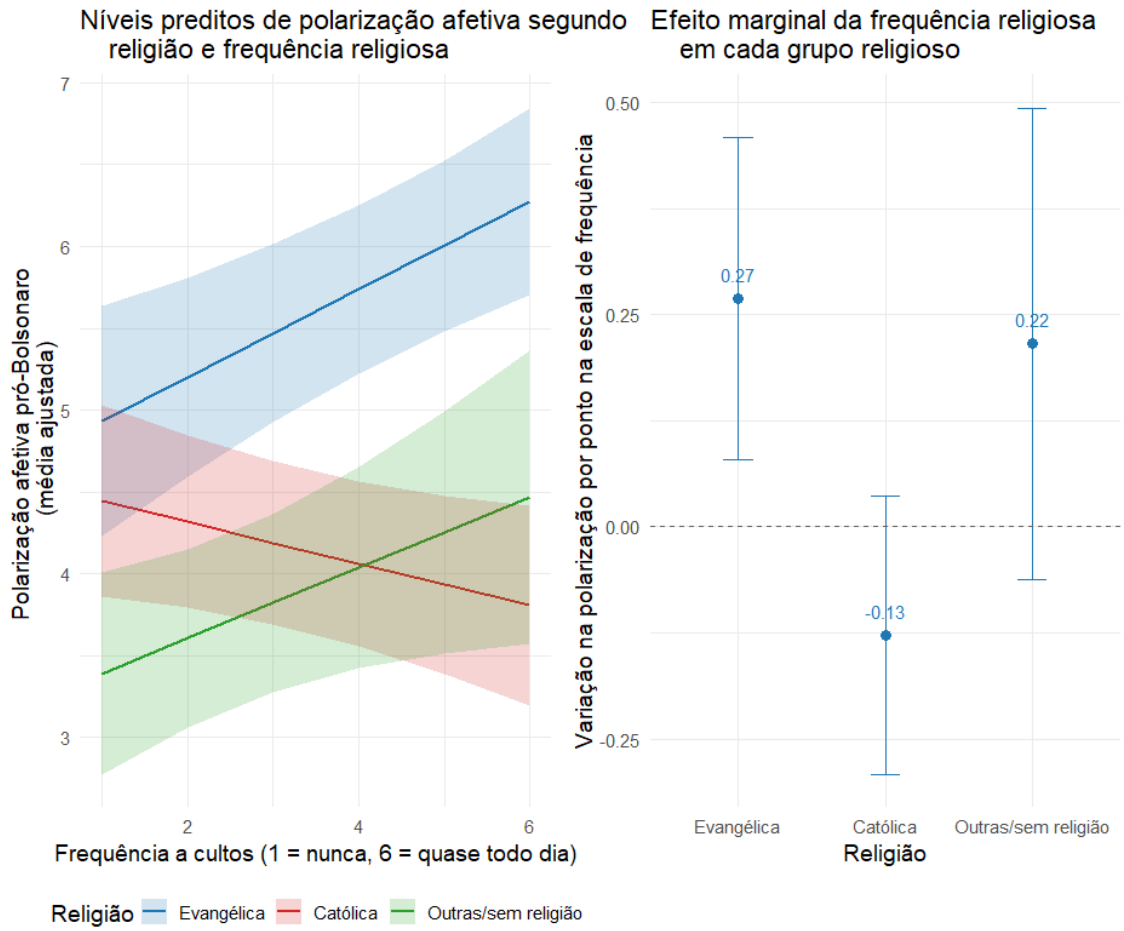
Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

Figura 23 - Resultados do modelo com interação | Frequência a cultos numérica | Partidários



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

Figura 24 - Resultados do modelo com interação | Frequência a cultos numérica | Apartidários



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2022

3 POLARIZAÇÃO AFETIVA E COMPROMISSO DEMOCRÁTICO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS DE ASSIMETRIA ENTRE PETISTAS E BOLSONARISTAS

Introdução

A relação entre polarização política e democracia tornou-se um dos temas centrais do debate acadêmico contemporâneo, de modo que hoje é quase um lugar comum dizer que ela prejudica a democracia e que mina o compromisso democrático dos eleitores. O mecanismo desse processo, além disso, também se torna cada vez mais conhecido dos pesquisadores. A polarização faz com que os cidadãos vejam o grupo político rival como uma ameaça existencial, transformando seus adversários em inimigos e aumentando os custos da tolerância. Isso faz com que os apoiadores do governo aceitem práticas iliberais do político que apoiam, enquanto, entre os opositores, aumenta a disposição em considerar legítimas a adoção de medidas radicais para derrubar o grupo que está no poder, gerando ciclos viciosos (McCoy *et al.*, 2018; McCoy; Somer, 2019a, 2019b). Em outras palavras, a polarização oferece uma espécie de carta branca para políticos autoritários, podendo até mesmo engajar alguns eleitores a endossar e mesmo participar de atos de violência política (Svolik, 2019, 2020; Graham; Svolik, 2020).

Apesar de crescentes evidências de que isso ocorre ao redor do mundo, não está claro, ainda, em que medida a polarização afeta os eleitores brasileiros. Esta questão, no entanto, ganha extrema relevância quando se pensa a trajetória recente da polarização sem precedentes entre apoiadores de Lula e de Jair Bolsonaro (Fuks; Marques, 2022; Nunes; Traumann, 2023). As manifestações antidemocráticas de 8 de janeiro de 2023, contrárias à posse do presidente Lula, e os acampamentos na porta dos quartéis-generais do Exército, pedindo intervenção militar, acrescentam um contorno ainda mais dramático à questão. Entretanto, as principais perguntas ainda permanecem sem respostas. Mas, afinal, poderia a polarização afetiva ter abalado o compromisso democrático dos cidadãos polarizados no Brasil contemporâneo? Se sim, seus efeitos seriam simétricos, isto é, se manifestam igualmente para os dois lados dessa polarização, ou seriam concentrados em algum dos polos do conflito? Em que medida essa polarização tornaria os eleitores de Bolsonaro mais propensos a apoiar iniciativas golpistas e autoritárias de seu ex-presidente, ajudando a explicar o apoio ou mesmo a participação em manifestações golpistas?

A literatura internacional ainda debate se os efeitos da polarização e do extremismo ideológico sobre o apoio à democracia são simétricos entre esquerda e direita (Jost, 2024;

Luttig, 2017) ou se variam de acordo com fatores contextuais e institucionais (De Leeuw *et al.*, 2022). Neste capítulo, argumenta-se, no entanto, que há motivos sólidos para esperar que, no caso brasileiro, a associação entre polarização afetiva e menor compromisso democrático seja marcadamente predominante entre o grupo de eleitores mais radicalizados do ex-presidente direitista.

As razões que fundamentam essa expectativa são diversas. Por um lado, o bolsonarismo se consolidou historicamente como um movimento explicitamente hostil à ordem democrática liberal, assumindo uma postura de exaltação ao regime militar e à sua herança autoritária (Lynch; Casimiro, 2022). No poder, fomentou a desconfiança em relação a diversas instituições de controle, desmontou arenas participativas, perseguiu burocratas e questionou a legitimidade do processo eleitoral, diante da derrota na disputa presidencial, em 2022. Por outro lado, o PT, apesar de eventuais ambiguidades em sua relação com regimes iliberais estrangeiros, como Cuba ou Venezuela, forjou-se a partir de diversas forças que lutaram pela redemocratização do país e, no governo, tornou-se conhecido pela inovação e consolidação de variados mecanismos participativos (Avritzer, 2003; 2007; 2009; Abers, Serafim; Tataçiba, 2014).

Neste contexto, é plausível esperar que a polarização afetiva reduza o compromisso democrático sobretudo entre eleitores bolsonaristas, alimentando atitudes que legitimam saídas autoritárias, como ficou evidente na tolerância — e até apoio — a tentativas de ruptura institucional. Todavia, não são incomuns, sejam em discursos de políticos ou mesmo de alguns jornalistas, narrativas de que as consequências da polarização sejam simétricas, como se bolsonarismo e petismo representassem perigos de mesma intensidade à democracia (Em programa, 2018; Bolsonaro, 2018; Alonso, 2022). Apenas agora, entretanto, essa questão começou a ser investigada pela literatura brasileira (Vidigal, 2022; Fuks; Casalecchi, 2025), e faltam estudos que o façam sob o prisma da polarização afetiva.

Neste capítulo, utilizo os dados do ESEB, das rodadas de 2018 e 2022, quando a polarização entre Bolsonaro e Lula se estabelece, a fim de contribuir para esse debate. A partir deles, adoto uma abordagem multidimensional do apoio à democracia liberal e testo se altos níveis de polarização afetiva se associam a maior discordância com a democracia e com alguns de seus princípios centrais, como a necessidade da representação partidária, a rejeição ao presidencial *aggrandizement* (expansão desmedida do poder presidencial) e a concordância com a via eleitoral como condição mínima para a escolha dos representantes, mensurada pelo rechaço a golpes de Estado.

Os resultados mostram que polarização não se associa com menores taxas de adesão à democracia em si, como uma ideia abstrata, mas os eleitores polarizados tendem a preferir formas de democracia iliberais, com líderes fortes que governem por cima das regras e maior rejeição à necessidade de partidos. Como esperado, porém, essa associação entre eleitores polarizados e rejeição ao regime democrático não se mostrou generalizada, sendo restrita aos eleitores de Bolsonaro. Além disso, após a eleição de 2022, em que Bolsonaro foi derrotado, os dados mostram maiores taxas de apoio a golpe de Estado entre o eleitorado do ex-presidente, revelando, ainda que indiretamente, que a polarização pode ter contribuído para as manifestações pedindo intervenção militar que se seguiram àquele pleito.

O capítulo se organiza em cinco seções, além desta introdução. Na primeira apresento brevemente o debate internacional da ciência política sobre a conexão entre polarização e crise democrática, com foco na erosão do compromisso democrático dos eleitores e apoio a líderes autoritários. Na segunda, apresento uma breve discussão sobre o caso brasileiro e fundamento a hipótese de que aqui os efeitos sejam assimétricos. Na terceira seção apresento os dados e a metodologia utilizada. Logo após, a quarta e quinta seção mostram os resultados e uma breve conclusão.

Polarização e democracia

A relação entre polarização partidária e crise democrática tem sido objeto de análise da ciência política há décadas. Desde Sartori (1976), a hipótese de que sistemas partidários polarizados prejudicam a governabilidade, gerando crises de paralisia decisória, está no cerne das discussões sobre estabilidade democrática. Na América Latina, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), por exemplo, destacam que a polarização e o radicalismo das elites foram forças decisivas no colapso de diversos regimes democráticos na região, ao longo do século XX. No Brasil, já se argumentou que a polarização entre as forças partidárias contribuiu para o Golpe Militar de 1964 (Santos, 1986). No nível das elites políticas e partidárias, a polarização transforma adversários em inimigos, aumenta o jogo duro institucional e erode o *fairplay* necessário para o bom funcionamento da democracia (Levitsky; Ziblatt, 2018).

A ideia de que a polarização da sociedade também afeta a democracia tampouco é nova, remontando a Aristóteles. Mas ela também esteve presente na abordagem sociológica de Lipset (1994), com a noção de que a modernização moderaria os conflitos de classe; bem como em Dahl (1997) e Almond e Verba (1963), com a hipótese de que a poliarquia se

desenvolveria mais satisfatoriamente com a competição entre as elites introduzida antes da inclusão das massas, de forma gradual e pactuada.

Contemporaneamente, dois marcos teóricos têm orientado essa discussão: a noção de "polarização perniciosa" (McCoy *et al.*, 2018; McCoy; Somer, 2019a, 2019b) e os estudos de Graham e Svobik (Svobik, 2019, 2020; Graham; Svobik, 2020). O primeiro aponta que, em contextos altamente polarizados, os apoiadores do governo apoiam políticas autocráticas contra a oposição. Na oposição, os eleitores apoiam golpes ou obstruções extraconstitucionais para derrubar o governo ou simplesmente inviabilizá-lo. O segundo demonstra, por meio de experimentos, que a polarização ideológica intensifica o *tradeoff* entre democracia e o apoio ao seu grupo político, reduzindo a disposição dos eleitores de punir candidaturas autoritárias, desde que ideologicamente alinhadas.

Além de reconhecer os riscos da polarização ideológica, evidências recentes indicam que a polarização afetiva pode representar uma ameaça ainda mais direta ao regime, sem necessariamente vir com o debate programático de "bônus" (Iyengar *et al.*, 2012). Os exemplos são variados. Iyengar e Westwood (2015) demonstram que esses afetos negativos aumentam a desconfiança interpessoal e hostilidade social, afetando laços sociais e a disposição para cooperação cívica. Mason (2018) argumenta que a polarização reduz a confiança interpessoal, minando a cooperação democrática e a exposição às pressões cruzadas, base da poliarquia estadunidense. Huddy, Mason e Aarøe (2015) demonstram que a polarização afetiva aumenta a ansiedade com o resultado das eleições, tornando os eleitores mais participativos, mas também mais insatisfeitos em caso de derrota. Kalmoe e Mason (2022) apontam que a radicalização partidária nos EUA eleva a disposição para tolerar ou justificar violência contra o *out-party*, minando o compromisso com normas democráticas básicas. Hetherington e Rudolph (2015) demonstram que cidadãos com sentimentos negativos intensos em relação ao *out-party* tornam-se menos propensos a apoiar políticas públicas quando estas são propostas pelo partido rival, mesmo que concordem com elas substantivamente. E, de acordo com Wagner (2020), níveis elevados de polarização afetiva estão associados a menor satisfação com a democracia.

Todavia, a despeito das evidências cumulativas sobre os riscos que a polarização representa à democracia, restam dúvidas fundamentais sobre a simetria dessas consequências. Existem evidências que indicam que a direita é mais antidemocrática que a esquerda, outras que indicam que há simetria, ou seja, que ambos os extremos são igualmente antidemocráticos e, por fim, autores que sustentam que essa relação é mais contingente.

No primeiro grupo, diversos autores sustentam a hipótese da assimetria ideológica, sugerindo uma afinidade eletiva entre orientações conservadoras e um menor compromisso com valores democráticos. Para Nilson e Jost (2020), por exemplo, indivíduos com certos traços psicológicos, como a preferência por ordem, hierarquia e estabilidade apresentam maior identificação pela direita, assim como maior aceitação de soluções autoritárias. De forma ainda mais incisiva, Jost (2024) analisa crimes de ódio e incidentes de violência política entre 1996 e 2018, revelando que a grande maioria deles foram ligados à extrema direita, o que embasa sua crítica ao *both-sideism*, ou seja, a ideia de que extremismos políticos de esquerda e de direita representariam riscos equivalentes à democracia. De maneira convergente, Borba, Ribeiro e Fuks (2024) mostram, a partir de dados de 57 países, que o compromisso democrático tende a ser menor entre indivíduos de direita, especialmente sob alta polarização, reforçando que os efeitos antidemocráticos não se distribuem de forma simétrica entre os espectros ideológicos.

Outras pesquisas, porém, apontam possíveis padrões de equivalência. A teoria da tomada de pistas (*cue-taking*) fornece um exemplo importante, que sustenta que as atitudes democráticas variam pelo papel do grupo no governo ou na oposição e pelas mensagens que as lideranças transmitem às suas bases. Eleitores polarizados mostram-se mais dispostos a aceitar retrocessos democráticos quando seus líderes, no poder, assim indicam, sendo mais democráticos quando, ao contrário, estão na oposição Kingzette *et al.* (2021). Luttig (2017), por sua vez, argumenta que a polarização reflete traços psicológicos comuns em ambos os lados — como alta necessidade de certeza, autoritarismo e motivação identitária —, o que tenderia a produzir comportamentos semelhantes entre grupos ideologicamente opostos.

Por fim, há até mesmo uma terceira hipótese, segundo a qual não haveria necessariamente efeito da ideologia ou da polarização afetiva sobre atitudes democráticas. Para De Leeuw *et al.* (2021), a disposição para aceitar rupturas institucionais depende do contexto histórico e da relação do grupo com o último regime autoritário. Quando o último governo autoritário de um país foi de direita, é a direita que apresenta um compromisso democrático menos consistente; quando, por outro lado, esse governo era de esquerda, ocorre o contrário: a esquerda torna-se um risco à ordem democrática. Broockman *et al.* (2021), por sua vez, destacam que múltiplas heurísticas influenciam a formação de atitudes democráticas, o que torna o efeito da polarização mais contingente do que uniforme.

Apesar desses debates serem centrais nos estudos sobre polarização na literatura internacional, a conexão entre polarização afetiva e atitudes antidemocráticas ainda é pouco explorada empiricamente fora do contexto estadunidense. No Brasil, embora a vinculação do

bolsonarismo com última ditadura militar, de direita, seja evidente, assim como foram pronunciadamente antidemocráticos diversos dos seus posicionamentos quando esteve no poder, ainda são escassos os estudos que mensuram a relação da polarização afetiva com atitudes antidemocráticas.

Polarização e assimetria no Brasil

No caso brasileiro, o apoio à democracia tem sido recorrentemente descrito como pequeno, com níveis consistentemente inferiores à média latino-americana (Moisés, 1995; Moisés e Carneiro, 2008; Fuks *et al.*, 2016). Mais recentemente, contudo, a literatura tem apontado para um processo ainda mais preocupante: a intensificação desse déficit, com sinais claros de erosão do apoio ao regime. Aumentam a insatisfação com o regime, a ideia de que o Brasil precisa de um líder autoritário que não cumpra regras e a desconfiança nos partidos e no Congresso. Ao mesmo tempo, diminuem a concordância com a afirmação de que a democracia é preferível a outras formas de governo, assim como a percepção de que o Brasil é democrático (Baquero, Castro, Ranincheski, 2016; Santos; Hoffmann; Duarte, 2020). Assim, embora a maioria declare preferir a democracia como forma de governo, o eleitor brasileiro tem sido frequentemente retratado como ambivalente, seja tolerando golpes ou rechaçando parte ou mesmo a integralidade de seus princípios constitutivos (Moisés, 1995, 2008; Moisés e Carneiro, 2008; Fuks *et al.*, 2016; 2019; Carlin *et al.* 2023).

Todavia, embora o compromisso democrático dos brasileiros seja, há décadas, tema de preocupação da ciência política, apenas recentemente, com a intensificação da polarização política na sociedade, o tema passou a ser encarado sob a perspectiva da simetria. Há, no entanto, razões para supor que no Brasil as consequências sejam assimétricas.

Embora muitas vezes o partido adote posições ambíguas em relação à regimes iliberais ideologicamente próximos, como é o caso de Cuba e Venezuela, a história do PT se confunde com a própria história da democracia brasileira. Do ponto de vista histórico, o petismo e suas lideranças emergiram das lutas por liberdade sindical, reforma urbana e agrária, sendo um dos principais protagonistas das lutas pela redemocratização do país. Na medida em que se institucionalizou e seus membros eram eleitos a cargos executivos, suas gestões se tornaram conhecidas pela promoção de grandes inovações participativas, que ficaram conhecidas como "modo petista de governar" (Avritzer, 2003; 2007; 2009; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014). Em comparação com outros partidos de esquerda de cariz evidentemente menos liberal, o PT agrupa-se, junto com ao PSCh e à Frente Ampla Uruguiaia, no grupo que Levitski e Roberts (2011) chamaram de Partidos Institucionalizados de Esquerda, um grupo de tradição mais democrática, institucionalizado e de autoridade mais dispersa que outros representantes da esquerda latino-americana, mais revolucionários e populistas.

Por outro lado, em contraste com essa trajetória marcada pela institucionalização democrática, o bolsonarismo emerge de um momento radicalmente distinto. Ele surge no

contexto e como consequência do que a literatura apontaria como crise da democracia brasileira (Avritzer, 2016, 2019) e em resposta antissistêmica a ela (Hunter and Power, 2019). Ao mesmo tempo consequência e catalisador da radicalização da direita brasileira — que passou da vergonha à reivindicação aberta do legado autoritário (Fuks; Marques, 2020) —, o bolsonarismo não apenas compartilha valores com os setores mais radicais do governo militar anterior, mas assume orgulhosamente que parte de sua elite política e militar participou e se formou diretamente naquele período.

Assim, enquanto o petismo se tornou bastante conhecido por promover instituições de democracia participativa, o bolsonarismo se caracterizou, enquanto governo, pela desinstitucionalização das mesmas (Bezerra *et al.*, 2024; Avritzer; Zanandrez, 2024) e por uma prática de perseguição sistemática da burocracia e das instituições de controle, típicas de outros líderes populistas (Bauer, 2020). A partir desse padrão de atuação, a literatura tem ressaltado e identificado formas sistemáticas de assédio institucional (Cardoso Júnior *et al.*, 2022) e militarização da administração pública, como um modo específico de retrocesso democrático na administração bolsonarista (Bauer; Lotta; Schmidt, 2024).

Para além de suas práticas institucionais, o bolsonarismo também se configura, no plano ideológico, como um projeto profundamente antidemocrático. Assim, ele caracteriza-se ideologicamente como um tipo de populismo radical e reacionário, que não vê o governo como instrumento para resolver os problemas da sociedade, mas como meio de restaurar uma ordem utópica — militarizada, hierarquizada e moralizante. Em sua concepção constitucional, a democracia assume um viés iliberal, em que o líder, suposto representante autêntico do “verdadeiro povo”, deve impor sua vontade mesmo contra as restrições institucionais, as elites, os intelectuais ou a ciência (Lynch; Casimiro, 2022).

À luz desse padrão, e bem diferentemente de Lula, Bolsonaro pode, com propriedade, ser caracterizado como um político autoritário, nos termos definidos por Levitsky e Ziblatt (2018): ele demonstrou, em todo seu governo, fraco compromisso com as regras do regime, negou a legitimidade de seus adversários, tolerou — e por vezes incentivou — a violência contra oponentes, além de exibir grande disposição em violar direitos civis fundamentais. Além disso, enquanto Haddad prontamente reconheceu o resultado das eleições de 2018, em que foi derrotado por Bolsonaro, este, quando derrotado nas eleições de 2022, desacreditou as urnas, contestou o resultado eleitoral, sendo inclusive investigado, denunciado e preso por supostamente tramar para permanecer no poder. Trata-se, portanto, de uma trajetória política substantivamente distinta daquela percorrida pelo petismo, o que fornece suporte histórico e teórico à hipótese de assimetria nas consequências da polarização.

Esse padrão de assimetria, ademais, não encontra apenas respaldo teórico, mas já foi empiricamente sugerido por uma série de estudos recentes. Exemplos neste sentido são vários. Vidigal (2022), por exemplo, demonstra que o autoritarismo do eleitorado teve efeito significativo sobre o voto em Bolsonaro, comparável a variáveis como partidarismo e antipetismo. Smith *et al.* (2021), por sua vez, mostram que esse traço autoritário não apenas predisps eleitores ao voto em Bolsonaro, como também regrediu entre eleitores de Haddad ao longo da campanha. Cohen *et al.* (2023) apontam que a candidatura Bolsonaro atraiu os eleitores mais céticos com a democracia, elevando sua adesão ao regime, mas exacerbando a tolerância com autogolpes e rupturas institucionais.

Segundo Moreira e Rennó, o bolsonarismo não apenas mobilizou uma coalizão conservadora, como até mesmo converteu eleitores ao autoritarismo em relação à democracia. Fuks e Casalecchi (2025) argumentam, por fim, que a democracia se tornou um dos principais eixos de clivagem eleitoral no Brasil pós-2013, especialmente a partir de 2018. Com isso, em 2022, o apoio aos princípios democráticos, como apoio ao voto como método de seleção de quem governa, à separação de poderes, à participação política, ao Estado de Direito e aos direitos das minorias passaram a ser preditores do voto em Lula, enquanto esses efeitos eram nulos em 2010.

A maioria dos estudos, portanto, aponta para diferenças fundamentais na história e ideologia política dessas forças políticas, além de um padrão recorrente de assimetria na adesão aos princípios democráticos básicos. No entanto, nenhum deles testou explicitamente a conexão de atitudes democráticas ou antidemocráticas com a polarização afetiva. Desta forma, seguindo a literatura discutida na seção anterior, espero que a polarização se associe a um padrão atitudinal menos democrático, porém, espero também que essa relação apresente algumas nuances importantes. Com base nessas discussões, formulo as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 (H1): A associação entre polarização afetiva e o apoio a alternativas autoritárias e à rejeição da democracia é assimétrica, concentrando-se principalmente entre os eleitores de Jair Bolsonaro.

Hipótese 2 (H2): Níveis elevados de polarização afetiva predizem maior apoio a um golpe entre eleitores de Jair Bolsonaro.

Dados e métodos

Para avaliar em que medida a polarização afetiva brasileira atual, entre apoiadores de Lula e de Bolsonaro, se associa com atitudes antidemocráticas, utilizei os dados provenientes das duas últimas rodadas do ESEB, conduzidas imediatamente após as eleições de 2018 e 2022. A escolha pelo projeto justifica-se pelo fato de que os dois questionários contêm medidas variadas e relativamente equivalentes de apoio à democracia e seus princípios fundamentais, ao mesmo tempo em que mensuram a vinculação afetiva dos eleitores aos candidatos, base para as medidas de polarização afetiva.

A escolha dessas duas rodadas, além disso, permite comparar diretamente como eleitores que votaram no PT, e aqueles que votaram em Bolsonaro, se comportam diante de dois cenários distintos: um em que seu candidato é derrotado e outro em que é vencedor. Essa escolha permite controlar por aquilo que a literatura tem identificado como *loser's consent effect* (Anderson *et al.*, 2005), ou seja, a tendência de que a derrota mine o apoio à democracia dos derrotados. Ademais, a análise dos dados nas duas ocasiões permite controlar pela possibilidade de que os resultados reflitam o padrão documentado por Cohen *et al.* (2023) e Kingzette *et al.* (2021), segundo os quais eleitores polarizados tendem a relativizar mais a democracia quando seu grupo político está no poder, tornando-se mais tolerantes com rupturas institucionais que beneficiam seu candidato. Isso elimina parte da artificialidade e viés que teríamos se olhássemos só para uma das situações.

Para medir a polarização afetiva, variável independente central do estudo, segui, novamente, o insight metodológico proposto por Fuks e Marques (2022), de mensurar a polarização afetiva no Brasil tendo como referência as duas lideranças políticas centrais da disputa presidencial. Trata-se, como argumentei, de uma estratégia alternativa à medida tradicional ancorada em partidos, especialmente adequada para o contexto brasileiro, onde, à exceção do PT, os partidos carecem de maior enraizamento social. Assim, as medidas foram construídas tendo como referência Lula e Bolsonaro, em 2022, e Bolsonaro e Haddad, que substituiu Lula no pleito de 2018. O nível de polarização afetiva de cada eleitor foi operacionalizado, assim, como fiz nos capítulos anteriores, pela diferença absoluta (em módulos) entre as avaliações afetivas (em escala de 0 a 10) em relação aos dois candidatos presidenciais que se enfrentaram em cada segundo turno.

A operacionalização das atitudes antidemocráticas, por sua vez, foi inspirada nas recomendações de Schedler e Sarsfield (2007), Booth e Seligson (2009), Fuks *et al.* (2016), Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019) e Carlin, Fuks e Ribeiro (2023). Tais estudos destacam que

o uso isolado da medida “churchiliana” (preferência abstrata pela democracia) pode superestimar o compromisso democrático, seja devido à desejabilidade social ou ao caráter polissêmico do termo democracia. Muitos brasileiros seriam democratas ambivalentes, apoiando a democracia como ideia abstrata, mas tolerando golpes (Moisés, 2008) e não aderindo integralmente aos princípios subjacentes do regime (Fuks *et al.*, 2019). Por isso, baseados em pesquisadores como Schedler e Sarsfield (2007) e Carlin e Singer (2011), os autores defendem a necessidade de medir não apenas a preferência pelo regime democrático, mas também as atitudes em relação aos seus adjetivos (Collier; Levitsky, 1997), ou seja, em relação aos princípios que qualificam essa forma de governo (Fuks *et al.*, 2016; 2019; Carlin *et al.* 2023).

Com base nessa literatura, e considerando as possibilidades do ESEB, selecionei, então, quatro dimensões centrais, todas operacionalizadas em uma direção antidemocrática, que incorporou, também, respostas ambivalentes em relação à democracia¹⁶:

- Rechaço à democracia “churchiliana”: medida clássica que avalia se o entrevistado discorda que a democracia é a melhor forma de governo. Em 2018, a medida foi baseada na frase “A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”. Em 2022, utilizou-se a formulação “A democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo”. Em ambos os anos, foram classificados como antidemocráticos os respondentes que discordaram muito, discordaram um pouco ou que não concordaram nem discordaram dessas afirmações.
- Apoio ao *presidential aggrandizement*: noção de que o Brasil precisa de um líder forte, ainda que ele não respeite regras e instituições. Em 2018 e 2022, foram considerados antidemocráticos os que concordaram muito, concordaram um pouco ou que não concordaram nem discordaram com essa ideia. Essa dimensão capta a rejeição ao princípio dos freios e contrapesos e de limitação dos poderes por meio de instituições de *checks and balances*, consideradas fundamentais para o exercício da democracia liberal desde Montesquieu.

¹⁶ Embora a concordância explícita com as afirmações autoritárias sejam evidências mais contundentes de atitudes antidemocráticas, também classifiquei como tal os respondentes que se posicionaram de forma ambivalente, como os que não concordaram nem discordaram das afirmações pró-democracia. Essa escolha segue o princípio de que a neutralidade diante de afirmações normativas fundamentais pode indicar ausência de compromisso efetivo com os princípios do regime. Além disso, a opção segue recomendações metodológicas da literatura, que apontam para a subdeclaração de posições antidemocráticas por desejabilidade social (Fuks *et al.*, 2016; Schedler; Sarsfield, 2007).

- Oposição ao princípio da representação política: tanto em 2018 como em 2022, utilizou-se a afirmação “A democracia pode funcionar sem partidos ou Congresso Nacional”. Foram classificados como antidemocráticos os que concordaram com essa ideia, por expressarem rejeição ao papel dos partidos como canais legítimos de representação na democracia representativa.

Por fim, visando investigar se a polarização afetiva entre bolsonaristas pode ter contribuído para o apoio à tentativa frustrada de golpe de Estado, em 2022 e começo de 2023, incluí uma quarta dimensão, restrita à rodada de 2022:

- Apoio à realização de golpes militares: baseada em escala construída por TRI, a partir da concordância com a realização de golpes militares em diferentes contextos distintos, como alta criminalidade, muita corrupção e muita instabilidade política. Seguindo Fuks *et al.* (2016), esta variável funciona como *proxy* do compromisso com os procedimentos democráticos de escolha.

Cada uma dessas variáveis, então, foi considerada como dependente em variados modelos separados para os eleitores do PT (Haddad em 2018, Lula em 2022) e de Bolsonaro (em 2018 e 2022), a fim de testar a simetria ou assimetria de suas consequências. Para estimar a relação entre a polarização afetiva e essas variáveis dependentes, adotei modelos aditivos generalizados (GAM), que permitem capturar relações curvilíneas entre polarização afetiva e as dimensões de apoio democrático, sem impor *a priori* a forma funcional da associação (Wood, 2017). A opção por adotar esses modelos se justifica por sua maior flexibilidade em captar a relação entre as variáveis e, teoricamente, se ancorar na possibilidade — respaldada pela literatura recente — de que essas relações não sejam necessariamente lineares.

Como destacam Torcal e Magalhães (2022), tanto níveis muito baixos quanto excessivamente altos de polarização partidária podem ser prejudiciais à democracia: a baixa polarização (ou pouca diferenciação entre partidos) tende a gerar alienação, indiferença e insatisfação política, pois eleitores não percebem diferenças substantivas entre as opções políticas, diminuindo a percepção de que seu voto representa capacidade de decisão e de que faz diferença quem está no poder (Bartolini, 2002; Schmitt; Freire, 2012; Przeworski, 2019; Kittilson; Anderson, 2011; Blais *et al.*, 2014; Pardos-Prado & Riera, 2016; Wagner, 2021; Hobolt *et al.*, 2021; Ridge, 2021). Adaptando essa lógica para a polarização afetiva, espera-se que a relação desta com o apoio à democracia seja fundamentalmente curvilínea. O uso do

GAM é, portanto, adequado para captar padrões complexos como este, possibilitando avaliar, via o parâmetro *effective degrees of freedom* (EDF), se a relação observada é aproximadamente linear (EDF próximo a 1) ou mais complexa, o que é ilustrado visualmente pelas curvas previstas nos modelos.

Como variáveis de controle, utilizei apenas características sociodemográficas como sexo, idade, escolaridade, região, religião, cor e renda. A opção por um conjunto restrito de controles segue recomendações metodológicas recentes (Agnolin *et al.*, 2025; Lenz & Sahn, 2020), que enfatizam a importância de priorizar variáveis exógenas, evitando, assim, controlar, por variáveis pós-tratamento, colisoras ou mediaroras. Em termos formais, os modelos aditivos generalizados utilizados neste estudo podem ser representados da seguinte maneira: $g(\mathbb{E}[y_i])$ é a função de ligação apropriada (por exemplo, logit para variáveis binárias), $s(x_i)$ é uma função suavizadora que relaxa o pressuposto de linearidade entre a polarização afetiva e as atitudes democráticas, e X_{ki} são os controles sociodemográficos incluídos nos modelos:

$$g(\mathbb{E}[y_i]) = \alpha + s(x_i) + \sum_{k=1}^K \gamma_k x_{ki}$$

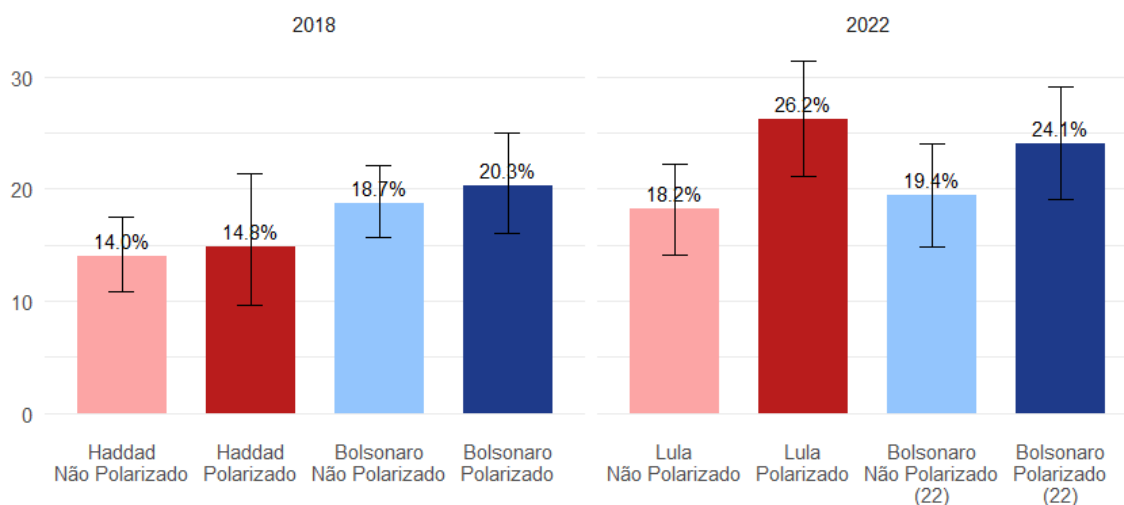
Polarização afetiva e menor apoio à democracia

Antes de apresentar os resultados dos modelos, é interessante avaliar a distribuição das variáveis dependentes entre eleitores do PT e de Bolsonaro, considerando o nível de polarização afetiva de ambos. A fim de simplificar a apresentação dos dados, categorizei a medida de polarização afetiva como uma variável dicotômica, em que níveis máximos de polarização passaram a indicar eleitores como polarizados e níveis menores como não polarizados. Nesta análise descritiva, e simplificada, diferenças entre grupos são apresentadas com base nas proporções e seus intervalos de confiança (ICs). No entanto, a confirmação formal dessas diferenças será feita na análise multivariada, por meio de modelos GAM com controles, que utilizam a variável de polarização em escala contínua.

A Figura 25, abaixo, apresenta os dados descritivos para a primeira medida, que capta a discordância com a ideia de que a democracia é a melhor forma de governo. Como se pode observar, as diferenças entre polarizados e não polarizados são pequenas e estatisticamente

irrelevantes, o que se observa em todos os grupos e anos. Mesmo no caso dos eleitores de Lula, em 2022, em que as diferenças parecem ser maiores, os intervalos de confiança se sobrepõem, padrão que se repete em todos os grupos, indicando que, provavelmente, não existem diferenças quanto ao menor apoio à democracia em si, como ideia abstrata.

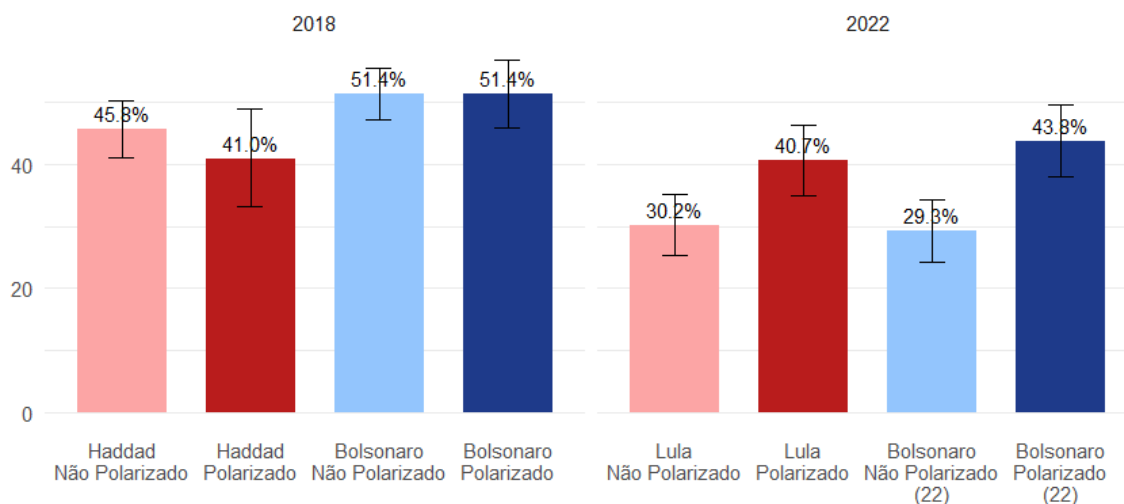
Figura 25 - “A democracia nem sempre é preferível” por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

Resultados diferentes, no entanto, são observados quando se analisa, a partir da Figura 26, a conexão entre níveis extremos de polarização e adesão ao *presidential aggrandizement*. Em 2022, eleitores de Bolsonaro que tiveram níveis máximos de polarização afetiva apresentaram maior apoio à ideia de que o Brasil precisa de um líder forte (44%, IC 38–49%) do que os não polarizados (29%, IC 24–35%), uma diferença não apenas grande em magnitude como maior que os intervalos de confiança. Entre lulistas, em 2022, a diferença entre polarizados (41%, IC 35–46%) e não polarizados (30%, IC 25–35%) é menor e os intervalos de confiança praticamente se tocam, sugerindo diferença marginal. Em 2018, no entanto, as proporções variaram menos entre os grupos e não extrapolam os intervalos de confiança.

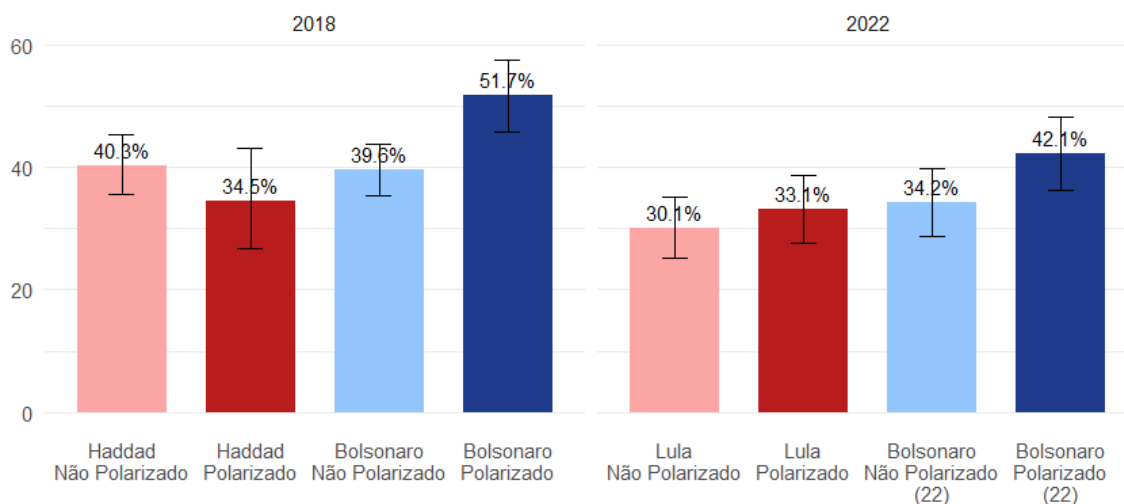
Figura 26 - “Líder forte que não cumpre regras” por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

A Figura 27, por sua vez, mostra a conexão entre níveis extremos de polarização afetiva e concordância com a afirmação de que a democracia não precisa de partidos. Novamente, para a maioria dos casos, as diferenças são pequenas e os intervalos de confiança se sobrepõem. Em 2018, todavia, o grupo dos bolsonaristas polarizados (52%, IC 46–57%) apresentou proporção de concordância muito superior à dos não polarizados (30%, IC 25–38%). Em 2022, a diferença persiste, embora menor e com sobreposição dos intervalos de confiança. Entre eleitores de Lula e de Haddad, as diferenças praticamente não existem e há sobreposição dos intervalos de confiança, sugerindo possível ausência de significância estatística.

Figura 27 - “Democracia sem partidos” por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

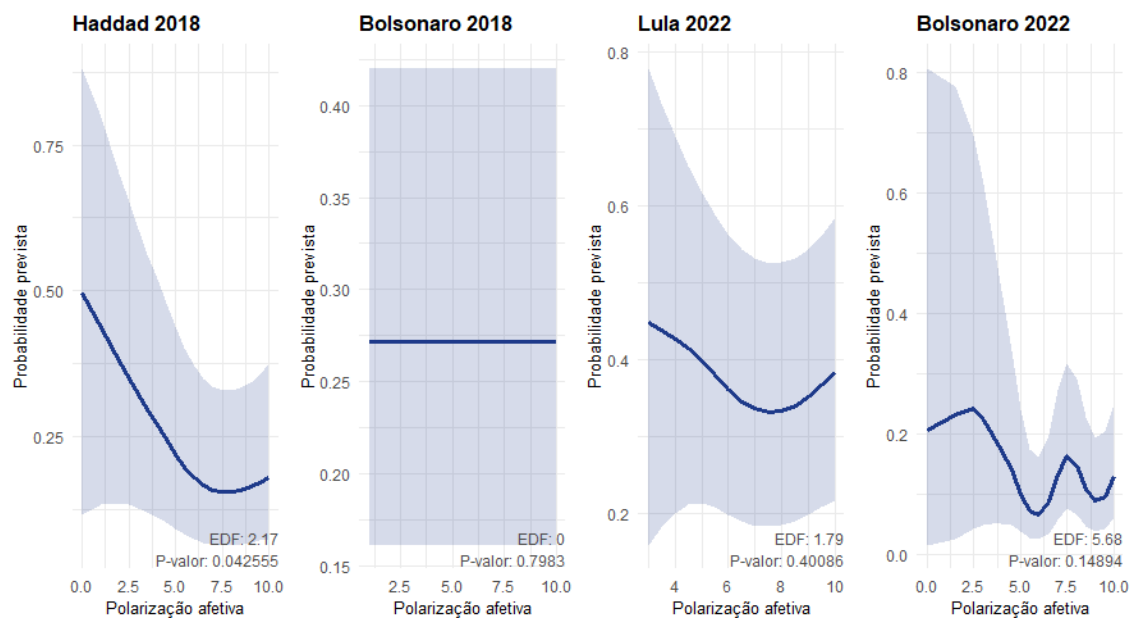


Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

A análise dos dados descritivos oferece, assim, pouco suporte a expectativa de que diferenças grandes na discordância com princípios fundamentais da democracia existam, com algumas exceções localizadas entre eleitores de Bolsonaro. Todavia, é importante reconhecer que essa abordagem é apenas indicativa e não substitui a necessidade de testes estatísticos formais e multivariados.

A Figura 28 apresenta e sintetiza os achados dos primeiros quatro modelos de regressão, tendo a variável de polarização afetiva numérica como independentes e a discordância com a afirmação de que a democracia é sempre preferível como dependentes. Assim como na análise descritiva, os resultados indicam associações nulas. Níveis maiores de polarização afetiva não predizem maiores probabilidades de se discordar da democracia entre nenhum dos segmentos eleitorais analisados. Independentemente da polarização afetiva, não há maior rechaço à democracia, ao menos como ideia abstrata. Uma exceção, contudo, se destaca. Entre eleitores de Haddad, níveis maiores de polarização estão associados à menor concordância com a resposta de que nem sempre a democracia é preferível.

Figura 28 - Probabilidade de concordar que 'a democracia nem sempre é preferível', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

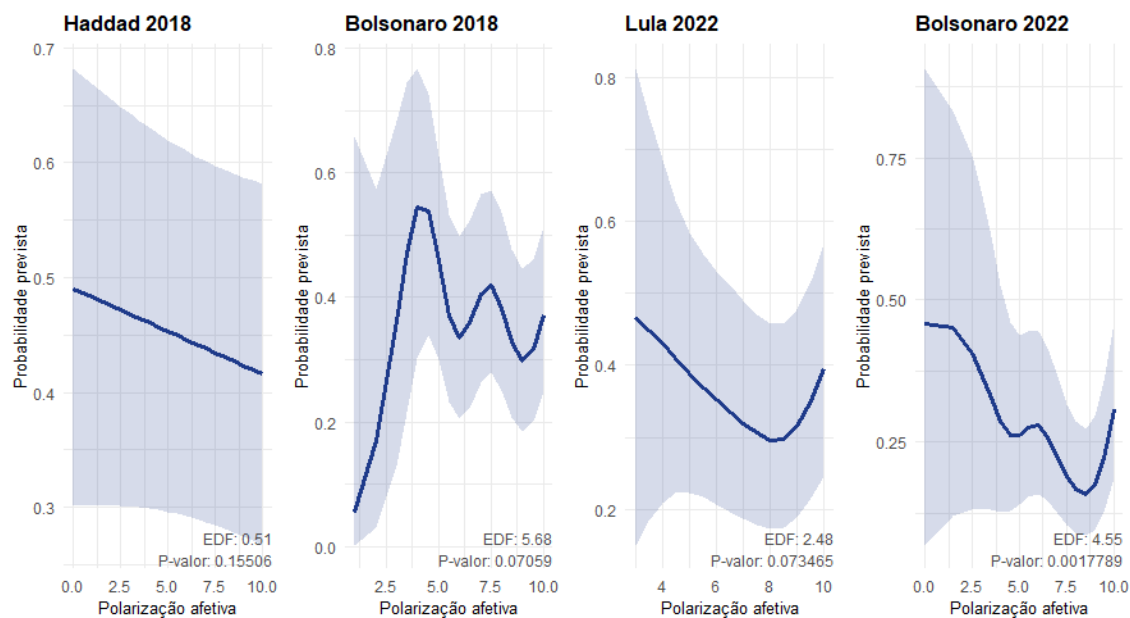


Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

Como a literatura ensina, todavia, esses resultados não podem ser tomados como absolutos, dado o forte viés de deseabilidade social atrelado à pergunta e a forte polissemia associada ao conceito de democracia. Assim, a Figura 29 já mostra um resultado ligeiramente diferente. Em 2022, entre eleitores de Bolsonaro com altos níveis de polarização se associam fortemente com a ideia de que o Brasil precisa de um líder forte, ainda que ele não cumpra as regras, indicando uma relação importante entre a polarização afetiva e a violação do princípio democrático e liberal da limitação dos poderes presidenciais.

Ademais, é importante notar que a relação não é linear, apresentando um EDF bastante superior a 1, chegando a decrescer em níveis intermediários de polarização afetiva para então se mostrar fortemente inclinada nos níveis superiores da variável. No caso de eleitores de Lula, a curva segue uma trajetória parecida, todavia estatisticamente significativa apenas a 90% de confiança, o que não nos permite afirmar que ela, de fato, seja real, já que impede a inferência estatística para a população estudada.

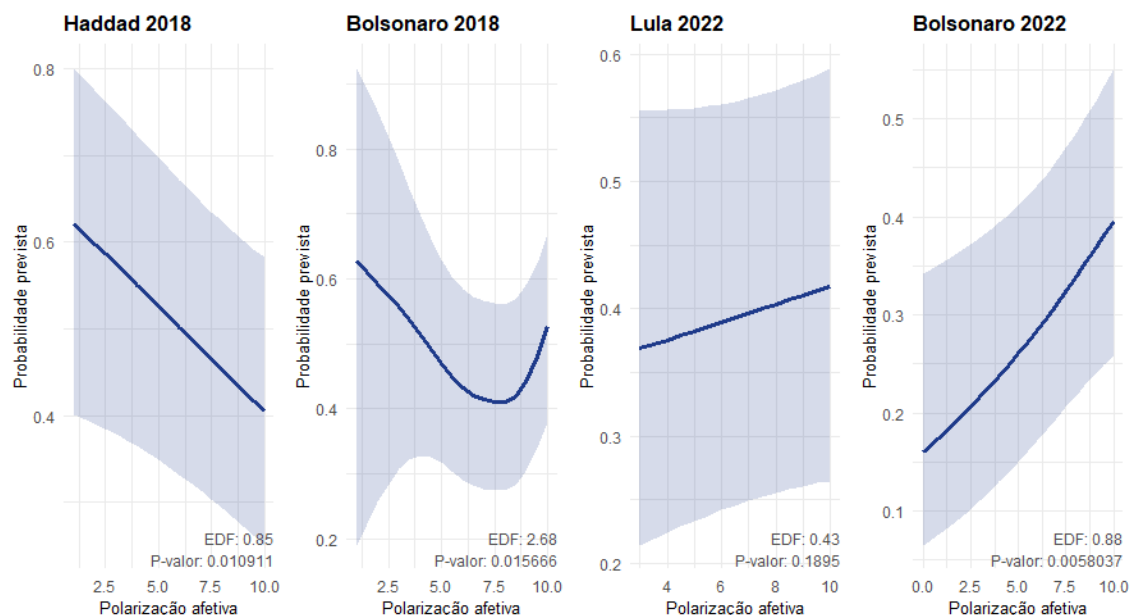
Figura 29 - Probabilidade de apoiar a ideia de que 'o Brasil precisa de um líder forte', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

A Figura 30, no entanto, mostra resultados ainda mais contundentes e concentrados para os eleitores de Bolsonaro. Apresentando as curvas estimadas para a relação entre a polarização afetiva e a concordância com a afirmação de que a democracia deve funcionar melhor sem partidos, ela mostra associações importantes entre a polarização e a discordância com o princípio da representação partidária. Como fica claro pela trajetória das curvas, a associação chega até mesmo a ser negativa entre eleitores de Haddad, em 2018, e nula para eleitores de Lula, em 2022. Todavia, para os eleitores de Bolsonaro, ela foi positiva e estatisticamente significativa tanto em 2018 como em 2022.

Figura 30 - Probabilidade de preferir uma democracia sem partidos, por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

Em resumo, até aqui, os resultados são inequívocos em demonstrar a conexão entre a polarização afetiva e menor adesão a alguns princípios fundamentais da democracia liberal, porém, como previsto pela Hipótese 1, essa conexão é exclusiva e restrita aos eleitores de Bolsonaro. Eleitores de Bolsonaro afetivamente polarizados, no entanto, não rechaçam a democracia enquanto ideia abstrata. Eles, porém, preferem uma democracia com traços marcadamente iliberais, em que líderes sejam fortes e não tenham seus poderes limitados por regras, e para a qual a necessidade de representação partidária, fundamental na democracia representativa, é descartável.

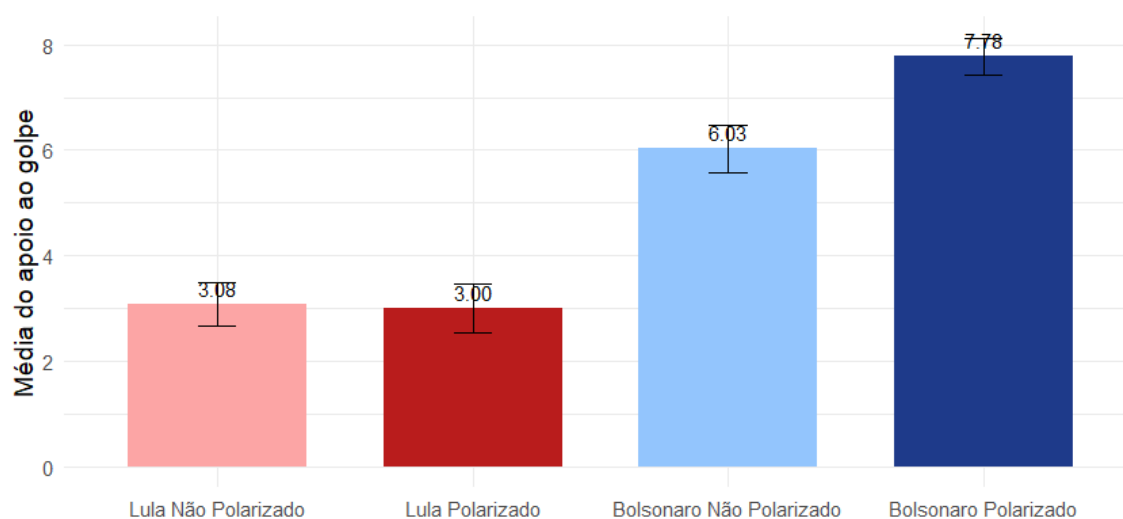
Polarização afetiva e apoio a golpes

Enquanto os dados apresentados na seção anterior revelam menor adesão a alguns princípios da democracia liberal entre eleitores de Bolsonaro, como a restrição dos poderes presidenciais e a necessidade de representação partidária, ainda não está claro se essa polarização também pode tê-los tornado mais propensos a apoiarem medidas abertamente antidemocráticas e autoritárias.

A fim de investigar essa relação, a Figura 31 mostra o nível médio de apoio a golpes no Brasil, uma variável numérica com amplitude de 0 a 10, construída através de um modelo

de TRI com base na concordância com golpes militares em três situações específicas: corrupção, criminalidade e instabilidade política. É importante reconhecer, de partida, que a medida dificilmente teria médias altas em eleitores de Lula, dado o caráter direitista do regime militar e associação ideológica entre parcela da direita e o militarismo no país. No entanto, as diferenças mostraram-se gritantes. Tanto eleitores de Lula com níveis máximos de polarização afetiva como os demais apresentaram médias muito inferiores às dos eleitores de Bolsonaro. Mesmo os eleitores não extremamente polarizados de Bolsonaro tiveram médias de concordância com golpes duas vezes superiores à média dos eleitores de Lula extremamente polarizados. Todavia, o que chama mais atenção é a diferença estatisticamente significativa entre os eleitores de Bolsonaro, indicando a possibilidade de associação entre polarização afetiva e apoio a golpe no campo da direita.

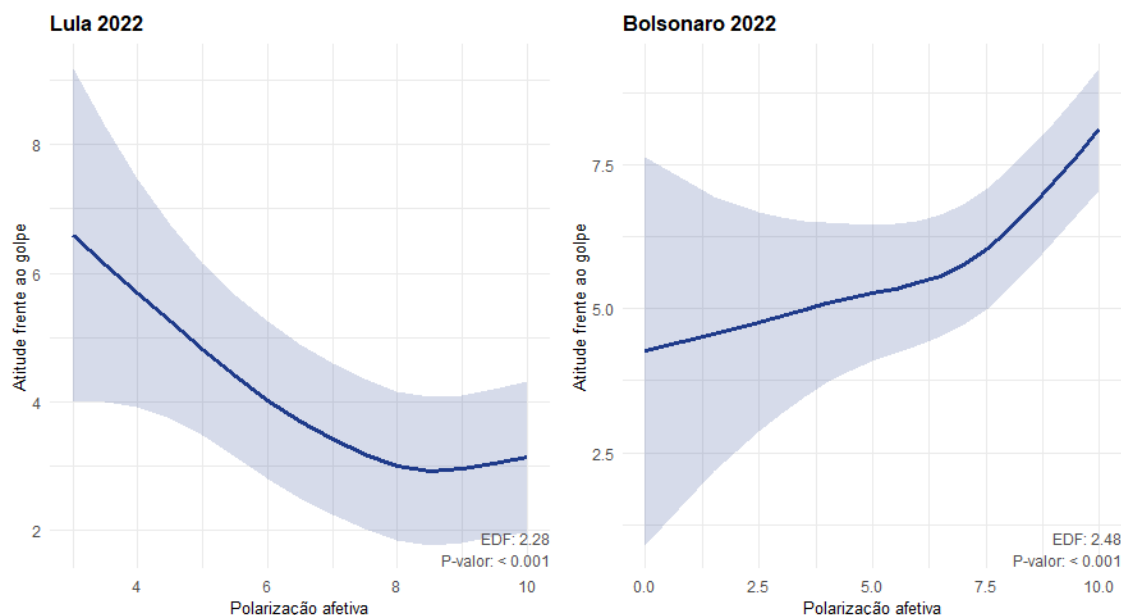
Figura 31 - Atitude em relação à golpes por nível de polarização afetiva e voto



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

É, todavia, na Figura 32, com a curva estimada da relação para os dois grupos, que a conexão fica mais evidente. Enquanto, entre eleitores que votaram em Lula, níveis mais altos de polarização predizem, inclusive, menor apoio a golpes — o que mostra uma relação inversa bastante interessante que sugere que a polarização pode até mesmo fornecer uma proteção social contra golpes —, entre eleitores de Bolsonaro a conexão foi positiva e estatisticamente significativa.

Figura 32 - Atitude em relação ao golpe de Estado, por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2022)



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

Confirma-se a Hipótese 2. Eleitores de Bolsonaro afetivamente polarizados não apenas preferem formas de democracia iliberais, mas também concordam menos com um princípio básico e central da democracia em si, que é o de que as lideranças políticas devem ser eleitas por eleições livres – e uma vez eleitas, devem ter direito de exercerem seus mandatos¹⁷. Considerando que essa medida pode ser uma boa *proxy* para a tolerância ou mesmo adesão às manifestações pedindo golpe e contrárias à posse do Presidente Lula (como ocorreu em 8 de janeiro de 2023), fica clara a contribuição que o estudo da polarização afetiva pode oferecer para a compreensão da política brasileira recente. Exatamente como argumentado por Svobick e por McCoy, a polarização parece oferecer uma carta branca para políticos com pretensão autoritária colocarem em prática os seus planos de atacar a democracia, uma vez que ela compromete a adesão a princípios fundamentais da democracia liberal, como até mesmo um dos seus princípios mais centrais, que é o rechaço a golpes de Estado.

¹⁷ Como teste de robustez, estimei modelos alternativos (ver Anexo) utilizando uma recodificação da polarização afetiva em escala de -5 (máxima polarização pró-PT, ou seja, sentimentos positivos por Haddad/Lula e negativos por Bolsonaro) a +5 (máxima polarização pró-Bolsonaro), com valores próximos de 0 representando ausência de polarização. Essa estratégia permite comparar diretamente os extremos polarizados de ambos os grupos. Os resultados reforçam as conclusões principais: a polarização afetiva não se associa à rejeição abstrata da democracia (“churchiliana”), mas a polarização extrema pró-Bolsonaro permanece fortemente vinculada ao apoio a alternativas autoritárias e à rejeição de princípios liberais (como checks and balances, representação partidária e oposição a golpes). Ressalte-se, ainda, que no caso do apoio a “líder forte”, a relação assume formato curvilíneo, indicando maior propensão a atitudes iliberais tanto entre lulistas quanto entre bolsonaristas altamente polarizados – embora esse efeito seja mais intenso no polo bolsonarista.

Considerações finais

Ao transformar adversários em inimigos, a literatura argumenta que a polarização pode minar normas democráticas básicas e legitimar práticas autoritárias (McCoy *et al.*, 2018; McCoy; Somer, 2019a, 2019b; Svobik, 2019, 2020; Graham; Svobik, 2020). Isso é preocupante, pois, como argumenta a abordagem culturalista da estabilidade democrática,

Um regime democrático só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida coletiva numa sociedade como a deles, e quando o apoio a alternativas antissistêmicas é pequeno ou isolado da atitude predominante entre as forças pró-democráticas (Linz; Stepan, 1996, p. 6).

No Brasil o problema da legitimidade democrática e compromisso com o regime sempre preocupou os cientistas políticos, que vêm revelado, sistematicamente, baixas e declinantes taxas de apoio ao regime. Até onde sei, no entanto, ela nunca tinha sido abordada sobre a perspectiva da sua relação com polarização afetiva. Essa questão, todavia, ganhou centralidade e dramaticidade nos últimos anos, não apenas pela rápida polarização afetiva (Fuks; Marques, 2022), mas também pelo apoio de parcela expressiva do eleitorado a um líder de perfil abertamente iliberal e pela tolerância — e mesmo adesão — a manifestações de natureza antidemocrática, em fins de 2022 e começo de 2023.

Com essa problemática em mente, este capítulo buscou contribuir para a compreensão da relação entre polarização afetiva e compromisso democrático no país, analisando se maiores taxas de polarização afetiva se traduziram em diferentes níveis de apoio à democracia e alguns de seus princípios fundamentais. Os resultados empíricos obtidos a partir das rodadas de 2018 e 2022 do ESEB evidenciam que níveis mais altos de polarização não diminuem o apoio abstrato à democracia, mas se associam, sobretudo entre bolsonaristas, à preferência por alternativas iliberais e à rejeição de elementos essenciais da democracia liberal, como a limitação dos poderes presidenciais e a necessidade de representação partidária. Além disso, após a derrota eleitoral em 2022, a polarização afetiva esteve associada a um maior apoio a soluções golpistas — fenômeno não observado entre lulistas, para os quais a polarização esteve associada, inclusive, a menor tolerância a saídas autoritárias.

Esses achados corroboram tanto a literatura internacional quanto os estudos mais recentes sobre o Brasil (Vidigal, 2022; Fuks; Casalecchi, 2025). Ao invés de os dois lados representarem ameaças equivalentes à democracia, a polarização afetiva brasileira apresenta

traços nitidamente assimétricos, estando associada à rejeição de princípios democráticos principalmente no polo de direita, radicalizado em torno de Bolsonaro. Trata-se de um padrão que desafia diagnósticos simplificadores ou *both-sideists* (Jost, 2024) e exige atenção para as condições históricas e institucionais que modulam as consequências políticas da polarização. Tais resultados fazem sentido, ademais, quando se considera a trajetória histórica do petismo e do bolsonarismo no Brasil, a filiação ideológica do bolsonarismo com a ditadura militar brasileira e as reações das lideranças quando derrotadas no pleito.

Apesar das contribuições do estudo, é importante reconhecer algumas de suas limitações. Em primeiro lugar, como a análise foi restrita pela disponibilidade de variáveis nos questionários do ESEB, que não incluem medidas de traços psicológicos, frequentemente identificados pela literatura internacional como fatores centrais na predisposição ao autoritarismo (Nilsson; Jost, 2020; Luttig, 2017), não foi possível isolar seus efeitos. Além disso, como optei por não incluir controles para autodeclaração ideológica nos modelos, visando evitar problemas de multicolinearidade, a capacidade de separar, empiricamente, os efeitos específicos da polarização afetiva e da ideologia, fica comprometida, principalmente pela natureza observacional dos dados analisados.

Outro ponto fundamental diz respeito ao caráter contingente das respostas políticas: este estudo não permite afirmar o que teria ocorrido caso lideranças de esquerda, como Haddad, em 2018, ou Lula, em 2022, tivessem incitado seus eleitores a rejeitar os resultados eleitorais – uma situação contrafactual que, se ocorresse, poderia iluminar as condições sob as quais a polarização afetiva se converte (ou não) em ameaça à democracia, independentemente do polo ideológico. Por fim, como a análise se concentrou especificamente na polarização entre lideranças petistas e o Bolsonaro, não é possível afirmar definitivamente que a inclinação autoritária entre a direita brasileira é produto exclusivo do surgimento do bolsonarismo como fenômeno de massas. A ausência de dados fidedignamente comparáveis de atitudes antidemocráticas antes da ascensão do bolsonarismo, bem como o predomínio de cenários de *loser's consent* para a direita desde então, impõem restrições ao teste de hipóteses sobre padrões históricos de assimetria, o que me levou, por hora, a abandonar a pretensão de analisar o passado.

Diante dessas limitações, o avanço do campo depende de novas investigações, especialmente estudos longitudinais e experimentais, que possam isolar melhor os mecanismos psicológicos e contextuais por trás da erosão (ou resiliência) do compromisso democrático em sociedades polarizadas. O que se sabe, e isto é uma contribuição relevante do

presente estudo, é que a polarização afetiva entre apoiadores de Lula e de Bolsonaro é, sim, marcadamente assimétrica em sua relação com o autoritarismo.

Anexos do Capítulo 3

Tabela 20 - Coeficientes das regressões GAM com 'a democracia nem sempre é preferível', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

term	Haddad 2018	Bolsonaro 2018	Lula 2022	Bolsonaro 2022
(Intercept)	-1.476**	-0.986**	-0.541	-1.996***
	(0.484)	(0.338)	(0.393)	(0.397)
Masculino	-0.083	0.022	-0.671**	-0.322
	(0.273)	(0.185)	(0.21)	(0.202)
Outros	0.061	-0.058	0.354	0.648
	(0.57)	(0.392)	(0.799)	(1.012)
Pardo	-0.154	-0.043	0.233	0.449*
	(0.328)	(0.21)	(0.239)	(0.216)
Preto	-0.061	-0.718*	0.021	0.275
	(0.397)	(0.364)	(0.318)	(0.425)
Ensino Superior ou mais	0.019	-0.814*	-1.135**	-0.534
	(0.459)	(0.375)	(0.411)	(0.329)
25 a 34 anos	0.64	-0.177	-0.218	0.21
	(0.411)	(0.283)	(0.328)	(0.37)
35 a 44 anos	0.12	-0.642*	-0.381	0.213
	(0.425)	(0.321)	(0.336)	(0.368)
45 a 59 anos	-0.023	-0.327	0.074	1.055**
	(0.428)	(0.285)	(0.307)	(0.348)
60 anos ou mais	-0.117	-0.325	0.002	0.497
	(0.495)	(0.323)	(0.343)	(0.37)
Católica	-0.016	0.194	-0.2	-0.013
	(0.308)	(0.203)	(0.241)	(0.221)
Outras/Não tem religião	-0.535	0.323	-0.705*	0.407
	(0.429)	(0.286)	(0.339)	(0.315)
Nordeste	-0.618.	-0.057	0.561*	0.754**
	(0.328)	(0.256)	(0.234)	(0.26)
Norte/Centro-oeste	0.07	-0.109	-0.137	0.583*
	(0.387)	(0.26)	(0.328)	(0.278)
Sul	-0.025	-0.029	-0.076	0.386
	(0.403)	(0.257)	(0.348)	(0.301)
De 2 a 5 SM	-0.252	-0.242	-0.639**	-0.196
	(0.296)	(0.198)	(0.228)	(0.231)
Mais de 5 SM	-0.732	-0.242	-0.841**	-0.262
	(0.59)	(0.296)	(0.318)	(0.295)
Termo suavizado	2.17	0	1.79	5.68

	p = 0.0426	p = 0.7983	p = 0.4009	p = 0.1489
N	550	830	727	637

Tabela 21 - Coeficientes das regressões GAM com 'o Brasil precisa de um líder forte', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

term	Haddad 2018	Bolsonaro 2018	Lula 2022	Bolsonaro 2022
(Intercept)	-0.264 (0.335)	-0.533. (0.28)	-0.579. (0.339)	-1.079*** (0.315)
Masculino	0.179 (0.186)	0.077 (0.147)	0.208 (0.172)	0.068 (0.17)
Outros	-0.065 (0.41)	-0.404 (0.321)	-0.261 (0.726)	0.147 (0.913)
Pardo	-0.13 (0.226)	0.107 (0.17)	0.047 (0.196)	0.414* (0.179)
Preto	-0.087 (0.28)	0.226 (0.251)	0.299 (0.259)	-0.069 (0.368)
Ensino Superior ou mais	-0.034 (0.305)	0.004 (0.239)	-0.481. (0.261)	-0.379 (0.255)
25 a 34 anos	0.118 (0.288)	0.213 (0.239)	-0.134 (0.285)	-0.069 (0.292)
35 a 44 anos	0.414 (0.283)	0.6* (0.252)	0.231 (0.281)	0.144 (0.289)
45 a 59 anos	0.151 (0.279)	0.344 (0.238)	0.206 (0.271)	0.142 (0.283)
60 anos ou mais	1.029** (0.332)	0.286 (0.268)	0.566. (0.295)	0.239 (0.294)
Católica	0.072 (0.221)	0.617*** (0.16)	-0.411. (0.213)	0.05 (0.184)
Outras/Não tem religião	-0.137 (0.281)	0.343 (0.228)	-0.519. (0.268)	0.345 (0.27)
Nordeste	-0.017 (0.221)	0.007 (0.205)	0.607** (0.2)	0.38. (0.223)
Norte/Centro-oeste	-0.269 (0.296)	0.107 (0.205)	0.441. (0.252)	0.694** (0.238)
Sul	0.086 (0.288)	-0.056 (0.202)	-0.327 (0.279)	0.092 (0.245)
De 2 a 5 SM	-0.535* (0.209)	-0.225 (0.159)	-0.538** (0.195)	-0.001 (0.198)
Mais de 5 SM	-0.797* (0.362)	-0.478* (0.233)	-0.326 (0.24)	-0.128 (0.242)
Termo suavizado	0.51 p = 0.1551	5.68 p = 0.0706	2.48 p = 0.0735	4.55 p = 0.0018
N	556	835	744	661

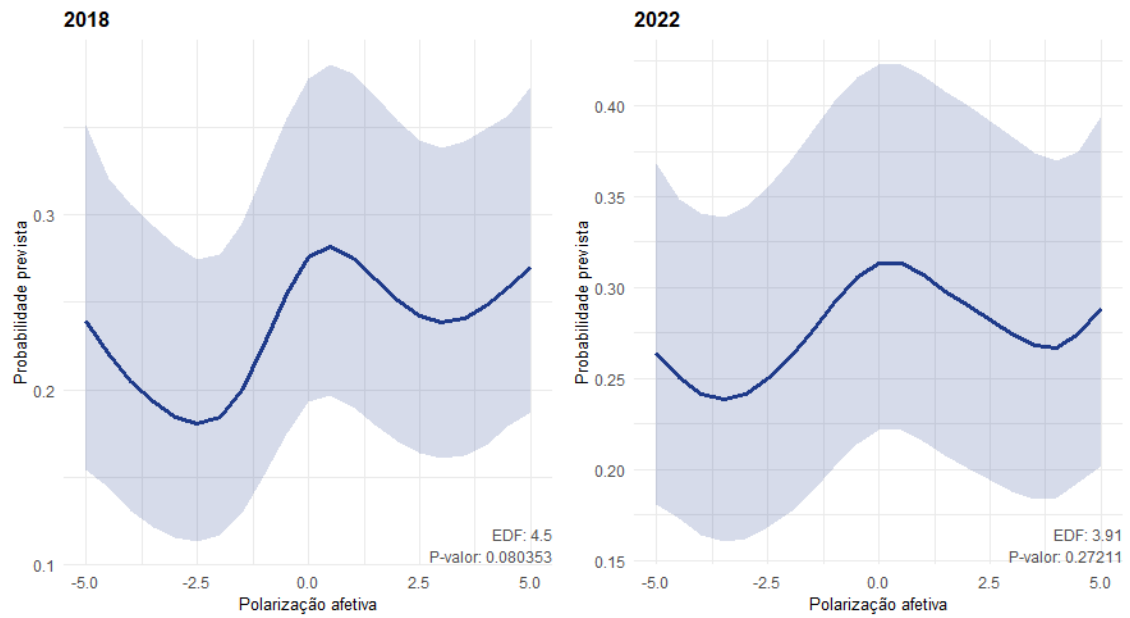
Tabela 22 - Coeficientes das regressões GAM com 'prefere uma democracia sem partidos', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

term	Haddad 2018	Bolsonaro 2018	Lula 2022	Bolsonaro 2022
(Intercept)	-0.138	-0.13	-0.371	-0.587.
	(0.353)	(0.291)	(0.347)	(0.312)
Masculino	-0.108	0.037	0.28	-0.075
	(0.198)	(0.153)	(0.172)	(0.173)
Outros	-0.286	-0.329	0.458	0.126
	(0.442)	(0.336)	(0.664)	(0.947)
Pardo	-0.119	-0.034	0.202	-0.052
	(0.24)	(0.177)	(0.201)	(0.181)
Preto	0.222	0.324	0.043	-0.159
	(0.29)	(0.263)	(0.274)	(0.366)
Ensino Superior ou mais	0.147	-0.054	0.113	0.029
	(0.306)	(0.242)	(0.245)	(0.236)
25 a 34 anos	-0.186	0.028	-0.472.	-0.038
	(0.302)	(0.247)	(0.27)	(0.286)
35 a 44 anos	-0.012	-0.146	-0.46.	-0.172
	(0.29)	(0.261)	(0.273)	(0.286)
45 a 59 anos	-0.383	-0.378	-0.913***	-0.369
	(0.292)	(0.251)	(0.273)	(0.279)
60 anos ou mais	-0.711*	-0.684*	-1.109***	-0.66*
	(0.363)	(0.288)	(0.305)	(0.3)
Católica	0.149	0.183	0.158	0.454*
	(0.238)	(0.168)	(0.226)	(0.188)
Outras/Não tem religião	0.197	0.382	-0.191	1.124***
	(0.298)	(0.233)	(0.279)	(0.28)
Nordeste	-0.2	-0.322	-0.028	0.084
	(0.236)	(0.216)	(0.205)	(0.232)
Norte/Centro-oeste	0.018	0.063	0.125	0.339
	(0.308)	(0.212)	(0.258)	(0.248)
Sul	-0.025	-0.195	-0.514.	-0.212
	(0.303)	(0.212)	(0.286)	(0.245)
De 2 a 5 SM	-0.235	0.022	-0.115	0.015
	(0.221)	(0.165)	(0.198)	(0.205)
Mais de 5 SM	-0.446	0.023	-0.186	0.103
	(0.37)	(0.24)	(0.249)	(0.246)
Termo suavizado	0.85	2.68	0.43	0.88
	p = 0.0109	p = 0.0157	p = 0.1895	p = 0.0058
N	501	772	703	616

Tabela 23 - Coeficientes das regressões GAM com 'apoio a golpe de estado', por nível de polarização afetiva e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

term	Lula 2022	Bolsonaro 2022
(Intercept)	3.316***	7.169***
	(0.569)	(0.509)
Masculino	-0.307	-0.178
	(0.285)	(0.28)
Outros	0.806	-0.957
	(1.168)	(1.526)
Pardo	0.657*	-0.562.
	(0.324)	(0.296)
Preto	0.723	-0.611
	(0.442)	(0.597)
Ensino Superior ou mais	-0.867*	-0.929*
	(0.404)	(0.395)
25 a 34 anos	-0.348	0.089
	(0.461)	(0.47)
35 a 44 anos	0.423	0.745
	(0.47)	(0.471)
45 a 59 anos	0.225	0.504
	(0.453)	(0.464)
60 anos ou mais	-0.261	0.053
	(0.496)	(0.483)
Católica	-0.285	-0.301
	(0.366)	(0.302)
Outras/Não tem religião	-0.969*	-0.423
	(0.444)	(0.452)
Nordeste	0.995**	-0.767*
	(0.34)	(0.376)
Norte/Centro-oeste	-0.255	-0.089
	(0.43)	(0.408)
Sul	-0.439	-0.643
	(0.424)	(0.396)
De 2 a 5 SM	-0.122	0.62.
	(0.326)	(0.329)
Mais de 5 SM	-0.856*	0.258
	(0.403)	(0.398)
Termo suavizado	2.28	2.48
	p = 2e-04	p = 0
N	756	665

Figura 33 - Probabilidade de concordar que 'a democracia nem sempre é preferível', por nível de polarização afetiva reescalada (2018 e 2022)

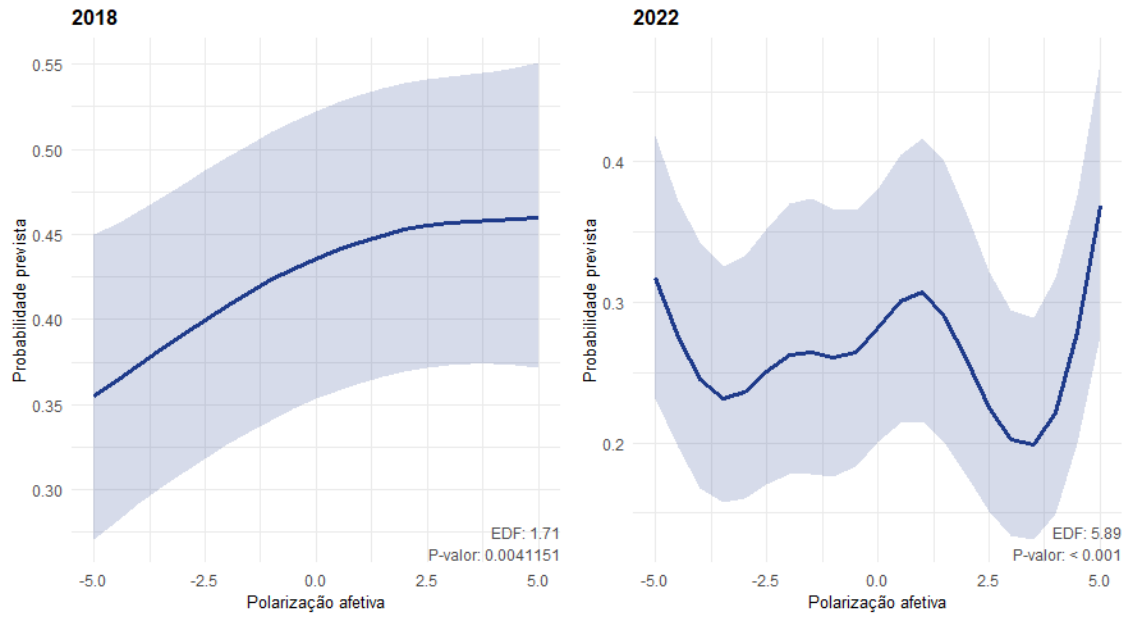


Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

Tabela 24 - Coeficientes das regressões GAM com 'a democracia nem sempre é preferível', por nível de polarização afetiva reescalada e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

term	2018	2022
(Intercept)	-1.118***	-0.969***
	(0.216)	(0.216)
Masculino	0.205.	-0.435***
	(0.124)	(0.121)
Outros	0.158	0.282
	(0.259)	(0.492)
Pardo	0.027	0.273*
	(0.146)	(0.131)
Preto	-0.184	-0.035
	(0.203)	(0.213)
Ensino Superior ou mais	-0.268	-0.816***
	(0.22)	(0.212)
25 a 34 anos	0.04	0.211
	(0.182)	(0.191)
35 a 44 anos	-0.482*	-0.008
	(0.196)	(0.198)
45 a 59 anos	-0.372*	0.297
	(0.188)	(0.186)
60 anos ou mais	-0.408.	0.052
	(0.22)	(0.205)
Católica	0.075	-0.005
	(0.139)	(0.137)
Outras/Não tem religião	-0.028	-0.111
	(0.19)	(0.184)
Nordeste	-0.443**	0.468**
	(0.165)	(0.144)
Norte/Centro-oeste	0	0.139
	(0.172)	(0.173)
Sul	-0.217	-0.094
	(0.184)	(0.193)
De 2 a 5 SM	-0.3*	-0.446***
	(0.137)	(0.132)
Mais de 5 SM	-0.164	-0.584**
	(0.207)	(0.181)
Termo suavizado	4.5	3.91
	p = 0.0804	p = 0.2721
N	1891	1740

Figura 34 - Probabilidade de apoiar a ideia de que 'o Brasil precisa de um líder forte', por nível de polarização afetiva reescalada (2018 e 2022)

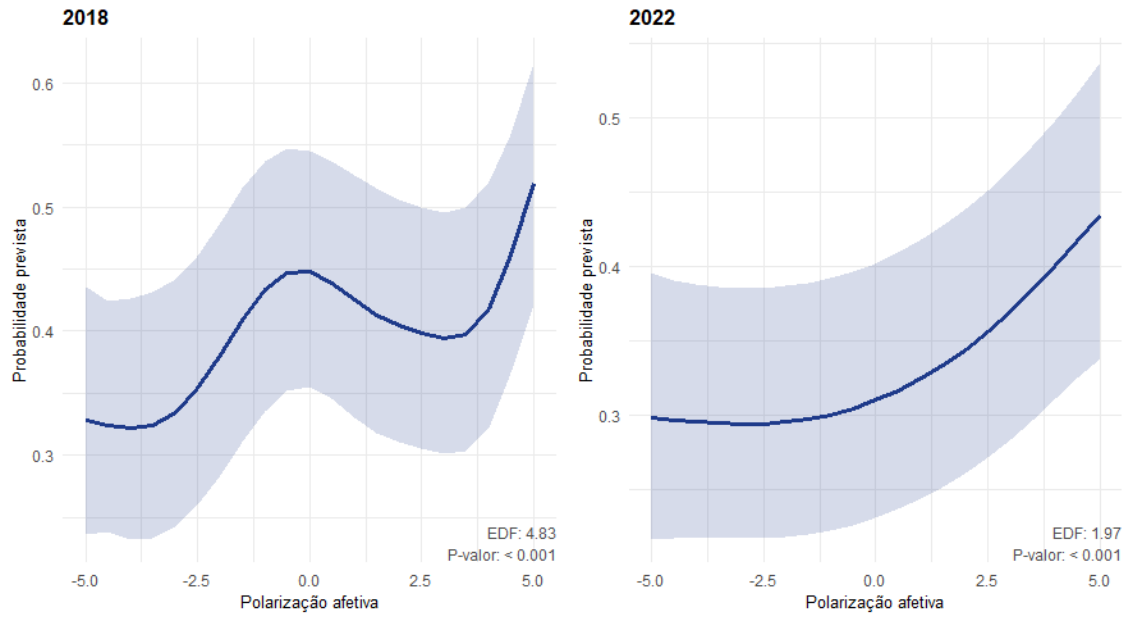


Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

Tabela 25 - Coeficientes das regressões GAM com 'o Brasil precisa de um líder forte', por nível de polarização afetiva reescalada e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

term	2018	2022
(Intercept)	-0.279	-0.902***
	(0.171)	(0.194)
Masculino	0.029	0.123
	(0.095)	(0.106)
Outros	-0.175	-0.272
	(0.205)	(0.473)
Pardo	-0.054	0.19
	(0.113)	(0.116)
Preto	0.055	0.246
	(0.152)	(0.182)
Ensino Superior ou mais	-0.107	-0.585***
	(0.157)	(0.171)
25 a 34 anos	0.104	-0.112
	(0.15)	(0.174)
35 a 44 anos	0.477**	0.218
	(0.151)	(0.173)
45 a 59 anos	0.27.	0.166
	(0.148)	(0.168)
60 anos ou mais	0.443**	0.38*
	(0.17)	(0.179)
Católica	0.27*	-0.102
	(0.107)	(0.122)
Outras/Não tem religião	0.034	-0.057
	(0.146)	(0.16)
Nordeste	0.108	0.538***
	(0.123)	(0.13)
Norte/Centro-oeste	0.066	0.558***
	(0.139)	(0.151)
Sul	-0.068	0.018
	(0.138)	(0.162)
De 2 a 5 SM	-0.35***	-0.295*
	(0.104)	(0.119)
Mais de 5 SM	-0.612***	-0.264.
	(0.163)	(0.153)
Termo suavizado	1.71	5.89
	p = 0.0041	p = 1e-04
N	1920	1790

Figura 35 - Probabilidade de preferir uma democracia sem partidos, por nível de polarização afetiva reescalada (2018 e 2022)

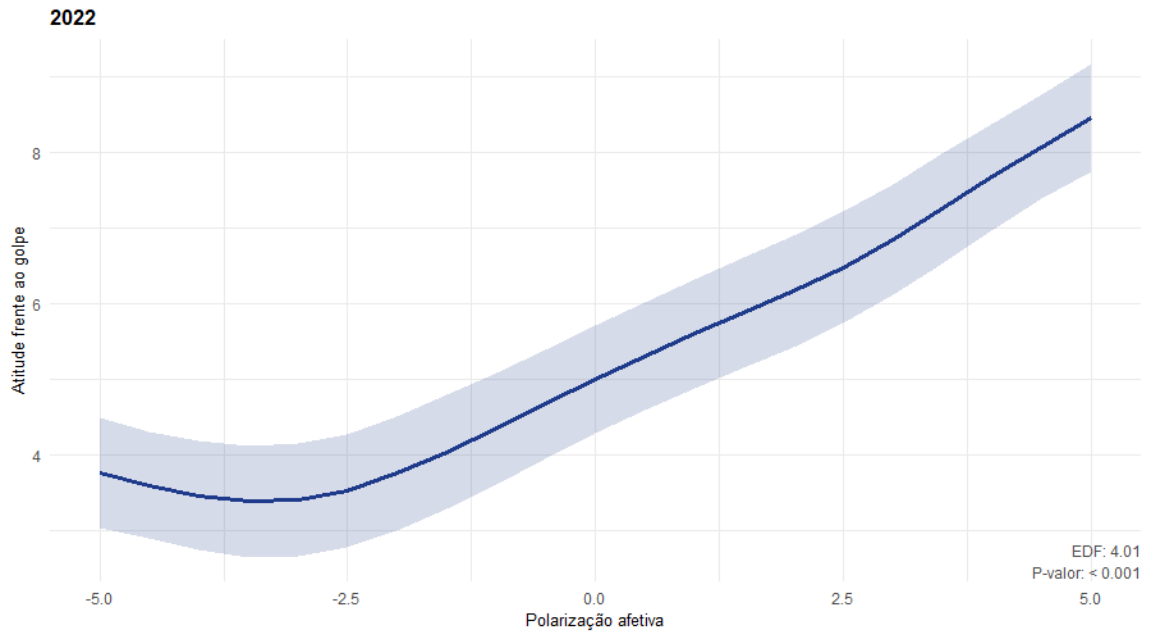


Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

Tabela 26 - Coeficientes das regressões GAM com 'prefere democracia sem partidos', por nível de polarização afetiva reescalada e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

term	2018	2022
(Intercept)	-0.323.	-0.672***
	(0.18)	(0.196)
Masculino	0.066	0.098
	(0.101)	(0.108)
Outros	-0.34	0.393
	(0.224)	(0.446)
Pardo	-0.054	0.104
	(0.12)	(0.118)
Preto	0.162	0.026
	(0.16)	(0.189)
Ensino Superior ou mais	0.037	0.046
	(0.162)	(0.154)
25 a 34 anos	0.132	-0.047
	(0.158)	(0.169)
35 a 44 anos	0.108	-0.102
	(0.158)	(0.173)
45 a 59 anos	-0.181	-0.403*
	(0.157)	(0.171)
60 anos ou mais	-0.442*	-0.619**
	(0.186)	(0.188)
Católica	0.123	0.218.
	(0.115)	(0.127)
Outras/Não tem religião	0.267.	0.232
	(0.151)	(0.164)
Nordeste	-0.157	-0.005
	(0.132)	(0.135)
Norte/Centro-oeste	0.091	0.097
	(0.148)	(0.157)
Sul	-0.039	-0.26
	(0.146)	(0.163)
De 2 a 5 SM	-0.075	-0.121
	(0.111)	(0.124)
Mais de 5 SM	-0.044	0.023
	(0.168)	(0.155)
Termo suavizado	4.83	1.97
	p = 0	p = 0
N	1750	1670

Figura 36 - Atitude em relação ao golpe de Estado, por nível de polarização afetiva reescalada (2022)



Fonte: Elaborado pelo autor. ESEB 2018 - 2022

Tabela 27 - Coeficientes das regressões GAM com 'apoio a golpe de estado', por nível de polarização afetiva reescalada e voto para presidente no 2º T (2018 e 2022)

term	2022
(Intercept)	5.411***
	(0.322)
Masculino	-0.253
	(0.178)
Outros	0.03
	(0.764)
Pardo	0.152
	(0.193)
Preto	0.234
	(0.311)
Ensino Superior ou mais	-1.092***
	(0.258)
25 a 34 anos	-0.309
	(0.285)
35 a 44 anos	0.25
	(0.29)
45 a 59 anos	0.013
	(0.282)
60 anos ou mais	-0.413
	(0.301)
Católica	-0.297
	(0.206)
Outras/Não tem religião	-0.916***
	(0.267)
Nordeste	0.414
	(0.222)
Norte/Centro-oeste	-0.348
	(0.261)
Sul	-0.578*
	(0.26)
De 2 a 5 SM	0.078
	(0.202)
Mais de 5 SM	-0.257
	(0.255)
Termo suavizado	4.01
	p = 0
N	1814

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a dinâmica e as características da polarização afetiva é uma tarefa crucial para todos aqueles preocupados com o futuro da democracia brasileira. Por um lado, é até esperado que o conflito e o debate político em torno de questões programáticas façam parte de uma democracia robusta, capaz de uma representação substantiva. Isso faz da negação do conflito uma denúncia silenciosa de um viés conservador, mal escondido. Por outro lado, a polarização pode ser altamente nociva para a democracia, principalmente se for alicerçada em aspectos identitários arraigados, formando bolhas de convívio social onde só se escutam vozes concordantes, diminuindo o compromisso democrático, gerando apoio a soluções autoritárias e fragmentando o tecido social em identidades que não se comunicam. Isso faz da polarização afetiva um fenômeno complexo e altamente relevante, pois trata de duas coisas fundamentais para a democracia, a tolerância e a representação.

No primeiro dos três capítulos, os achados revelaram que, embora tenha havido um fortalecimento recente da associação entre extremismo ideológico simbólico e polarização afetiva, principalmente a partir de 2018, corroborando a tese de reideologização do eleitorado, essa relação permanece majoritariamente simbólica e restrita à dimensão dos costumes. A polarização afetiva segue, assim, mais ancorada em vínculos identitários do que em posições programáticas substanciais, o que coloca o país no “pior dos mundos”: uma polarização que não melhora a representação nem facilita sua superação. O segundo capítulo mostrou, por sua vez, que a identidade evangélica, especialmente entre os mais assíduos na frequência a cultos, está fortemente associada a padrões afetivos pró-Bolsonaro, indicando que as igrejas têm funcionado como arenas de radicalização política. Isso amplia a homogeneização ideológica entre os já politizados, reduzindo pressões cruzadas e fomentando um ambiente de polarização afetiva. Por fim, o terceiro capítulo mostrou que os alegados efeitos da polarização sobre o compromisso democrático são marcadamente assimétricos: entre bolsonaristas, a polarização se associa ao apoio a líderes fortes, ao desprezo por instituições representativas e à concordância com medidas golpistas. Já entre lulistas, esses efeitos são ausentes ou mesmo invertidos.

Apesar de seus avanços teóricos e empíricos, esta tese não pretende oferecer diagnósticos finais sobre a polarização afetiva no Brasil. Antes, ela pretende abrir caminhos para um campo de investigação ainda em consolidação. Os capítulos aqui reunidos certamente avançam ao demonstrar que a polarização afetiva brasileira é apenas parcialmente enraizada em considerações de natureza ideológica, socialmente reforçada em espaços homogêneos e

assimétrica em suas consequências para a democracia. No entanto, a natureza observacional dos dados disponíveis, restritos a certas rodadas do ESEB, limitam a capacidade de isolar causalidades, testar mecanismos específicos ou explorar certos contextos contrafactuais.

As investigações futuras sobre a polarização entre o eleitorado brasileiro exigirão o uso de estratégias metodológicas mais variadas, como experimentos, painéis longitudinais e estudos etnográficos, assim como o emprego de procedimentos comparativos que permitam entender o quanto o caso brasileiro compartilha ou desafia os padrões observados em outras democracias polarizadas. Ao levantar as perguntas norteadoras, esta tese não apenas delimita seus próprios limites, mas propõe uma agenda de pesquisa aberta, consciente de que compreender a polarização afetiva exige atenção às suas raízes, seus canais e, sobretudo, às condições políticas e institucionais que moldam suas consequências. Certamente os pesquisadores e as pesquisadoras brasileiras do presente e do futuro estarão à altura destes desafios.

ANEXO METODOLÓGICO

Tabela 28 - Perguntas utilizadas na construção dos indicadores de ideologia¹⁸

Variável	Redação	Categorização
Autoposicionamento ideológico		
Percepção de localização ideológica dos partidos	(Mostrar anexo “0 - 10 ideologia”) Na política as pessoas falam muito de esquerda e de direita. Em uma escala onde zero significa esquerda e 10 significa direita, para cada partido que eu citar, gostaria que o (a) sr. (a) usasse esta escala para dizer se ele é de esquerda ou de direita. Se eu falar o nome de um partido que o (a) sr. (a) não conhece, apenas diga que não o conhece. Como classifica o _____ (trazer nomes aqui)? (RU)	0. Esquerda 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. Direita 95. Não sabe o que é direita ou esquerda (espontânea - não ler) 96. Não conhece o partido (espontânea - não ler) 97. Não sabe se o partido é de esquerda ou direita (espontânea - não ler) 98. Não respondeu (não ler)
Dimensão dos costumes	Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. gostaria de saber se o(a) Sr.(a) é a favor ou contra: O(a) senhor(a) é a favor ou contra: _____ (trazer frases aqui)? (RU)	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
	O casamento civil de pessoas do mesmo sexo	
	A a adoção de criança por um casal gay	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
	Que as escolas públicas ensinem as crianças a rezar e a acreditar em Deus	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não

¹⁸ Como muitas das variáveis descritas nesta seção se repetem nas várias rodadas do ESEB utilizadas, optei por mostrar a redação das mesmas apenas no questionário de 2022. Essa opção, que segui em todas as tabelas deste anexo, se justifica pela semelhança das perguntas entre as rodadas e para simplificar a apreciação das mesmas pelo leitor.

		ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
	A descriminalização do uso de drogas	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
	A legalização do aborto	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
Dimensão da segurança	A redução da maioria penal	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
	A pena de morte	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
	A militarização das escolas públicas	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
Dimensão econômica	O programa Bolsa Família	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
	O programa Auxílio Brasil	1. A favor 2. Contra 3. Depende (espontânea - não ler) 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)

Tabela 29 - Perguntas usadas com variáveis descritivas ou nos controles dos modelos de regressão

Variável	Redação	Opções de resposta
Sexo	(Não perguntar, apenas registre) sexo:	1. Masculino 2. Feminino
Escolaridade	Até que série o(a) sr(a) estudou e concluiu? (espontânea)	1. Analfabeto/ nunca frequentou escola 2. Primário incompleto (até 3ª série ou 4º ano do ensino fundamental) 3. Primário completo (4ª série ou 5º ano do ensino fundamental) 4. Ginásio incompleto (até 7ª série ou 8º ano do ensino fundamental) 5. Ginásio completo (8ª série ou 9º ano do ensino fundamental) 6. Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio) 7. colegial completo (3ª série do ensino médio) 8. Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio) 9. Ensino universitário completo 10. Pós-graduação ou mais 99. Não quis responder
Renda	O(A) Sr(a) poderia me dizer qual é aproximadamente a renda mensal do seu domicílio, isto é, a soma da renda mensal de todos os membros do seu domicílio? (RU) (Em caso de não resposta) (Apresente anexo “renda familiar”) Apenas para fazermos uma classificação socioeconômica, você poderia me dizer em qual dessas faixas está a sua renda familiar mensal hoje? Pode falar o número da cartela, se preferir. *lembrando de somar o total de rendimentos de todas as pessoas deste domicílio, incluindo: salários, trabalho informal, bolsa-auxílio, aposentadoria ou pensão etc.*	1. Até r\$ 1.212,00 (até 1 salário-mínimo) 2. De r\$ 1.212,01 a r\$ 2.424,00 (+ de 1 até 2 sm) 3. De r\$ 2.424,01 a r\$ 3.636,00 (+ de 2 até 3 sm) 4. De r\$ 3.636,01 a r\$ 6.060,00 (+ de 3 até 5 sm) 5. De r\$ 6.060,01 a r\$ 12.120,00 (+ de 5 até 10 sm) 6. De r\$ 12.120,01 a r\$ 18.180,00 (+ de 10 até 15 sm) 7. De r\$ 18.180,01 a r\$ 24.240,00 (+ de 15 até 20 sm) 8. Mais de r\$ 24.240,00 (+ de 20 sm) 99. Não quis responder

Cor	O IBGE - instituto que faz os censos no brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça? (ler opções - RU)	1. Preto 2. Pardo 3. Branco 4. Amarelo 5. Índio 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
Idade	Qual a sua data de nascimento? (se menor que 16, interrompa)	Dia _____ Mês _____ Ano _____ (deixar _____ opções pré-codificadas) (programação: calcular a idade, se menor que 16, interrompa) 99. Não quis responder (não ler)
Voto	Em quem o (a) Sr. (a) votou para presidente no segundo turno? (ler opções - RU) (opções randomizadas automaticamente)	1. Jair bolsonaro 2. Lula 50. Anulou o voto (espontânea - não ler) 60. Votou em branco (espontânea - não ler) 97. Não sabe/ não lembra (não ler) 98. Não respondeu (não ler)

Tabela 30 - Variáveis dependentes ou independentes principais

Variável	Redação	Opções de resposta
Polarização Afetiva relação líderes	Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) sr(a) me dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar. Quero lembrar que, zero significa que o(a) sr(a) não gosta do político que vou mencionar e dez que o(a)sr(a) gosta muito. De novo, se o(a) sr(a) não conhecer o político que eu disser, diga apenas que não o conhece. (estimulada e única para cada item da bateria) (ler candidatos - rodiziar)	00 – Não gosta a 10 – Gosta Muito
Frequência cultos	Sem considerar batizados e casamentos, com que frequência o(a) sr(a) vai à missa ou culto religioso? (ler opções - RU)	1. Mais de uma vez por semana 2. Uma vez por semana 3. Uma ou duas vezes por mês 4. Algumas vezes por ano 5. Raramente 6. Nunca vai à missa ou culto religioso

		97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)
Adesão à democracia	<p>Por favor, agora diga se o sr. (a) concorda muito, concorda um pouco, nem concorda nem discorda, discorda um pouco ou discorda muito de cada uma das afirmativas seguintes:</p> <p>A democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo</p>	<p>1. Concorda muito 2. Concorda um pouco 3. Nem concorda nem discorda 4. Discorda um pouco 5. Discorda muito 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)</p>
Democracia sem partidos	<p>Algumas pessoas pensam que a democracia pode funcionar sem os partidos políticos ou o congresso nacional. outras pessoas pensam que sem os partidos ou o congresso a democracia não pode funcionar. qual é a sua opinião? (RU)</p>	<p>1. Sem partidos ou congresso nacional não pode haver democracia 2. A democracia pode funcionar sem partidos ou congresso nacional 97. não sabe (não ler) 98. não respondeu (não ler)</p>
Líder forte	<p>Por favor, agora diga se o sr. (a) concorda muito, concorda um pouco, nem concorda nem discorda, discorda um pouco ou discorda muito de cada uma das afirmativas seguintes:</p> <p>Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras</p>	<p>1. Concorda muito 2. Concorda um pouco 3. Nem concorda nem discorda 4. Discorda um pouco 5. Discorda muito 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)</p>
Adesão a golpes militares	<p>Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. na sua opinião, em quais das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar.</p> <p>1 - Quando há muito crime 2 - Diante de muita corrupção 3 - Quando o país se encontra em uma situação de instabilidade política</p>	<p>1. Seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado 2. Não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado 97. Não sabe (não ler) 98. Não respondeu (não ler)</p>

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, 325–357, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- ABRAMOWITZ, A. I. **The Disappearing Center: Engaged Citizens, Polarization, and American Democracy**. New Haven; Londres: Yale University Press, 2010.
- AGNOLIN, P.; COLANTONE, I.; STANIG, P. In Search of the Causes of the Globalization Backlash: Methodological Considerations on Post-treatment Bias. **Comparative Political Studies**, [S.l.], n. 58, p. 1603–1635, 2025. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/00104140241271124>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- ALMOND, G. A.; VERBA S. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 49-58, jun. 2017. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Alonso_AM_62_2837619_APoliticaDasRuas.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.
- ANDERSON, C. J.; BLAIS, A.; BOWLER, S.; DONOVAN, T. **Losers' Consent: Elections and Democratic Legitimacy**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- ARAÚJO, V. Does the growth of religious minorities transform electoral politics? Evidence from the evangelical boom in Brazil. **Political Science Research and Methods**, [S.l.], 2025, p. 1-25. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/political-science-research-and-methods/article/does-the-growth-of-religious-minorities-transform-electoral-politics-evidence-from-the-evangelical-boom-in-brazil/39B7FEC90CCF434A1E8892132D7F64C3>. Acesso em 12 ago. 2025.
- ARMSTRONG, D. A.; POIRIER, W. Decoupling Visualization and Testing when Presenting Confidence Intervals. **Political Analysis**. v. 33, n. 3, p. 252-257, 2025. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/political-analysis/article/decoupling-visualization-and-testing-when-presenting-confidence-intervals/1926867029A7A42DE520866923C05274>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- AVRITZER, L. **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER, L. O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: Um Balanço Crítico. In: L. Avritzer e Z. Navarro (org.), **A Inovação Democrática no Brasil São Paulo**, São Paulo: Cortez, p. 14-57, 2003.
- AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.
- AVRITZER, L. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle class protest. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 43-59, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9w6qNL9D8rbHg9xYbzdTFbj/> Acesso em: 08 ago. 2025.
- AVRITZER, L. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007;

BAKER, A.; AMES, B.; RENNÓ, L. **Persuasive Peers: Social Communication and Voting in Latin America**. Princeton University Press, 2020.

BAKER, A.; AMES, B.; RENNÓ, L. Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 elections. **American Journal of Political Science**, [S.l.] v. 50, n. 2, p. 382-399, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3694279>. Acesso em: 08 ago. 2025.

BAKER, A.; AMES, B.; RENNÓ, L. Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 elections. **American Journal of Political Science**, [S.l.] v. 50, n. 2, p. 382-399, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3694279>. Acesso em: 08 ago. 2025.

BAQUERO, M., CASTRO, H. C. D., & RANINCHESKI, S. M. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: O caso das eleições de 2014. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 32, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p9>. Acesso em: 08 ago. 2025.

BARTOLINI, S. Electoral and party competition: analytical dimensions and empirical problems. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J. R.; LINZ, J. J. (org.), **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. New York: Oxford University Press, pp. 84–110, 2002.

BAUER, M. W.; LOTTA, G.; SCHMIDT, F. H. Bureaucratic militarization as a mode of democratic backsliding: lessons from Brazil. **Democratization**, 2024, Disponível em: <https://hdl.handle.net/1814/77180>. Acesso em: 10 ago. 2025;

BELLO, Anderson. Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 40, p. 1-37, 2023.

BERELSON, B. R.; LAZARFELD, P. F.; McPhee, N W. **Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign**. Chicago: University of Chicago Press, 1954.

BILLIG, M. G.; TAJFEL, H. Social Categorization and Similarity in Intergroup Behavior. **European Journal of Social Psychology**, [S.l.] v. 3, n. 1, p. 27–52, 1973. Disponível em: https://www.academia.edu/16348167/Social_categorization_and_similarity_in_intergroup_behavior. Acesso em: 08 ago. 2025.

BILLIG, M. G.; TAJFEL, H. Social Categorization and Similarity in Intergroup Behavior. **European Journal of Social Psychology**, [S.l.] v. 3, n. 1, p. 27–52, 1973. Disponível em: https://www.academia.edu/16348167/Social_categorization_and_similarity_in_intergroup_behavior. Acesso em: 08 ago. 2025.

BISHOP, B. **The Big Sort: Why the Clustering of Like-Minded America Is Tearing Us Apart**. New York: First Mariner Books, 2009.

BLAIS, A.; SINGH S.; DUMITRESCU, D. Political institutions, perceptions of representation, and the turnout decision. In: THOMASSEN, J. (org.), **Elections and Democracy: Representation and Accountability**. Oxford: Oxford University Press, p. 99-112, 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/10466/chapter-abstract/158339434?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 09 ago. 2025.

BOAS T. C.; SMITH A. E. Religion and the Latin American voter. In: Carlin R. E.; Singer M. M.; ZECHMEISTER E. J. (org.). **The Latin American Vote: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2015, 99–121. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.3998/mpub.8402589>. Acesso em: 08 ago. 2025.

BOLSONARO e Lula se unem em ponto populista, diz Temer. **Poder360**, 28 set. 2022. Disponível em: https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaro-e-lula-se-unem-em-ponto-populista-diz-temer/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 06 jul. 2024.

BOLSONARO ou o PT: qual é a maior ameaça à democracia? **Gazeta do Povo**. 24 set. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bolsonaro-ou-o-pt-qual-e-a-maior-ameaca-a-democracia-0pszkbj4cclxucs1agetuyb38/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

BONIFÁCIO, R.; CASALECCHI, G.; SANDES-FREITAS, V. Ideologia e voto nas eleições presidenciais brasileiras. In: BONIFÁCIO, R.; CASALECCHI, G.; DEUS, C. (org.). **O voto para presidente no Brasil: condicionantes e fatores explicativos (1989-2010)**. Curitiba: Editora Íthala, 2014, p. 285-316.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. **The legitimacy puzzle: democracy and political support in eight Latin American nations**. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2009.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/pVWZC8RnnP6d3pnQKygCPRg/>. Acesso em 08 ago. 2025.

BORBA, J.; RIBEIRO, E.; FUKS, M. Polarization and Ideology: exploring the contextual nature of democratic commitment. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 32, p. 1-25, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98732432e006>. Acesso: 27 jun. 2024.

BRAMBOR, T.; CLARK, W. R.; GOLDR, M. Understanding Interaction Models: Improving Empirical Analyses. **Political Analysis**, [S.l.], v. 14, p. 63-82, 2006. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/political-analysis/article/abs/understanding-interaction-models-improving-empirical-analyses/9BA57B3720A303C61EBEC6DDFA40744B>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BROOCKMAN, D. E.; KALLA, J. L.; WESTWOOD, S. J. Does affective polarization undermine democratic norms or accountability? Maybe not. **American Journal of Political Science**, [S.l.], v. 67, n. 3, p. 808-28, 2022. Disponível em: <https://onlineibrary.wiley.com/doi/10.1111/ajps.12719>. Acesso em: 09 ago. 2025.

BROWN, J.R., ENOS, R.D. The measurement of partisan sorting for 180 million voters. **Nature Human Behavior**, Londres, n. 5, p. 998-1008, 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41562-021-01066-z>. Acesso em: 08 ago. 2025.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. **The American Voter**. Nova York: Wiley, 1960.

CARDOSO JR. J. C.; BARBOSA DA SILVA, F.; AGUIAR, M. F.; SANDIM, T. L. (org.). **Assédio Institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado**. Brasília: Afipea-Sindical, 2022. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Assedio-institucional-no-Brasil.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.

CARLIN, R. E.; FUKS, M.; RIBEIRO, E. Liberal Democratic Support in Contemporary Brazil: A Descriptive Exploration. **Revista Latinoamericana De Opinión Pública**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 205-234, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/rlop.31567>. Acesso em: 08 ago. 2025.

- CARLIN, R. E.; SINGER, M. M. Support for polyarchy in the Americas. **Journal of Comparative Political Studies**, [S.l.], v. 44, n. 11, p. 1500-1526, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010414011407471>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- CARMINES, E. G.; D'AMICO, N. The New Look in Political Ideology Research. **Annual Review of Political Science**, [S.l.], v. 18, p. 205-228, 2015. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-polisci-060314-115422>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- CARREIRÃO, Y. S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 307-339, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/xvCqnfmhz8NndtzGSwfjSFG/>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M.; D'ALVA, G. Partidos Políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/qc5dcdqZ5s7Cw7nrbb7ybrj/>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- COHEN, M. J.; SMITH, A. E.; MOSELEY, M. W.; LAYTON, M. L. Winners' Consent? Citizen Commitment to Democracy When Illiberal Candidates Win Elections. **American Journal of Political Science**, [S.l.], v. 67, n. 2, p. 261-276, 2023. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48737439>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- COLLIER, D.; LEVITSKY, S. Democracy with adjectives: Conceptual innovation in comparative research. **World Politics**, [S.l.], v. 49, n. 3, p. 430–451, 1997. Disponível em: <https://www.bu.edu/washington/files/2015/01/Collier-and-Levitsky-Democracy-with-adjectives.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- CONVERSE, P. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. **Critical Review**, [S.l.], v. 18, n. 1-3, p. 1-74, 1964. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08913810608443650>. Acesso em: 9 ago. 2025.
- DAHL, R. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997
- DALTON, R. J. Left-right orientations, context, and voting choices. In: DALTON, R. J.; ANDERSON, C. J. (org.). **Citizens, context, and choice: how context shapes citizens' electoral choices**. New York: Oxford University Press, p. 103-125, 2011.
- DE LEEUW, S. E.; REKKER, R.; AZROUT R.; VAN SPANJE, J. H. Are would-be authoritarians right? Democratic support and citizens' left-right self-placement in former left- and right-authoritarian countries, **Democratization**, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 414–433, 2021. Disponível em: <https://dare.uva.nl/search?field1=isni;value1=0000000493403078;docsPerPage=1;startDoc=25>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- DJUPE, P. A.; CALFANO, B. R. Divine intervention? The influence of religious value communication on US intervention policy. **Political Behavior**, Londres, v. 35, n. 4, p. 643-663, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43653167>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- DJUPE, P. A.; GILBERT, C. P. **The political influence of churches**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DJUPE, P. A.; GILBERT, C. P. The political voice of clergy. **The Journal of Politics**, Chicago, v. 64, n. 2, p. 596-609, 2002.

- DJUPE, P. A.; NEIHEISEL, J. R. The religious communication approach and political behavior. **Political Psychology**, [S.l.], v. 43, n. 51, p. 165-194, 2022. Disponível em: <https://onlineibrary.wiley.com/doi/10.1111/pops.12848>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper and Brothers, 1957.
- DRUCKMAN, J. N.; LEVENDUSKY M. S.; MCLAIN A. No need to watch: how the effects of partisan media can spread via interpersonal discussions. **American Journal of Political Science**, [S.l.], v. 62, n.1, p. 99-112, 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26598753>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- DRUCKMAN, J. N.; LEVENDUSKY, M. S. What Do We Measure When We Measure Affective Polarization? **Public Opinion Quarterly**, Oxford, v. 83, n. 1, 2019, p. 114-122, Disponível em: <https://doi.org/10.1093/poq/nfz003>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- ELLIS, C.; STIMSON, J. **Ideology in America**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- EM PROGRAMA eleitoral, Alckmin relaciona Bolsonaro e PT à Venezuela. **Veja**. 31 ago. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/em-programa-eleitoral-alckmin-relaciona-bolsonaro-e-pt-a-venezuela/>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- FERREIRA, M. G. M.; FUKS, M. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. **Revista Brasileira De Ciência Política**, Brasília, v. 34, e238866, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238866>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- FERREIRA, M. G. M. **O voto dos evangélicos em Bolsonaro em 2018: identidade, valores e lideranças religiosas**. 2022. 124 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: http://www.ppgcp.fafich.ufmg.br/tese_defesas_detalhes.php?aluno=515. Acesso em: 08 ago. 2025.
- FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. Political polarization in the American public. **Annual Review of Political Science**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 563-588, 2008. Disponível em: <https://www.acsu.buffalo.edu/~jcampbel/documents/AnnualReviewFiorina.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- FIORINA, Morris P.; ABRAMOWITZ, Alan I. Political polarization in the American public: Myth vs. reality. **Annual Review of Political Science**, [S.l.], v. 11, p. 563–588, 2013.
- FREY, W. H. Central City White Flight: Racial and Nonracial Causes. **American Sociological Review**, [S.l.], v. 44, n. 3, p. 425–48, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2094885>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G. A. When Democracy Divides the Electorate: Voting in the 2022 Brazilian Presidential Election. **Brazilian Political Science Review**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, e0003, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202500020003>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira De Ciência Política**, Brasília, v. 19, p. 199-219, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220161908>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. **Revista Brasileira De**

Ciência Política, Brasília, v. 28, p. 7-32, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220192801>. Acesso em: 08 ago. 2025.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 401-430, 2020.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/SCmKT44FzwmGMp6jtBZ3Dfk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2025.

GIDRON, N.; ADAMS, J.; HORNE, W. **American Affective Polarization in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

GIDRON, N.; ADAMS, J.; HORNE, W. How ideology, economics and institutions shape affective polarization in democratic polities. In: **Annual Conference of The American Political Science Association**, 2018. Disponível em: <https://ces.fas.harvard.edu/uploads/files/events/GAH-Affective-Polarization-in-Democratic-Polities.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2025.

GIMPEL J. G.; HUI I. S. Seeking politically compatible neighbors? The role of neighborhood partisan composition in residential sorting. **Political Geography**, Amsterdã, v. 48, p. 130-42, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0962629815000049>. Acesso em: 08 ago. 2025.

GONTHIER, F.; GUERRA, T. How party polarization shapes the structuring of policy preferences in Europe. **Party Politics**, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 384-393, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/13540688211064606>. Acesso em: 09 ago. 2025.

GRAHAM, M. H.; SVOLIK, M. W. Democracy in America? Partisanship, polarization, and the robustness of support for democracy in the United States, **American Political Science Review**, Cambridge, v. 114, n. 2, p. 392-409, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/democracy-in-america-partisanship-polarization-and-the-robustness-of-support-for-democracy-in-the-united-states/C7C72745B1AD1FF9E363BBFBA9E18867>. Acesso em: 09 ago. 2025.

GREEN, D. P.; PALMQUIST, B. How stable is party identification? **Political Behavior**, Londres, v. 16, p. 437-466, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/586469>. Acesso em: 09 ago. 2025.

GUAN, T.; LIU, T.; YANG, Y. Moving Away From Partisanship: Diversifying the motives behind political polarization. **Political Studies Review**, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 656-667. <https://doi.org/10.1177/1478929920921650>. Acesso em: 08 ago. 2025.

GUEDES-NETO, J. V. Voto e identificação partidária em 2018: ordenação social na política brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 431-451, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/WjPJ49Td55zmqCvBjM6HX6L/>. Acesso em: 08 ago. 2025.

HARE, C. Constrained Citizens? Ideological Structure and Conflict Extension in the US Electorate, 1980-2016. **British Journal of Political Science**, [S.l.], v. 52, n. 4, p. 1602-1621, 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/constrained-citizens-ideological-structure-and-conflict-extension-in-the-us-electorate-19802016/ED9828F9E5A5723F0D43B4A2B90D6FDC>. Acesso em: 09 ago. 2025.

- HETHERINGTON, M. J.; THOMAS, R. **Why Washington Won't Work**. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- HOBOLT, S. B.; HOERNER, J. M.; RODON, T. Having a say or getting your way? Political choice and satisfaction with democracy, **European Journal of Political Research**, [S.l.], 60: 854–873, 2021. Disponível em: <https://ejpr.online.library.wiley.com/doi/abs/10.1111/1475-6765.12429>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- HOBOLT, S. B.; LEEPER, T. J.; TILLEY, J. Divided by the Vote: Affective Polarization in the Wake of the Brexit Referendum. **British Journal of Political Science**, [S.l.], v. 51, n. 4, p. 1476-1493, 2021. DOI: 10.1017/S0007123420000125.
- HUCKFELDT, R. R.; SPRAGUE, J. **Citizens, politics and social communication: information and influence in an election campaign**. Cambridge University Press, 1995.
- HUDDY, L.; MASON, L.; AARØ, E. L. Expressive Partisanship: Campaign Involvement, Political Emotion, and Partisan Identity. **American Political Science Review**, Cambridge, n. 109, v. 1, p. 1-17, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43655021>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- HUI, I. Who is Your Preferred Neighbor? Partisan Residential Preferences and Neighborhood Satisfaction. **American Politics Research**, Thousand Oaks, v. 41, n. 6, p. 997-1021, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1532673X13482573>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- HUNTER, W.; POWER, T. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. **Journal of Democracy**, Washington, v. 30, n. 1, 68-82, 2019. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/bolsonaro-and-brazils-illiberal-backlash/>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- IYENGAR, S. *et al.* The Origins and Consequences of Affective Polarization in the United States. **Annual Review of Political Science**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 129–146, 2019. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-polisci-051117-073034>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- IYENGAR, S.; SOOD, G. LELKES, Y. Affect, Not Ideology: A social identity perspective on polarization. **Public Opinion Quarterly**, Oxford, v. 76, n. 3, p. 405-431, 2012. Disponível em: <https://academic.oup.com/poq/article-abstract/76/3/405/1894274?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- IYENGAR, S.; SOOD, G.; LELKES, Y. Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization. **Public Opinion Quarterly**, Oxford, v. 76, n. 3, p. 405–431, 2012. Disponível em: <https://academic.oup.com/poq/article-abstract/76/3/405/1894274?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- IYENGAR, S.; WESTWOOD, S. J. Fear and loathing across party lines: new evidence on group polarization. **American Journal of Political Science**, [S.l.], v. 59, n. 3, p. 690-707, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24583091>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- JOST, J. T. Both-sideology endangers democracy and social science. **Journal of Social Issues**, [S.l.], n. 80, v. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/josi.12633>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- KALMOE, N. P.; MASON, L. **Radical American Partisanship: Mapping Violent Hostility, Its Causes, and the Consequences for Democracy**. Chicago: University of Chicago Press. 2022.
- KINGZETTE, J.; DRUCKMAN, J. N.; KLAR, S.; KRUPNIKOV, Y.; LEVENDUSKY, M.; BARRY, J. R. How Affective Polarization Undermines Support for Democratic Norm. **Public**

Opinion Quarterly, Oxford, n. 85, v. 2, p. 663-677, 2021. Disponível em:

<https://academic.oup.com/poq/article-abstract/85/2/663/6373858?redirectedFrom=fulltext>.

Acesso em: 09 ago. 2025.

KITTILSON, M. C.; ANDERSON, C. J. Electoral supply and voter engagement. *In*: Dalton, R. J.; Anderson, C. J. (org.), **Citizens, Context, and Choice: How Context Shapes Citizens' Electoral Choices**, Oxford: Oxford University Press, pp. 33–54, 2011.

KNOLL, B. R.; BOLIN, C. J. Religious communication and persuasion. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, 2019. [on-line]. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics>

Acesso em: 19 jan. 2025.

KROSNICK, J. A. Attitude importance and attitude accessibility. **Personality and Social Psychology Bulletin**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 297-308, 1989.

LACHAT, R. The impact of party polarization on ideological voting. **Electoral Studies**, [S.l.], v. 27, n. 4, p. 687-698, 2008. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261379408000851>. Acesso em: 09 ago. 2025.

LAYTON, M. L., SMITH, A. E., MOSELEY, M. W., & COHEN, M. J. Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil's 2018 presidential election. **Research & Politics**, [S.l.], v. 8, n. 1, 2021. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053168021990204>. Acesso em 09 ago. 2025.

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign**. New York: Columbia University Press, 1944.

LENZ, G. S. Learning and opinion change, not priming: reconsidering the priming hypothesis. **American Journal of Political Science**, [S.l.], v. 53, n. 4, p. 821-837, 2009.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-5907.2009.00403.x>.

Acesso em 10 ago. 2025.

LENZ, G. S.; SAHN, A. Achieving Statistical Significance with Control Variables and Without Transparency. **Political Analysis**, [S.l.], v. 29, n. 3, p. 1–14, 2020. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/political-analysis/article/abs/achieving-statistical-significance-with-control-variables-and-without-transparency/1E867C357835019E0C9322B918414045>. Acesso em: 09 ago. 2025.

LEVENDUSKY, M. S. Americans, not partisans: Can priming American national identity reduce affective polarization? **The Journal of Politics**, Chicago, v. 80, n. 1, p. 59–70, 2018a.

Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/693987>. Acesso em: 09 ago. 2025.

LEVENDUSKY, M. S. When efforts to depolarize the electorate fail. **Public Opinion Quarterly**, Oxford, v. 82, p. 583–592, 2018b. Disponível em:

<https://academic.oup.com/poq/article-abstract/82/3/583/5088191?redirectedFrom=fulltext>.

Acesso em: 10 ago. 2025.

LEVENDUSKY, M. S.; DRUCKMAN, J. N.; MCLAIN, A. How group discussions create strong attitudes and strong partisans. *Research & Politics*, [S.l.], v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053168016645137>. Acesso em: 08 ago. 2025.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. Introduction: Latin America's "Left Turn": A Framework for Analysis. *In*: LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. (org.). **The Resurgence of the Latin American Left**. The Johns Hopkins University Press, p. 1-29, 2011.

- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How Democracies Die**. Nova York: Crown, 2018.
- LINZ, J. J.; STEPAN, A. **Problems of democratic transition and consolidation**. Baltimore, John Hopkins Press, 1996.
- LIPSET, S. M. **Political Man: The Social Bases of Politics**. New York: Doubleday. Reprint. New York: Anchor. Citations refer to the Anchor edition, 1960/1963.
- LIPSET, S. M. The Social Requisites of Democracy Revisited: 1993 Presidential Address. **American Sociological Review**, [S.l.], v. 59, n. 1, p. 1-22, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2096130>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- LUPIA, A. Shortcuts versus encyclopedias: Information and voting behavior in California insurance reform elections. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 88, n. 1, p. 63-76, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2944882>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- LUTTIG, M. D. Authoritarianism and Affective Polarization: A New View on the Origins of Partisan Extremism. **Public Opinion Quarterly**, Oxford, v. 81, n. 4, p. 866-895, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26801761>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- MAINWARING, S.; PÉREZ-LIÑÁN, A. **Democracies and Dictatorships in Latin America: emergence, survival, and fall**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- MASON, L. I disrespectfully agree: the differential effects of partisan sorting on social and issue polarization. **American Journal of Political Science**, [S.l.], v. 59, n. 1, p. 128–45, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24363600>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- MASON, L. **Uncivil Agreement: How Politics Became Our Identity**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.
- MCCOY, J.; RAHMAN, T.; SOMER, M. Polarization and the global crisis of democracy: Common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities. **American Behavioral Scientist**, [S.l.], v. 62, n. 1, p. 16-42, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002764218759576>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- MCCOY, J.; SOMER, M. (org.). Special Issue on Polarized Polities: A Global Threat to Democracy. **Academy of Political and Social Science**, v. 681, n. 1, 2019.
- MCCOY, J.; SOMER, M. Toward a Theory of Pernicious Polarization and How It Harms Democracies: Comparative Evidence and Possible Remedies. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 681, n. 1, 2019, 234–71. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002716218818782>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- MeLO, C. R.; CÂMARA, R.; SANTOS, M. What can ideology tell us? An analysis of deputies and parties in the Brazilian, Chilean and Uruguayan legislatures. In: ALCÁNTARA S., M.; GARCÍAMONTERO, M.; RIVAS PÉREZ, C. (org.). **Politics and political elites in Latin America**. Boulder: Springer International Publishing, 2020.
- MICHAEL, W.; BAUER, S. B. Democratic Backsliding, Populism, and Public Administration, **Perspectives on Public Management and Governance**, v. 3, n. 1, March 2020, Pages 19–31, <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvz026>
- MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia - lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-44, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/SwtcNzKgzLJYNQsbyy63VQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2025.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/fYT7WD7VkmLz4ZZ9cXZKtYc/>. Acesso em: 09 ago. 2025.

MOREIRA, T.; RENNÓ, L. Conservadores convertidos: o "efeito Bolsonaro" em 2018. **Opinião Pública**, Campinas, 30, e30112, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202430112>. Acesso em: 09 ago. 2025.

MOREIRA, Thales; CARDOSO, Gustavo. [no prelo]. Título a ser atualizado.

MOREIRA, Thales; RENNO, Lucio. Conservadores convertidos: o "efeito Bolsonaro" em 2018. **Opinião Pública**, Campinas, v. 30, p. e30112, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/DtssZZjLw796hKWWtDyCKQM/>. Acesso em: 08 ago. 2025.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

NIE, N. H.; ANDERSEN, K. Mass belief systems revisited: political change and attitude structure. **The Journal of Politics**, Chicago, v. 36, n. 3, p. 540-591, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2129245>. Acesso em: 7 ago. 2025;

NILSSON, A.; JOST, J. T. The authoritarian-conservatism nexus. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, [S.l.], v. 34, p. 148-154, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2020.03.003>. Acesso em: 09 ago. 2025

NORDLINGER, E; A. **Conflict Regulation in Divided Societies**. Cambridge, MA: Center for International, 1972.

NUNES, F.; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023.

OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 574-600, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/Pb63mLjcLy8pNzjjKRGmzmG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M.; ZEINE, L. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 62–91, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/xLJ4grqd96n3VmVx3XsGv5D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2025.

PARDOS-PRADO, S.; RIERA P. The attitudinal implications of the cartel party thesis: Ideological convergence and political efficacy in contemporary democracies. In: F. Müller-Rommel and F. Casal Bértoa (org.), **Party Politics and Democracy in Europe: Essays in Honour of Peter Mair**, Abingdon: Routledge, pp. 83–100, 2016.

PENTEADO, C., LERNER, C. A direita na rede: mobilização onlineno impeachment de Dilma Rousseff. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, 2018.

PEREIRA, Frederico B. Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 154–179, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/H9pvRk6XvmLZqmMs3Q5FCZc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 ago. 2025.

POWELL, G. BINGHAM, Jr. **Political Cleavage Structure, Cross-Pressure Processes, and Partisanship: An Empirical Test of the Theory**. *American Journal of Political Science* v. 20, n. 1, p. 1–23, 1976.

PRZEWORSKI, A. **Crisis of Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 575–604, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLn3wxS/abstract/?lang=pt>. Acesso em 09 ago. 2025.

REILJAN, A. *et al.* Patterns of affective polarization toward parties and leaders across the democratic world. **American Political Science Review**, Cambridge, p. 1-17, 2023. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/patterns-of-affective-polarization-toward-parties-and-leaders-across-the-democratic-world/E1C891801A4CB1DEBE2AAACE6446F6845?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=copy_link&utm_source=bookmark. Acesso em: 08 ago. 2025

REILJAN, A. Fear and Loathing Across Party Lines (Also) in Europe: Affective Polarisation in European Party Systems. **European Journal of Political Research**, [S.l.], v. 59, n. 2, p. 376–96, 2020. Disponível em: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1475-6765.12351>. Acesso em: 08 ago. 2025.

REILJAN, A.; David N. F. B. *et al.* Patterns of affective polarization toward parties and leaders across the democratic world. **European Journal of Political Research**, [S.l.], v. 62, n. 2, p. 518-539, 2023. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/patterns-of-affective-polarization-toward-parties-and-leaders-across-the-democratic-world/E1C891801A4CB1DEBE2AAACE6446F6845?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=copy_link&utm_source=bookmark. Acesso em: 09 ago. 2025.

REIS, F. W. A razão do eleitor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 set. 2000. *Jornal de Resenhas*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs0909200003.htm>. Acesso em: 13 ago. 2017.

REIS, F. W. Classe Social e Opção Partidária: As eleições de 1976 em Juiz de Fora. *In*: REIS, F. W. (org.) **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978. p. 218-287.

REIS, F. W. Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 3, n. 6, fev. 1988.

RENNO, L. **Voto e Contexto: estratégias eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/mDBBBDYFby5hWJSvCTzmR3n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2025.

RIDGE, H. M. Just like the others: Party differences, perception, and satisfaction with democracy. **Party Politics**, [S.l.], v. 28, n. 3, p. 419-430, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354068820985193>. Acesso em: 09 ago. 2025.

RIEIRA, P.; MADARIAGA, A. G. Overlapping polarization: On the contextual determinants of the interplay between ideological and affective polarization. **Electoral Studies**, [S.l.], v. 84,

p. 102628, 2023. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261379423000501>. Acesso em: 08 ago. 2025

ROCHA, C. **‘Menos Marx, Mais Mises’**: Uma Gênese Da Nova Direita Brasileira (2006-2018). 2019. 233 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROGOWSKI, J. C.; SUTHERLAND, J. L. How ideology, economics and institutions shape affective polarization in democratic polities. *In: Annual Conference of The American Political Science Association*, 2016.

ROSAS, N.; MUNIZ, J. O. O hábito faz o monge? Frequência e autopercepção religiosas no Brasil. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 187–213, 2014.

Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/19864>. Acesso em: 09 ago. 2025.

RUSSO, G. A.; PIMENTEL JUNIOR, João; AVELINO, George. O crescimento da direita e o voto em Bolsonaro: causalidade reversa? **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 594–614, 2022. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/745. Acesso em: 08 ago. 2025.

SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. **Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2018.

SANTOS, E. R.; HOFFMANN, F.; DUARTE, S. A (des)confiança dos brasileiros na democracia. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 18, n. 27, p. 170–191, 2020. DOI: 10.12662/2447-6641oj.v18i27.p170-191.2020. Disponível em:

<https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2455>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SANTOS, W. G. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1986.

SARTORI, G. **Parties and Party Systems. A Framework for Analysis**. New York: Cambridge University Press, 1976.

SCHEDLER, A.; SANSFIELD, R. Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support. **European Journal of Political Research**, [S.l.], v. 46, n. 5, p. 637–659, 2007. Disponível em: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-6765.2007.00708.x>. Acesso em: 09 ago. 2025.

SCHEITL, C. P.; CORNELL, N. Hearing clergy speak about social and political issues: examining the effects of religious tradition and personal interest. **Social Science Quarterly**, Oxford, v. 96, n. 1, p. 148–160, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26612213>. Acesso em: 09 ago. 2025.

SCHMITT, H.; FREIRE, A. Ideological polarization: different worlds in east and west. *In: D. Sanders, P. Magalhães and G. Toka (org.), Citizens and the European Polity: Mass Attitudes towards the European and National Polities*, Oxford: Oxford University Press, pp. 60–75, 2012.

SELÇUK, O. **The Authoritarian Divide: Populism, Propaganda, and Polarization**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2024.

SILVA, V. A. A. **A religião distrai os pobres? Pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil**. 2019. 231f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08012021-111833/pt-br.php>. Acesso em: 09 ago. 2025.

SINGER, A. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 115-129, 2000.

SINGER, A. **Ideias e Voto: uma avaliação das eleições presidenciais brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SMITH, A. E. **Religion and Brazilian Democracy: mobilizing the people of God**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

SMITH, A. E.; BOAS, T. C. Religion, Sexuality Politics, and the Transformation of Latin American Electorates. *British Journal of Political Science*. 2024;54(3):816-835, 2024. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/religion-sexuality-politics-and-the-transformation-of-latin-american-electorates/D80731D0FE6B4E59A4B71B6EB0856812>. Acesso em: 09 ago. 2025.

SMITH, A. E.; MOSELEY, M.; LAYTON M.; COHEN, M. **Rejecting Authoritarianism: When Values Are Endogenous to Politics**. Unpublished paper, 2021.

SPRONG, S.; JETTEN, J.; WANG, Z.; PETERS, K.; EKER, S.; VINNEY, M.; WOHL, M. J. A.; VERKUYTEN, M.; TANJA, G.; RANDSLEY DE MOURA, G. The Political Symmetry of Extremist Outgroup Hate: Cross-National Evidence of Equivalent Ideological Motivations for Prejudice. **Social Psychological and Personality Science**, [S.l.], v. 10, n. 6, p. 691–700, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1948550618780732>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SVOLIK, M. W. Polarization vs. Democracy. **Journal of Democracy**, Washington, v. 30, n. 3, p. 20-32, 2019. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/polarization-versus-democracy/>. Acesso em: 09 ago. 2025.

SVOLIK, M. When polarization trumps civic virtue: partisan conflict and the subversion of democracy by incumbents. **Quarterly Journal of Political Science**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 3-31, 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3243470. Acesso em: 09 ago. 2025.

TAJFEL, H. BILLIG, Michael G.; BUNDY, R. P.; FLAMENT, Claude. Social Categorization and Intergroup Behavior. **European Journal of Social Psychology**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 149–178, 1971.

TAJFEL, H. Experiments in Intergroup Discrimination. **Scientific American**, [S.l.], v. 223, n. 5, p. 96–102, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24927662>. Acesso em: 09 ago. 2025.

TAJFEL, H. TURNER, John C. An Integrative Theory of Intergroup Conflict. In: AUSTIN, W. G.; WORCHEL, Stephen (org.). **The Social Psychology of Intergroup Relations**. Monterey, CA: Brooks/Cole, 1979, p. 33–47.

TAJFEL, H; BILLIG, M. G.; BUNDY, R. P.; FLAMENT, C. Social Categorization and Intergroup Behavior. **European Journal of Social Psychology**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 149–178, 1971.

TORCAL, M.; Magalhães, P. C. Ideological extremism, perceived party system polarization, and support for democracy. **European Political Science Review**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 188-205, 2022. DOI:10.1017/S1755773922000066

- VIDIGAL, R. Authoritarianism and Right-Wing Voting in Brazil. **Latin American Research Review**, [S.l.], v. 57, n. 3, p. 554-572, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/authoritarianism-and-rightwing-voting-in-brazil/26A9D9D50098C512A6D96729697A99A1>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- WAGNER, M. Affective polarization in multiparty systems. **Electoral Studies**, [S.l.], 102199, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2020.102199>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- WARD, D. G.; TAVITS, M. How partisan affect shapes citizens' perception of the political world. **Electoral Studies**, [S.l.], v. 60, p. 102045, 2019. Disponível em: <https://profiles.wustl.edu/en/publications/how-partisan-affect-shapes-citizens-perception-of-the-political-w>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- WEBSTER, S. W.; ABRAMOWITZ, A. I. The ideological foundations of affective polarization in the US electorate. *American Politics Research*, Thousand Oaks, v. 45, n. 4, p. 621–647, 2017.
- WOOD, S. N. **Generalized Additive Models: An Introduction with R**, Boca Raton: CRC Press, 2006.
- ZALLER, J. **The nature and origins of mass opinion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ZECHMEISTER, E. J. What's Left and Who's Right? A Q-Method Study of Individual and Contextual Influences on the Meaning of Ideological Labels. **Political Behavior**, Londres, v. 28, n. 2, p. 151–173, 2006.
- ZECHMEISTER, E. J.; CORRAL, M. Individual and contextual constraints on ideological labels in Latin America. **Comparative Political Studies**, [S.l.], v. 46, n. 6, p. 675-701, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/73884319/Individual_and_Contextual_Constraints_on_Ideological_Labels_in_Latin_America. Acesso em: 08 ago. 2025.
- ZINGHER, J.; FLYNN, M. E. Does polarization affect even the inattentive? Assessing the relationship between political sophistication, policy orientations, and elite cues. **Electoral Studies**, [S.l.], v. 57, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261379418301598>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- ZUCCO JÚNIOR, C. Esquerda, direita e governo. A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T.; ZUCCO JÚNIOR, C. (org.). **O Congresso por ele mesmo: auto percepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.